



Terra Querida

JUNDIAÍ

Encantos e memórias imortais

Curadoria
José Felício Ribeiro De Cezare
Márcio Martelli



Terra Querida, JUNDIAÍ

Encantos e memórias imortais

Curadoria

José Felício Ribeiro De Cezare
Márcio Martelli



Apoio:



Realização:

MINISTÉRIO DA
CULTURA



Curadoria:

José Felício Ribeiro De Cezare
Márcio Martelli

Todos os direitos desta publicação reservados e protegidos para aos curadores

José Felício Ribeiro De Cezare e Márcio Martelli nos termos da Lei nº 9.610, de 19 de fevereiro de 1998.

Editor responsável:

Márcio Martelli

Depósito Legal na Biblioteca Nacional conforme Decreto nº 1825, de 20 de dezembro de 1907.

Conceito da capa:

José Felício Ribeiro De Cezare
Aaron Borges De Cezare

Os textos aqui reproduzidos são obras de autoria e responsabilidade de seus autores e não representam, necessariamente, a opinião dos curadores ou da editora.

Projeto gráfico e editoração:

Márcio Martelli

Nenhuma parte da publicação poderá ser reproduzida ou transmitida de qualquer modo ou por qualquer meio, seja eletrônico, mecânico, de fotocópia, de gravação, inclusive de internet ou outros, sem a prévia e expressa autorização dos curadores.

Revisão gramatical:

José Felício Ribeiro De Cezare

Jundiaí, SP, novembro de 2025.

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

Terra querida Jundiaí : encantos e memórias imortais / curadoria José Felício Ribeiro De Cezare, Márcio Martelli. -- Jundiaí, SP : Editora In House, 2025.

Vários autores.
ISBN 978-85-7899-836-3

1. Histórias de vida 2. Jundiaí (SP) - Descrição 3. Jundiaí (SP) - História 4. Memórias 5. Relatos de experiências I. De Cezare, José Felício Ribeiro. II. Martelli, Márcio.

25-317658.0

CDD-981.61

Índices para catálogo sistemático:

1. Memórias : Jundiaí : São Paulo : Estado : História 981.61

Cibele Maria Dias - Bibliotecária - CRB-8/9427



11 4607.8747 | 99903.7599



editorainhouse@gmail.com



www.livrariainhouse.com



editorainhouse

www.editorainhouse.com.br

A realização do projeto literário
*Terra Querida Jundiáí -
Encantos e memórias imortais*
só foi possível por meio da
LEI ALDIR BLANC
de fomento à cultura.

A Lei Aldir Blanc (Lei nº 14.017/2020) foi inicialmente, uma medida emergencial para apoiar o setor cultural brasileiro durante a pandemia de COVID-19, com auxílio a artistas e espaços culturais. Em 2022, foi criada a Política Nacional Aldir Blanc (PNAB - Lei nº 14.399), que a transformou em uma política permanente de fomento à cultura, com repasses federais contínuos para estados e municípios para o desenvolvimento de projetos culturais.



Apresentação

“É difícil separar a ficção da invenção, a fantasia da memória. Não há uma linha separando o que você viu do que você sonhou. A imaginação ocupa o espaço da memória”

Lygia Fagundes Telles

Em Jundiaí vim ao mundo, cresci e me desenvolvi profissionalmente. Tenho por esta “terra onde nasci” um profundo sentimento de amor e agradecimento. Onde estou, seja em qualquer parte do mundo, divulgo tudo o que acontece nessa nossa cidade: sua cultura, sua gente, seu desenvolvimento urbano, sua história e incentivo a conhecerem nossa alma acolhedora.

Foi em Jundiaí que aprendi que não preciso sair daqui para ser um cidadão do mundo e que, posso sim, trazer o mundo para cá, nessa Terra da Uva para que possam apreciar as suas “tardes ao pôr do sol”.

Ao desenvolvermos este projeto, eu e José Felício, sequer imaginávamos a dimensão que ele alcançaria. Foram dezenas de textos sobre os mais diversos aspectos da cidade.

E nos orgulhamos muito deste feito.

Primeiramente, porque reacendemos a sensação de pertencimento ao lugar no qual os cidadãos aqui publicados escolheram para viver e morar, brotando em seus corações memórias aqui registradas dessa imortal experiência.

Segundo, porque Jundiaí é uma terra fértil de fatos, curiosidades, causos, lugares e pessoas pitorescas oriundas de todo o Brasil; além de ser também um braço da Itália com a sua colônia italiana.

A Terra da Uva com suas festas anuais que movimentam toda a comunidade; seus parques; a impressionante beleza ecológica da

Serra do Japi, considerada “Reserva da Biosfera da Mata Atlântica” pela Unesco, cujas características fazem dela um importante Patrimônio Natural, sendo uma das últimas grandes áreas restantes da Mata Atlântica do Brasil e do interior paulista ainda preservada em uma região densamente ocupada, representando uma das últimas grandes áreas de floresta contínua do Estado de São Paulo, sendo o testemunho de uma flora e fauna exuberante que existiam em grande parte na região sudeste do Brasil.

Particularmente, não consigo, olhar a nossa serra sem brotar uma admiração que me faz marejar os olhos. Coisas de jundiaieneses da gema, ou de jundiaiano, como dizia o saudoso escritor Luiz Haroldo Gomes de Soutello.

Considero-me um bairrista quando se fala de Jundiaí. De suas maneiras e manias, do seu “ó!”, da expressão “vou até a cidade” (ao invés de se referirem ao centro), da sua coxinha de queijo, das plantações de uvas, da sua tradição italiana e, não há como não dizer – do pôr do sol mais bonito que já vi.

6

Que as memórias aqui registradas encontrem-se com as dos leitores que, assim como eu, sentem

*“Saudades mil levam
Os que passam por aqui”*

Márcio Martelli

Curador / Escritor / Editor

Presidente da Academia Jundiaiese de Letras

Hino de Jundiaí

Ó terra querida, Jundiaí
Teus filhos amantes são de ti
Que Deus abençoe eternamente
Esta terra onde nasci

Ó terra querida, Jundiaí
Teus filhos amantes são de ti
Saudades mil levam
Os que passam por aqui
Terra gentil, altruísta,
De ti me orgulho,
Pois és bem Paulista!

Cheios de fé em tua oração.
Que belas tardes amenas!
Que lindas noites, Felizes, serenas!
Onde a mocidade sempre jovial,
Com seu odor, confunde o riso.

O teu céu com suas cores?
Com teus lindos fulgores?
Os teus campos, tuas flores?
Que jamais vi,
Tardes ao pôr do Sol!

Autoria de **Haydée Dumangin Mojola**

Sumário

Apresentação – por Márcio Martelli.....	5
Hino de Jundiaí.....	7
Prefácio – por José Felício Ribeiro De Cezare.....	11
Jundiaí, para mim.....	14
MÁRCIO MARTELLI	
Jundiaí: uma história plural.....	15
JOSÉ RENATO POLLI	
Jundiaí – Terra de Sonhos.....	24
JORGE TRIGO (PORTUGAL)	
A arquitetura do canto: uma jornada de mais de 25 anos... 27	
VASTI ATIQUE	
Figurino de estreia.....	31
THATY MARCONDES©	
Antes que eu esqueça.....	33
JOSÉ RENATO NALINI	
Milton Domingos.....	41
LUCIANA PIAMONTEZE	
A capela branca e azul.....	44
RICARDO BENASSI	
Os sabores de minha terra.....	47
ALEXANDRA JAHNEL	
Uma família na história de Jundiaí.....	50
RODRIGO MENDES PEREIRA	
Hino de Jundiaí – Voz, Terra e Memória.....	53
ELZA FRANCISCA	
Arquimedes, o Lázaro de Almeida!.....	58
NELSON MANZATTO	

Nos trilhos de Jundiaí.....	60
MÔNICA CRUVINEL CAVALARI	
Laços nada lassos	61
MARTHA CIMITERRA	
Jundiaí, onde se vive bem!	63
DALTON LUIZ SIBINEL	
Meu colo, meu chão	66
MARA LÍGIA BIANCARDI	
Jundiaí como a percebo.....	68
SINÉSIO SCARABELLO FILHO	
Jundiaí Terra Querida	76
Hino a Jundiaí.....	78
MARILZES PETRONI	
A inesquecível Maria dos pacotes	80
ILIANA MENDONÇA E TOM NANDO	
Jundiaí, esporte e cidadania.....	82
CRISTIANO LOPES	
Maria Polito	85
JÚLIA FERNANDES HEIMANN	
Nininha por esse mundão.....	88
EDU CERIONI	
Revoar	91
KÁTIA CRISTINA ALVES SOARES	
Um convite duas festas	92
MARCO COSTA	
Jundiaí	100
RONALDO ALBERTO MARTELLI	
Infância na Ponte São João	102
HERMINIA APARECIDA BALBUENA	
Um diário no tempo	104
THEREZINHA KROISS FERIGATO	

Meus Afetos	106
SÍLVIA ROCHA	
Jundiaí, terra querida, minha cidade	108
IVALDO GONÇALVES	
No Rio Jundiaí a primeira colheita de amostra de água, e um histórico pilão	110
ARISTIDES ALMEIDA ROCHA	
A Catedral Nossa Senhora do Desterro.....	114
FÁBIO SPINA	
Passageiro de Jundiaí.....	117
GABRIEL MATOS	
Éramos três	119
JOYCE RIBEIRO	
Quando uma rua se torna familiar	121
ELIANA CORRÊA AGUIRRE DE MATTOS	
Vivo por Jundiaí.....	123
MICHEL TEZA	
Ancestralidade cidadã	125
TÂNIA MARA BORGES	
Das margens ao centro: história, memórias e resistência em Jundiaí	128
ANA JULIA RODRIGUES / JEAN CAMOLEZE	
Chaminé da antiga fábrica Argos Industrial	132
CARLA FERNANDA RAMOS ALVES	
Jundiaí em arte	134
Obras de MARIA DE LURDES MEZZALIRA PINCINATO	
Jundiaí - um olhar.....	135
Fotos de JULIANA EZQUERRO	
Jundiaí de pessoas que lutam e sonham.....	139
PEDRO BIGARDI	
Um breve olhar retrospectivo	142
LUCIA HELENA DE ANDRADE GOMES	

Prefácio

“[...] a memória coletiva foi posta em jogo de forma importante na luta das forças sociais de poder. Tornar-se senhores da memória e do esquecimento é uma das grandes preocupações das classes, dos grupos, dos indivíduos que dominaram e dominam as sociedades históricas.”

História e Memória

Jacques Le Goff

Em sua essência fundamental, o projeto literário *Terra Querida, Jundiaí - Encantos e Memórias Imortais* emerge de um profundo e duplo sentimento de pertencimento. Idealizado por mim, José Felício Ribeiro De Cezare, e pelo meu amigo Márcio Martelli, esta iniciativa constitui-se como o fruto maduro de uma trajetória biográfica singular. Nascido e criado no vibrante ABC Paulista, em Santo André, encontrei em Jundiaí, há quinze anos, não apenas um novo endereço, mas o locus onde meu filho veio ao mundo e onde, ao lado de minha esposa, Juliana Borges De Cezare, temos alicerçado nossos sonhos e memórias. Foi essa transição, de um filho adotivo da cidade para um de seus construtores afetivos, que apoiou o historiador, o professor e o escritor que habitam em mim para a necessidade de contribuir, de maneira perene, com esta comunidade que me acolheu.

O projeto concebe a urbe não como um mero palco ou pano de fundo histórico, mas como um ator social dinâmico, cuja história processual é escrita diariamente nas esquinas, nas tradições, nas rupturas e permanências e, sobretudo, na agência histórica de suas pessoas. A justificativa repousa no poder da literatura e da educação como ferramentas de preservação da memória coletiva e

da construção identitária. Para além de uma mera catalogação de eventos e efemérides, ambicionamos capturar as almas de Jundiaí, seus encantos sutis e suas narrativas imortais, transformando-as em texto para que não se dissipem no fluxo do tempo, servindo subsequentemente como fontes primárias de estudo, reflexão e inspiração para as gerações presentes e futuras. É uma forma de devolver à cidade, por intermédio do meu tríplice interesse, um pouco do muito que ela me ofereceu, atuando assim como um operador no resgate de memórias, nas multiculturalidades e nas composições identitárias.

No desenvolvimento deste ambicioso objetivo, erguemos dois pilares fundamentais que materializaram nossa proposta. A palestra do Professor Dr. José Renato Polli ofereceu o arcabouço teórico e a crítica historiográfica, aprofundando olhares sobre a formação histórica e cultural local, enquanto a oficina de escrita ministrada pela talentosa escritora Thaty Marcondes equipou os participantes com as ferramentas necessárias para transformar suas percepções e vivências em narrativas literárias de qualidade, traduzindo a experiência vivida em registro textual. Ambos os eventos, realizados na acolhedora Sala Josette Feres, no Centro das Artes de Jundiaí, foram momentos de fértil sociabilidade intelectual, consolidando a premissa de que a cultura se fortalece no coletivo.

A reverberação do *Terra Querida* superou todas as nossas expectativas mais otimistas, configurando um significativo fenômeno de ressonância cultural. A divulgação, abraçada com entusiasmo e profissionalismo por veículos de comunicação que compõem o circuito midiático regional – como a *Tribuna de Jundiaí*, sob a precisa edição de Evelyn Assis, o *Jornal de Jundiaí*, a Imprensa da APEOESP, o *JundiaíAgora*, o *JundiAqui*, a *Folha Jundiense* e a *TV TEC*, entre outros – resultou em dezenas de milhares de visualizações. Foi um alcance que considerávamos impossível para um projeto de base cultural, um verdadeiro testemunho do apelo e da importância do tema, demonstrando o potencial das iniciativas de base quando conectadas com o interesse público. Um agradecimento grandioso e sincero estende-se a todos esses divulgadores, profissionais incansáveis que são os verdadeiros guardiões da esfera pública cultural e que deram voz ao nosso trabalho.

Nenhuma iniciativa como esta, porém, floresce sem o solo fértil das políticas públicas de incentivo e fomento à cultura. É imperativo destacar e agradecer profundamente o indispensável apoio do Programa Nacional de Apoio à Cultura (PNAB) e da Lei Aldir Blanc, instrumentos de Estado vitais que, em um momento de recuperação tão desafiador para o setor cultural que sofreu (e sofre) ataques, permitiram que ideias saíssem do papel, materializando-se em ações concretas. Nosso reconhecimento se estende à Secretaria de Cultura de Jundiaí e à Prefeitura Municipal, pelo suporte institucional e pela crença no projeto, e, em escala nacional, ao Ministério da Cultura do Brasil e ao Governo Federal. Estes entes, em suas diferentes esferas de atuação, constituem os alicerces estruturantes que permitem que a semente da cultura brasileira, em suas mais variadas e ricas expressões locais, como a nossa em Jundiaí, possa germinar, crescer e frutificar, enriquecendo de forma decisiva o patrimônio cultural imaterial de toda uma nação.

José Felício Ribeiro De Cezare

Curador / Escritor

Membro da Academia Jundiaense de Letras



Jundiaí, para mim

Márcio Martelli

Jundiaí tem aroma de lar
de aconchego e de família
onde me resguardo de tudo
e, ao mesmo tempo, revelo segredos

Jundiaí traz a poesia
que, aos pés da Serra do Japi, nasce
nos momentos que olho pela janela
e me faz navegar pela lembrança
a recordar amigos e canções

Jundiaí dos desencontros, dos bares,
restaurantes, das artes e da sua gente
Jundiaí que se faz necessária
na minha vida e na de todos nós

Jundiaí que me orgulha
e me faz seu filho pródigo
ao eterno sempre retorno
desta minha cidade raiz
local onde fui, sou e serei
sempre feliz!

Jundiaí: uma história plural

José Renato Polli

Uma cidade nunca é única. Sempre será plural. Não há colonizador, agente econômico ou político, grupo étnico ou classe social, que diminuirá a força da pluralidade cultural. A questão é se desejamos que seja assim, se desejamos romper com uma hegemonia interpretativa. A julgar pelos discursos oficiais, parece-nos que nem tanto. Há tempos esses discursos reproduzem lugares-comuns, pouco colocados em dúvida. O enaltecimento de determinadas narrativas, em favor de sujeitos históricos específicos, virou uma espécie de “consenso fabricado”, como se as possibilidades de crítica e reinterpretção nunca angariassem espaço.

Procurar dados, relatá-los de forma a sugerir “verdades objetivas”, ou visibilizar registros de toda ordem, documentais e fotográficos, é muito insuficiente. A história não se faz apenas com coletas iconográficas, nem com memórias das camadas privilegiadas. Muito menos com o enaltecimento de patrimônios materiais, embora necessários para a revisitação da memória, mas também insuficientes. Dizer sobre os espaços, as ruas, as casas, os lugares da memória é importante, claro, mas apenas registrar sua existência não sustenta uma reflexão sobre a história vivida. Os lugares da memória também são selecionáveis. Até mesmo os que não se encontram nos grupos de poder econômico e político, parecem cair nesta armadilha do memorialismo. Pudera, nem todos têm a obrigação de atuar profissionalmente como historiadores. Como dizem os grandes teóricos da história, esta ciência é por demasiado importante para ser submetida apenas ao crivo dos historiadores. A gente sim-

ples também “faz história”. Mas é inegável que sem historiadores, os lugares-comuns mencionados acima se consolidam como delícias interpretativas que escondem o gosto amargo da exploração, do domínio, da expropriação de direitos, do arbítrio, do predomínio cultural de grupos específicos e de tantas idiosincrasias da construção social de um território.

Muitos dos nossos conterrâneos tidos como ilustres intérpretes de nossa história, em parte contribuíram para reproduzir “a ordem do dia” sobre quem somos. Por outro lado, foram importantes colecionadores de dados, informações e documentos que podem ser avaliados com um olhar mais atento, ao menos pelos mais interessados em não promover singularidades compreensivas. Precisamos de mais esforços profissionais, para além do voluntarismo de juntar fotos e documentos, sempre bem-vindo, mas muito relativo do ponto de vista da ciência histórica. Por todo o lado para onde olhamos, especialmente em locais de pouca densidade intelectual, há aqueles que, sob o enfoque de posições reacionárias, ajudam a referenciar a pobreza do que se diz sobre a cidade a partir do simples registro “dos fatos”. E das fotos.

Entretanto, nem tudo está perdido, há muitos exemplos de estudos significativos, movidos por várias abordagens historiográficas, que ajudaram a colocar os pingos nos “is” acerca das especificidades de nossa configuração histórica. Pretendemos, neste ensaio, demonstrar quais são esses estudos e quais são essas abordagens, bem como apontar e caracterizar o centro teórico da concepção tradicional sobre a história da cidade.

Sem a pretensão de esgotar o debate, aliás, já iniciado faz décadas (e silenciado nos últimos anos), o nosso propósito é, quem sabe, apontar didaticamente o que dizem sobre o que nós somos.

1. Sobre a necessidade de provar quem nós somos

A historiografia tradicional, influenciada pelo viés positivista de ciência, aquele que prega o “rigorismo” das técnicas neutras, a eficiência e a eficácia, desconsidera as mediações históricas que

influenciam na observação dos acontecimentos. Pensa as realidades sociais e humanas a partir da lógica das ciências da natureza, a chamada ciência dura, ou pura. O principal inspirador desta abordagem científica é o sociólogo francês Auguste Comte. No Brasil do início do século 20, com o avanço internacional das forças capitalistas, intelectuais com feições positivistas procuraram “dar respostas” a estes avanços, na esteira do espírito da instauração da república, seguindo os preceitos do positivismo. A ideia de uma inevitável “modernidade” e do progresso estimulavam a percepção de que também o social e o histórico poderiam passar pelo crivo do cientificismo. É como se colocássemos um acontecimento histórico sobre uma mesa de cirurgia e o destrinchasse, provando por “a mais b”, que aquele acontecimento fosse puro, não passível de interpretação.

Na ciência histórica, esta abordagem provocou impactos na própria noção de tempo, visto de forma linear, com a valorização de datas, recortes temporais estanques sem visão processual, em uma percepção factual dos processos históricos. A centralidade no demonstrar os “grandes eventos” e “provar os fatos”, faz com que tal empreitada careça de interpretação histórica, sujeitando-se ao caráter descritivo dos fenômenos, a valorização de “personalidades” (sobretudo do meio político e econômico) e determinados grupos sociais/étnicos. Com especial atenção na “defesa” dos patrimônios materiais, em detrimento dos imateriais, há um esquecimento sobre as contribuições históricas de grupos sociais tidos como minoritários (mulheres, crianças, indígenas, trabalhadores, pretos, pobres etc.).

Os registros são tidos como dados inquestionáveis, não pensados no conjunto de situações e acontecimentos que dão forma ao seu contexto. No nosso caso em especial, há uma preocupação com a questão do mito fundador: quem, quando e como fundou a cidade, a partir de uma tentativa de utilizar as fontes disponíveis para patrocinar uma “disputa de narrativas” sobre este mito. É verdade que os memorialistas (historiadores não profissionais), foram muito dedicados, dentro de seu universo de compreensão, contribuindo significativamente para levantar dados, descobrir fontes e informações. No entanto, faltava-lhes os arcabouços da ciência histórica

de viés crítico. Em princípio, o verbete “Jundiaí”, com a descrição inicial sobre a fundação da cidade, foi assumido como “verdade” histórica, na publicação de Azevedo Marques, *Apontamentos da Província de São Paulo*, Tomo II. Ele está posto na segunda tiragem da edição Comemorativa do IV Centenário da Fundação de São Paulo, obra publicada pela Livraria Martins Editora, em 1954.

Várias publicações são decorrentes desta preocupação, como *Elementos para a história de Jundiaí* (Alceu de Toledo Pontes, Antônio Raymundo de Oliveira, Armando Colaferri, Guilherme Enfeldt, Júlio Seabra Inglês de Sousa, Nelson Foot e Plínio Luís Martins Bonilha – subcomissão do marco histórico), de 1955; *Em torno da Fundação de Jundiaí* (Armando Colaferri e Nelson Foot), de 1971 e *Jundiaí, Campo Limpo Paulista, Várzea Paulista e Itupeva* (Alceu de Toledo Pontes), de 1973. Todas com o apoio do poder público.

Algumas outras, questionando a versão das obras citadas, vieram posteriormente, na mesma perspectiva historiográfica, como as duas edições da *Revista do Museu Histórico e Cultural de Jundiaí*, de 1973 e *Jundiaí através de documentos* (Mário Mazzuia), de 1976. Ambas com apoio do poder público. Além delas, temos também *Jundiaí e sua história* (Mario Mazzuia), de 1979; *Nossa Senhora do Desterro: invocação dos primeiros povoadores* (Geraldo Barbosa Tomanik), de 1987; *Jundiaí na história* (Aldo Cipolato), de 1994; *As fotos, os traços e a história* (Geraldo Barbosa Tomanik), de 2005; *Villa Ferosa de Nossa Senhora do Desterro do Mato Grosso de Jundiahy, da Capitania de São Vicente*, dois volumes (Roberto Franco Bueno), de 2010 e, por fim, ao que tudo indica para sanar as polêmicas, *Aditamentos à história da fundação de Jundiaí* (Adriano Campanhole, Wanderley dos Santos e Moisés Gicovate), de 1994. A “briga” era para definir a data e quem fundou a cidade, como se a existência de um território dependesse apenas de um mandatário. E mais que isso, que não houvesse pessoas e grupos étnicos diferentes do colonizador neste território.

Todas estas publicações se conduziram pelo referencial tradicional da história e não fugiram ao lugar-comum de pensar o local a partir do mito fundador. Com pequenas variações entre uma e outra publicação, aparecem dados importantes, socioeconômicos, étnicos, geográficos, que nos ajudam a pensar, a partir dos proble-

mas do presente, o que de fato nos tornamos. Particularmente, destacamos a obra de Mario Mazzuia, *Jundiá através de documentos* como uma das mais importantes dentre as mencionadas, porque os dados não foram apenas fruto de suposições, mas baseados em fontes documentais que podem ser interpretadas à luz da ciência histórica. Não para centralizar esforços no interesse simplista em torno do mito fundador, mas para compreender a totalidade das relações de ordem social, econômica e étnicas de vários séculos.

2. Enaltecendo aspectos do cotidiano

Em uma segunda abordagem historiográfica, a chamada história do cotidiano, ou das mentalidades, decorrente da grande abordagem historiográfica da Escola dos Annales, percebe-se uma modificação na desconstrução do factualismo, a preocupação em observar os fenômenos em um processo temporal mais longo, especialmente com a contribuição de outras ciências humanas e sociais. Os expoentes iniciais desta abordagem foram Marc Bloch e Lucien Febvre, seguidos por outras gerações, que legaram Fernand Braudel, Jacques Le Goff, Pierre Nora e os demais autores ligados à chamada micro-história. Há um esforço em perceber tanto as experiências particulares quanto as mais amplas, preocupando-se com a subjetividade e a objetividade na história. Agora não apenas a preocupação em “descrever os fatos”, mas pensar as experiências vividas, todas elas sendo consideradas partes integrantes do longo processo histórico. O patrimônio imaterial toma vulto. Sobretudo por meio das fontes orais e iconográficas, prevalecendo estudos sobre os costumes, hábitos, formas de organização social, em diálogo com outras abordagens historiográficas de viés crítico.

Alguns trabalhos acadêmicos de estudiosos locais foram importantes dentro desta abordagem. Eles podem ser considerados como integrantes, ao menos parcialmente, das preocupações que ela enseja. É o caso de *A escravidão esquecida: a administração indígena na Vila de Jundiá durante o século XVIII*, de Walter Morales Fagundes, uma dissertação de mestrado em Arqueologia, defendida em 2000; *Núcleo colonial Barão de Jundiá*, de Elisabeth Filippi-

ni, dissertação de mestrado em História Econômica, defendida em 1990 e, da mesma autora, *À sombra dos cafezais: sitiantes e chacareiros em Jundiaí (1890-1920)*, tese de doutorado em História Econômica, defendida em 1988.

O poder público também promoveu várias produções a partir da década de 90, sem referência explícita a esta corrente historiográfica, especialmente destacando espaços físicos (patrimônios materiais) em registros fotográficos. Todos sob a coordenação da professora Maria Angela Borges Salvadori.

3. A história vista de baixo

Por fim, a historiografia social inglesa centra seus esforços de interpretação em grupos de trabalhadores e nos pobres. Seus principais representantes são Edward Palmer Thompson e Eric Hobsbawm. A história é vista como uma interpretação científica e metodológica, embora aberta e sujeita a novas interpretações, sobre as questões do presente. O passado é pensado a partir do presente, significado de acordo com os pressupostos e necessidades de solução dos problemas da atualidade. Como uma abordagem totalizadora dos processos históricos, defende que as interpretações são validadas pelo método histórico e podem ser revistas. As descrições são parte integrante de uma abordagem crítica que valoriza os sujeitos históricos silenciados nos discursos oficiais, suas experiências vividas. Todos os sujeitos históricos, individuais e coletivos, são considerados, todo patrimônio (material, imaterial-cultural e ambiental) é valorizado, bem como todos os registros (documentais, orais, iconográficos, sonoros), sem que eles tenham um valor em si mesmos ou sejam utilizados como dados e informações sem crítica e avaliação. Não há preocupação em privilegiar nenhuma experiência social/cultural/histórica em detrimento de outras, preferindo observar a feitura do social a partir dos “de baixo” economicamente, fazendo opção pelos trabalhadores e trabalhadoras.

Destacamos alguns trabalhos acadêmicos sobre experiências locais que se situam no âmbito desta abordagem, como *Círculos operários católicos: práticas de assistência e contro-*

le no Brasil (1932-1945), de Paulo Roberto de Almeida, dissertação de mestrado em história social, defendida em 1992; *Trabalho e Ferrovia : Ser Ferroviário da Companhia Paulista - 1890-1922*, de Célia Rocha Calvo, dissertação de mestrado em história social, defendida em 1994; *Legislação e trabalho: experiências de trabalhadores na Justiça do Trabalho (Jundiaí/SP, décadas de 1940 a 1960)*, de Rinaldo José Varussa, tese de doutorado em história social, defendida em 2002 e *Hibiturucaia, o território e sua presença na multiculturalidade, nas composições identitárias e no resgate memorístico*, de José Felício Ribeiro De Cezare, dissertação de mestrado em Ensino e História de Ciências da Terra, defendida em 2023.

4. Para que serve a ciência histórica

Em geral, durante décadas a ciência histórica foi reduzida à ideia de que se trata de um estudo sobre o passado, com a finalidade de compreender os problemas do presente. Embora essa assertiva tenha algum grau de validade, ela ajudou a consolidar uma percepção descritiva da realidade. Nas últimas décadas, com os avanços nos campos das historiografias francesa e inglesa, a história passou a ser compreendida como uma área científica que contribui para pensar os problemas do presente, no intuito de colaborar na sua solução. Em cada espaço social, há problemas sociais específicos e os historiadores são imprescindíveis na sua compreensão. Cidades com perfil metropolitano, como a nossa, acumulam dezenas de problemas, especialmente alguns deles tendo se avolumado nos últimos anos. A falta de planejamento urbano, a ocupação desordenada do espaço físico e o conseqüente avanço de interesses econômicos e imobiliários em regiões de preservação ambiental, o empobrecimento cultural-político que tem fomentado a ignorância e o discurso anticientífico, os afetamentos ao espírito democrático com a proliferação de preconceitos e discursos de ódio, a pobreza emergente das periferias e até mesmo, como dizia um grande historiador brasileiro, a reflexão sobre o “por qual razão os ônibus param fora do ponto”, são exemplos de questões sobre as quais os historiadores

podem ajudar a pensar, procurando eventuais soluções, mesmo que parciais. Como costumamos dizer, a história é um processo aberto, nenhum fenômeno histórico é permanente em plenitude, todos eles implicam permanências e mudanças.

Desta forma, a ciência histórica sai do papel tradicional de se constituir como uma descrição do passado, para ser uma forma de pensar os problemas do presente e ressignificar o passado. O elitismo histórico, este que privilegia pessoas e grupos em detrimento de outras pessoas e grupos, este que fomenta práticas congeladas de observação ingênua de dados, informações e fontes históricas, precisa ser superado com investimentos em cultura e educação. A história é e deverá sempre ser uma ciência da formação da consciência cidadã. No próximo e derradeiro subtítulo, indicamos alguns avanços e problemas que percebemos nas políticas culturais e de preservação dos últimos anos.

Para compreender o que podemos fazer: um breve indicativo de que somos uma cidade viva e plural e que as políticas de preservação devem se assentar nesta perspectiva

22

Apesar da continuidade de uma hegemonia do discurso tradicional sobre nossa história, houve movimentos, nas últimas décadas, em favor de ressignificar os sentidos do que nos constitui como cidade. Tivemos poucos investimentos, variáveis de acordo com cada momento histórico, em corpo técnico especializado, não só para preservar documentos, mas produzir reflexões sobre os silenciamentos históricos. As comunidades originárias e os nossos irmãos de origem africana, sem dúvida alguma, foram os que mais ficaram à margem, no enaltecimento de nossa história. Muitos problemas de ordem técnica interferiram em processos de tombamento de bens materiais e uma falta de continuidade das políticas – em grande medida por conta de uma ignorância política sobre a diferença entre programa de governo e políticas públicas. Alguns espaços antes recuperados como símbolos locais foram totalmente abandonados. Em outros, houve investimentos parcimoniosos. Outro problema é a centralidade no ideário da preservação das fontes documentais como valor em si, sem o fomento de produções que

delas partam para ressignificar a nossa história. Muitas demolições de patrimônios materiais, ao longo dos anos, foram feitas aleatoriamente, sem critérios científicos e participação popular, como o caso da Concha Acústica do Parque da Uva. A história oral raramente é considerada como metodologia de pesquisa histórica.

No entanto, há que se reconhecer também alguns avanços, como a criação do Conselho Municipal do Patrimônio Histórico, Artístico e Cultural; a criação do Centro de Memória; do Departamento de Patrimônio Histórico; a atuação de corpo técnico especializado na preservação de parte da documentação pública; a ressignificação do uso dos espaços dos museus; a criação da Revista Cidade, patrimônio e história – que misteriosamente sumiu dos registros oficiais; a recuperação da Esplanada de Monte Castelo e da Ponte Torta; o tombamento do Complexo Argos; a atuação decisiva do Conselho; as atuações de setores da sociedade civil organizada em torno da defesa do patrimônio material e ambiental; a digitalização de documentos e a criação da Rota Afro, dentre outras iniciativas importantes.

Mas há, infelizmente, um longo caminho na definição de políticas mais efetivas de preservação do patrimônio e da memória histórica que levem em conta outros grupos sociais e culturais. É ainda a falta de integração das políticas de cultura e educação, com a valorização de centros de cultura existentes na cidade, alguns deles fechando as portas devido à falta de apoio. Um debate sobre os currículos escolares sobre a história local – especialmente a partir do cumprimento das leis 10.639/03 e 11.645/08, que tratam do ensino das culturas indígenas e afro-brasileira, sobretudo porque nossa cidade é o que é, em grande medida pela sustentação social que estes grupos étnicos sociais deram à nossa constituição, além dos demais outros grupos minoritários socialmente, como trabalhadores e trabalhadoras de diversos setores econômicos. Só assim poderemos dizer que nossa cidade é plural, que nossa história é plural e que todos os cidadãos que aqui nasceram, viveram e vivem, são parte integrante de nosso emaranhado cultural. Só assim poderemos bradar, como está no hino: “Ó terra querida, Jundiáí!”

Jundiaí Terra de Sonhos

Jorge Trigo
(Portugal)

Sonhei que viajava com a minha esposa, Amélia, para Jundiaí – essa terra vibrante e inspiradora do Brasil, onde o real e o imaginário se misturam sob o mesmo céu. Ao chegarmos, fomos recebidos por um grupo de amigos escritores, almas criativas que transformam palavras em pontes entre corações.

24

Muitos deles, até então, eram apenas nomes queridos nas páginas e nas redes sociais – e ali, diante de nós, tornaram-se presença viva, calorosa e acolhedora. À frente do grupo, destacava-se o incansável Márcio Martelli, escritor e editor de espírito luminoso, cuja dedicação tem feito da **Editores In House** um verdadeiro celeiro de talentos e sonhos publicados.

Em Jundiaí, descobrimos não apenas uma cidade – mas um símbolo de criação, amizade e esperança. Uma terra onde as histórias ganham asas... e os sonhadores encontram morada.

Conduziram-nos por entre ruas cheias de vida, onde a presença portuguesa se fazia sentir em cada detalhe. Visitámos lojas acolhedoras, restaurantes de aromas familiares, adegas repletas de histórias – e muito mais. Em cada canto, o espírito lusitano pulsava, vivo e orgulhoso, como se Portugal ali tivesse deixado um pedaço de sua alma.

A culinária portuguesa estendia-se diante de nós como um convite irresistível à memória e ao paladar. Era impossível resistir aos aromas que saíam das cozinhas do “**Lisboa Culinária Portuguesa**”, do “**Bacalhau do Barão**” ou da acolhedora “**Caverna Portu-**

guesa” – verdadeiros templos de sabores que nos transportavam, a cada garfada, às ruas de Lisboa e às margens do Douro.

Encerrámos a noite no animado bar “**Amigos do Português**”, onde risos, música e boa conversa se misturavam com o som dos copos e o calor da amizade luso-brasileira.

Mas estávamos em solo brasileiro – e era o Brasil, com toda a sua alma vibrante, que agora nos chamava. Queríamos mergulhar nas suas cores, nos seus ritmos e sabores autênticos. Fomos, então, conhecer os monumentos que guardam a história de Jundiaí, as tradições que revelam o seu povo, os pratos que exaltam a sua terra e a doçaria que adoça a vida com um toque tropical. Cada experiência era um novo encanto, uma celebração da brasilidade em sua forma mais genuína.

O património histórico e cultural de Jundiaí revelou-se riquíssimo – um verdadeiro tesouro preservado com orgulho e afeto. Foi isso que pudemos constatar nas visitas cuidadosamente preparadas pelos nossos amigos, que nos conduziram por entre memórias e monumentos, histórias e emoções.

Conhecemos a **Pinacoteca Diógenes Duarte Paes**, guardiã de expressões artísticas que revelam a alma jundiaiense; o imponente **Teatro Polytheama**, cuja arquitetura e atmosfera parecem respirar cultura e tradição; o **Jardim Botânico**, o **Mundo das Crianças** e o **Parque da Cidade**, onde natureza e modernidade dialogam em harmonia.

Encantámo-nos ainda com o histórico **Museu dos Ferroviários**, e o **Expressa Jundiaí**, local em se que respira arte e cultura; e com a majestosa **Catedral de Nossa Senhora do Desterro**, símbolo de fé e beleza que domina o coração da cidade. A visita culminou no **Museu Histórico e Cultural Solar do Barão**, um espaço onde o tempo se detém e as histórias de Jundiaí ganham voz e permanência.

Em cada um desses lugares, sentimos o pulsar da cidade – uma combinação de memória, arte e identidade que faz de Jundiaí não apenas um destino, mas uma verdadeira experiência de alma.

Uma semana passou – tão depressa, que mal tivemos tempo de perceber que o sonho chegava ao fim. Era hora de regressarmos a Portugal, levando conosco não apenas lembranças, mas pedaços vivos de afeto, amizade e cultura.

A despedida foi profundamente comovente. O Márcio Martelli e os nossos amigos escritores reuniram-se conosco num conhecido bar de Jundiaí, onde as palavras fluíam tão naturalmente quanto as emoções. Erguemos os copos e brindámos à Amizade, à Literatura e, com especial ternura, à Poesia de Fernando Pessoa, enquanto saboreávamos uma refrescante “Mexeriquinha”.

Naquele instante, entre risos, versos e abraços, sentimos mais uma vez a ponte invisível que une **Portugal e Brasil** – dois países irmãos, ligados por língua, alma e coração.

Acordei. O sonho terminara... e que sonho, meu Deus! Ficou-me a sensação doce e luminosa de ter vivido algo que ultrapassa o simples imaginar – uma viagem entre realidades, um encontro entre mundos, um abraço entre povos.

Jundiaí permanece em mim como um lugar da alma, onde a amizade floresce, a arte respira e os sonhos não conhecem fronteiras.

Jorge Trigo é licenciado em História e Mestre em História Regional e Local pelas Universidades Portuguesas. É escritor e embaixador em Portugal da editora brasileira In House.

Mantido no português original falado e escrito em Portugal.

A arquitetura do canto: uma jornada de mais de 25 anos

Vasti Atique

Minha vida se confunde com o som e o ritmo de Jundiaí. Nasci em Jundiaí e por mais de 25 anos meu trabalho tem sido o de projetar e construir a estrutura que suporta o canto coral erudito e popular da nossa cidade.

Meus estudos musicais começaram cedo, aos cinco anos de idade fazendo aulas de teoria musical e depois piano com a Professora e Concertista Lúcia Olga Chaves.

A transição para o pódio da regência se consolidou durante meu Bacharelado em Música pela FIAM-FAAM (Faculdade de Artes Alcantara Machado). Foi ali que a paixão pelo canto coral me fisionou. Decidi então me aprofundar na regência, estudando na FAAM com os maestros Naomi Munakata e Abel Rocha.

Para solidificar minha autoridade no campo, busquei o Mestrado em Música (regência) pela Unicamp, sob a orientação de Eduardo Ostergren e Pós-graduação em Pedagogia Vocal pela Faculdade Santa Marcelina, sob coordenação de Joana Mariz.

Essa jornada me permitiu ir além da teoria. Participei de cursos de Regência Orquestral em Cuba, com a Maestra francesa Nathalie Marin (2019), e me dediquei aos métodos pedagógicos ativos (Kodály, Orff e Dalcroze), após uma experiência transformadora no Creating Artistry Conductors Workshop na Butler University (EUA) nos anos 2000 e 2007, com o Maestro Henry Leck.

Madrigal Vivace: o meu laboratório de excelência

Em setembro de 1999, o Madrigal Vivace nasceu. Ele é o motor da minha excelência artística. Se o Coral Municipal é o coração público da minha carreira, o Madrigal é meu laboratório, um corpo de elite dedicado a um repertório ambicioso. Nossa missão sempre foi vasta: da precisão do repertório brasileiro à cappella aos coros sinfônicos.

Realizamos importantes obras corais sinfônicas como *Carmina Burana* de Carl Orff, *Requiem* de Mozart, *Requiem* de Fauré, *Gloria* de Vivaldi e outras. No campo operístico, fiz a preparação do coro Madrigal Vivace para as óperas *Pagliacci* e *Cavalleria Rusticana*, executada com a Orquestra Sinfônica de Santo André. Foi o Madrigal Vivace o coro escolhido para o meu recital de mestrado na Unicamp, com a *Missa em D menor* de Henrique Oswald.

28

O Coral Astra: desenvolvendo o coro cênico

Já o Coral Astra, permitiu-me explorar um estilo diferente: o coro cênico. Com esse grupo, formado por colaboradores da empresa Astra em 1999, pude unir a música às artes cênicas, trabalhando em colaboração aos diretores cênicos como Marcelo Peroni e Vladimir Camargo na construção de espetáculos cênicos musicais. Meu interesse contínuo por esta área me levou ao festival California Show Choir Academy em Los Angeles, em 2015. Foi, inclusive, uma performance cênico musical do Coral Astra em 2005 que chamou a atenção do diretor do Projeto Canarinhos da Terra da UNICAMP, abrindo um novo capítulo na minha vida.

A construção do legado em Jundiá: da formação à regência institucional

A partir de 2007, meu trabalho com a formação musical infantil ganhou foco. Eu entendi que, se quisesse ter bons coros adultos, precisaria contribuir ativamente com a base. Atuei e ainda atuo como diretora musical-pedagógica e regente do Projeto Canarinhos

da Terra – Unicamp a mais de 20 anos, um projeto que atende mais de 4 mil crianças e jovens nas cidades de Campinas, Paulínia e Jundiaí. Durante essa experiência, desenvolvi e testei um sistema próprio para canto coral infantojuvenil, baseada nos ensinamentos do maestro Henry Leck e nas pedagogias Orff, Dalcroze e Kodaly.

Hoje, esse conjunto de conhecimentos é aplicado diretamente na minha cidade natal. Desde 2016, sou regente e diretora artística de um dos corpos artísticos ligados à Secretaria de Cultura de Jundiaí, do Coral Municipal de Jundiaí (CMJ), eleita por concurso. Meu papel vai além da regência: faço a coordenação dos grupos infantis e infantojuvenis da Secretaria de Cultura de Jundiaí. Isso inclui o Coral Municipal Adulto (CMJ), o Grupo Pré-Coral Infantil e o Grupo Coral Infantojuvenil Cidade das Crianças, além da Oficina Coral para adultos iniciantes e do núcleo profissional, formado pelos monitores de naipes. Todo este programa beneficia cerca de 160 coralistas, que também desenvolvem um trabalho cênico musical.

Com orgulho, menciono que pude formar e monitorar uma equipe de regentes iniciantes, posicionando-me não apenas como regente, mas como uma “formadora de formadores”.

Essa estrutura vertical garante que a qualidade técnica, que aprendi a desenvolver, seja aplicada em toda a cadeia de formação, desde a base. O Coral é o rosto da música pública de Jundiaí, participando de eventos cruciais na programação da Secretaria de Cultura, nos bairros, nos teatros, nas solenidades e projetos de cunho educacional em escolas públicas.

Meu legado: formando as vozes do amanhã

O impacto de minha dedicação foi reconhecido formalmente, com a homenagem ao Coral Municipal em sessões da Câmara de Vereadores “em nome da Maestrina Vasti Atique”. Isso solidifica meu status como uma embaixadora cultural, cuja biografia já faz parte da memória histórica de Jundiaí, registrada na *Jundpedia*.

Não me limitei a reger grupos isolados; eu construí um ecossistema musical completo que une pesquisa à prática, excelência independente à representação pública, e o talento adulto à formação infantojuvenil. Minha batuta não só comanda vozes; ela arqui-

Encantos e memórias imortais

tetou uma estrutura que garante que a alma musical de Jundiaí continue a cantar por muitas gerações, transformando vidas através da música.



Coral Municipal de Jundiaí – CMJ, Sala Glória Rocha, 11/09/2025.



Figurino de estreia

Thaty Marcondes ©

O palco abriga estórias; cataloga histórias; tem memória. A vida interfere em sua dinâmica, como ele próprio influencia a vida que pulsa no ambiente. Ninguém passa imune por uma apresentação artística, bem como nenhuma apresentação fica inerte à plateia que a transforma.

Noite de sábado, ali pelos idos da década de 40. Das duas irmãs, apenas a mais velha poderia sair de casa à noite. O fato é que justamente a mais nova tinha compromisso marcado com um possível futuro namorado, à porta do Cine Teatro Polytheama, quase em frente à casa da família, na Rua Barão de Jundiaí. Então combinaram: a mais velha, ao invés de ir à estreia que movimentaria toda a sociedade local, ficaria em casa, enquanto a mais nova, devidamente envolta em um pesado casaco de peles, sairia para a diversão – a moda (importada) era casaco de pele, bem grosso e peludo, aparência de urso ou algo que o valha, o que permitia um certo disfarce.

Havia, na vizinhança, um jovem com problemas mentais, Isaac, que tinha a cabeça maior que o normal, e expressava-se de forma desconexa, gritando pelas ruas próximas à sua residência, quando conseguia escapar da vigilância familiar. Normalmente nos finais de tarde/início de noite, ele ia à porta dos conhecidos e gritava seus nomes até que fosse atendido. E era apaixonado pelas duas irmãs, embora mal conseguisse distinguir uma da outra.

Naquela noite, Isaac ficou tranquilo em casa. Mas o ex-namorado da irmã mais nova saiu pra saciar sua sede de saudade, de bar em bar. Claro que foi terminar seu lamento sob sua janela, que dava para a calçada. E começou a gritar seu nome, em alto e bom som.

A irmã mais velha que, no entender do pai, estaria no Polytheama, correu acudir o rapaz para que o pai não notasse a troca e a desobediência.

Passou pelo pai, com seu casado de peles, e disse que tinha que voltar ao evento, esquecera algo e já estava atrasada, as amigas esperando etc. O pai, absorto na leitura e nas notícias do rádio, não atinou para nenhum detalhe, exceto para a gritaria em frente à casa, que ela justificou como sendo Isaac, adiantando que ia dar um jeito antes de atravessar a rua.

Saiu, pegou o ébrio pelo braço e encaminharam-se ao Polytheama, para procurar a irmã, na esperança de que o sujeito se calasse. Verificaram nos camarotes e frisas, sem resposta. Em cada porta que abriam, ele gritava o nome da amada, assim como quando na plateia do piso térreo, também sem êxito, pois a mocinha resolvera ir a outro lugar, com o novo par.

Muito constrangida com o escândalo que absorveu toda atenção e os olhares sobre si, a moça voltou à casa e pediu que o rapaz se acalmasse. Ele então desabou na calçada e adormeceu, após declarar que ia esperar a volta de sua amada.

Quando a irmã mais nova se aproximou de casa, avistou a cena e não se conteve. Às gargalhadas, observou os trajes da comportada irmã que, depois de se dar conta, ficou em dúvida sobre quem chamara mais atenção no teatro: ela ou o pobre bêbado apaixonado. No afã de que o pai não percebesse a troca, vestiu-se às pressas e amarrou o casaco com uma gravata esquecida numa cadeira qualquer; os sapatos, de altura de saltos diferentes, eram um marrom e o outro preto; o mais agravante é que o pesado casaco tinha uma fenda atrás, por onde se podia ver a camisola em tons de rosa. À boca um elegante batom carmim.

**Texto publicado no site da Prefeitura de Jundiá
por ocasião do centenário do Cine Teatro Polytheama.*

***Baseado em numa história real ocorrida na
década de 40 – memórias de minha mãe, Olga Lopes Cubero.*

Antes que eu esqueça

José Renato Nalini

O avanço da idade me faz sentir pressa em exteriorizar alguns sentimentos, antes de que eu deixe esta esfera. O projeto de uma biografia é sempre relegado, por vários motivos. Um deles, é o receio de uma certa pretensão. Por que registrar uma vida comum? Nada de extraordinário nela. Uma trajetória que teve algum esforço, algum sucesso, mais alegrias do que tristezas.

O outro é: por onde começar? Reminiscências da infância? Fatos familiares? Perfis de parentes? Valeria a pena?

Ainda que não superadas as dúvidas, comecei a fazer anotações e chamei o arquivo de *Antes que eu esqueça*, com alusão ao Alzheimer, pois tenho convivido com pessoas queridas que foram apanhadas em suas redes. Mas vi que meu confrade da Academia Paulista de Letras, o pensador político Bolívar Lamounier se antecipou e publicou um livro de memórias com esse título.

Não há livro, portanto. Surge, porém, e agora, a oportunidade de lembrar alguns episódios e quero uni-los e abraçá-los pensando em gratidão. Essa virtude mais desprezada do que cultivada, é algo que sempre me motivou. Procuo não me esquecer de pessoas que são minhas credoras e cujas dívidas nunca honrei. Estou em permanente débito para com elas e já não tenho como me livrar dessa carga, pois não estão mais conosco. Sou devedor insolvente e tento compensar o débito com o afeto com que as envolvo em minhas memórias. Como observou Cecília Meireles, cultivo um jardim de memórias em minha consciência e, dele, só eu tenho a chave. Abro-o e percorro tantas vias, a cada visita que faço.

A primeira a ser citada é minha prima, na verdade prima de minha mãe, Rute Lopes de Camargo, depois Rute Lucato. Ela servia como pajem do Paulinho Adolpho, que nasceu pouco antes de

mim. Quando minha mãe me deu à luz, ela imediatamente deixou D. Sônia e veio ficar em casa, para tomar conta de mim. Quando adolescente, uma das visitas que eu sempre fazia era à sua casa, pois ela foi a primeira prima a se casar. Com sua irmã, Lydia, eu ia às matinês do Ipiranga, Marabá e Politeama.

Seu irmão João Lopes Camargo foi sempre uma pessoa presente em nossa casa. Amigo de meus pais. Solícito em todas as ocasiões.

Na fase pré-primário, que hoje se chama creche, eu tive o convívio das irmãs vicentinas do Educandário Nossa Senhora do Desterro: a Madre Josina e a Irmã Carmem Bergamasco. Esta se tornou depois escultora de imagens sacras, e dela ganhei vários exemplares.

Ali no pré, fui aluno de D. Branca Paoliello Conde e de Lia Avallone, então muito moça e muito bonita. Fui, em seguida, aluno da Escola Paroquial “Francisco Telles”, então dirigida pela Irmã Flórida e pela vice Irmã Maria de São Luís. É quase milagre pensar que ao menos a parede frontal dessa escola resista à sanha demolitória e ainda esteja ali na Rua do Rosário, ao lado da Catedral Nossa Senhora do Desterro.

Minha primeira professora foi Irmã Otávia. Em pleno primeiro ano, ela foi substituída pela Irmã Susana, que tinha fama de brava. Mas me dei muito bem com ela. Inclusive ganhei prêmio de aplicação e comportamento, um livro que tinha na capa um indígena, com carinhosa dedicatória de minha mestra.

Um fato interessante: cheguei contente no primeiro mês do primeiro ano do curso primário – hoje ensino fundamental –, com o boletim mensal manuscrito. Eu era o 11º da classe e estava muito satisfeito. Ocupava a primeira metade da classe. Minha mãe se indignou: – *“O que esses outros dez colegas seus têm que você não tem? Sua única obrigação é estudar. Não se justifica ser o décimo primeiro!”*. Para o bem ou para o mal, a lição calou. Desde então, investi em aprender para ser o primeiro, o que perdurou até terminar o bacharelado em Ciências Jurídicas e Sociais na PUC/Campinas. Quando as notas eram postas num quadro, para nossa conferência, antes de verificar as minhas, consultava as do meu colega e amigo Fernando Stein, que me ameaçava na classificação.

No segundo ano primário, a professora era a Irmã Úrsula. Tão amigo fiquei que ela me presenteou com um lindo crucifixo. Fiquei feliz e fui para casa. Depois de mostrá-lo a meus pais, escondi-o. Dias depois, Irmã Flórida aparece em nosso portão. Pede que eu devolva o crucifixo, pois foi com ele nas mãos que morrera o pai da Irmã Úrsula. Ela nunca poderia ter entregue essa peça afetiva a um aluno, por mais que gostasse dele.

Como explicar que nunca mais encontrei o crucifixo? Meus pais reviraram a casa. Até no forro se procurou. No jardim. Numa tina em que criávamos cascudos, pescados por nosso vizinho Alcebíades Sagrillo, padrinho de meu irmão João René. Mistério! Nunca mais se localizou a pequena imagem. Irmã Úrsula teve de se resignar. Na verdade, quem estava mais preocupada era a Irmã Flórida.

No terceiro ano, minha professora foi a Irmã Verona. Era pequena e muito dinâmica. E no quarto, a Irmã Zélia. Quando minha mãe se dirigia a uma reunião de pais e mestres, perguntou-me como era a minha professora. E eu respondi: – “A mais bonita!”.

Foram tempos muito felizes esses da Escola Paroquial. Rezávamos o terço junto à gruta de Nossa Senhora de Lourdes. Integrávamos a Cruzada Eucarística. Fazíamos programas na Rádio Difusora. Orlando de Jesus Moreira tocava piano muito bem. Ernestinho Chiorlim já era bom no esporte. Vicente Martin, Baeta, Bueno, eram alguns dos colegas.

Eu era bom aluno, de acordo com os critérios à época, assim como minha irmã Raquel. Meu pai fazia muitos serviços de marcenaria para as vicentinas, sempre *pro bono*. Tanto na Escola Paroquial, como no Educandário e no Lar Nossa Senhora das Graças, que chamávamos o “Asilo dos Velhos”. Confeccionava, inclusive, nossos trabalhos manuais que eram exibidos nas costumeiras feiras com a produção dos alunos. Éramos considerados exímios artesãos, valendo-nos do talento de meu pai, Baptista Nalini, modelador pela Escola “Bento Quirino”, de Campinas. Esse um dos motivos pelos quais Raquel e eu éramos treinados a discursar em francês, a cada visita de religiosos belga à comunidade vicentina de Jundiáí.

Tempos despreocupados e ingênuos. Lembro-me até hoje que na manhã de 24 de agosto de 1954, não houve aula. Chegamos a entrar nas filas, mas as irmãs avisaram os alunos que o Presidente

Getúlio Vargas morrera. Voltei para casa e encontrei minha mãe chorando: “*Mataram o pai dos pobres!*”.

Da Escola Paroquial, onde estive de 1953 a 1956, fui para o Ginásio Divino Salvador, então recém-criado pelos padres salvatorianos. A Sociedade do Divino Salvador foi a Ordem criada pelo beato Francisco Maria da Cruz Jordan, nascido João Batista Jordan (16/6/1848-08/09/1918). Os salvatorianos já cuidavam da Paróquia de Nossa Senhora da Conceição em Vila Arens e ali mantinham um Seminário para a formação de sacerdotes. Resolveram também educar jovens leigos.

O diretor era o cearense Padre Paulo de Sá Gurgel, de uma família de sacerdotes. Seu irmão era o Padre Otávio, seu primo o Padre Mário Teixeira Gurgel e outro primo foi governador do Rio Grande do Norte, o Monsenhor Walfredo Dantas Gurgel. Era dinâmico, visionário, empreendedor. Andava pela cidade toda com sua motocicleta. Atraiu muitas famílias desejosas de uma formação católica para suas proles.

36

Tínhamos aulas com os seminaristas no portentoso edifício com imenso jardim, um chafariz com peixes vermelhos, um caramanchão coberto de trepadeira com flores cor de rosa. Ambiente acolhedor.

Nossos professores eram sacerdotes, à exceção de Durval Fornari, que nos fazia cantar em coro. As aulas de canto orfeônico eram pitorescas. Aprendi muitas músicas das quais ainda me lembro e tento assobiar quando tenho saudades desse tempo. E as saudades são muitas. Aumentam à medida que vamos esgotando o prazo de permanência nesta peregrinação.

Tínhamos como professor de Educação Física Daniel Hehl Cardoso e como professor de química Wilzon Pinzon. Os demais, padres salvatorianos.

Aprendi Língua Portuguesa e com o Padre Paulo, História com o Padre Angelo (Marcelino) Zanella, Língua Inglesa com o Padre Miguel Schlerdon, Geografia com o Padre Ditmar Graeter, Língua Francesa com o Padre Gervásio, que chamávamos Gervais. Matemática e Física tentei aprender com o Padre Damião Prentke. Tentativa frustrada... só me interesse por humanidades...

Havia outros sacerdotes: Padre Canísio, Padre Gabriel, Frater Aurélio Tafarel, Arnaldo e Lourenço. Eram nossos colegas de clas-

se os seminaristas, dois dos quais irmãos de Aída Cury, vítima dos “playboys” dos anos cinquenta/sessenta.

Amizades para a vida inteira surgiram ali com os colegas do 1º A: Ademir José Manzato, Bechara Jorge Kachan, Carlos Alberto de Almeida, Elcio Borgonovi, Elidio Bulisani, Eudimir Ricardo Bizzarro, Fernando Alcio Fehr, Fernando Loboda, João Gresius Filho, José Anselmo Contesini, José Eduardo Penaforte Martins (que veio a se tornar meu cunhado, casando-se com minha irmã Raquel), Luiz Alberto Moraes Pereira, Luiz Francisco Ferreira Bárbaro, o “Picoco”, Mario Augusto de Oliveira Bocchino, Norberto Pastre Júnior, Odilon Lopes de Moraes, Mariano Bezan, o Covesi, Stefano Maria Moretti, Vicente Martin, tantos outros! Se recorresse às minhas fotos e apontamentos, lembraria todos os colegas. Mas neste momento, só disponho da memória.

Nossa formatura, em 29 de dezembro de 1960, movimentou nossas famílias. O salão paroquial de Vila Arens foi ornamentado com orquídeas de Orestes Loboda, pai do Fernando. Entramos ao som de *Cavaleria Rusticana* em marcha cadenciada. Leta e Oswaldo Bárbaro fizeram grande festa em sua casa na Ponte São João. Quase todos estavam lá.

Continuei no Divino Salvador para o Curso Científico, de 1961 a 1963. Turma bem menor: infelizmente, a maior parte já em outra esfera. Sérgio do Amaral Westin Cabral de Vasconcellos, Adalberto Mário Giacchetta, Flávio Vicente, Mário Augusto de Oliveira Bocchino, José Carlos Le Sueur de Moraes. O curso era à noite, o que me fez menos atento às obrigações escolares e abriu espaço para derivações que me levaram a perder dois anos.

O amor! O amor que move o sol e as demais estrelas, fez-me começar outro curso secundário: o Clássico, no GEVA – Ginásio Estadual de Vila Arens, depois “Escola Estadual de Primeiro e Segundo Grau Dr. José Romeiro Pereira”. Para ficar na classe de minha namorada, Eliana Castiglioni, deixei de prestar vestibular em 1964. Queria ser médico, assim como sonhava minha mãe. No GEVA, além de Eliana, estavam Sônia Aparecida Theoto Petroni, Kioitsi Chicuta, e havia a presença inspiradora da diretora Anna Maria Figueiredo. Figura extraordinária que, durante curto convívio, influenciou-me bastante, assim como Carlos Franchi.

Onde entra a gratidão?

Jacyro Martinasso e Ademércio Lourenção, mais João Fernandes Gimenes Molina, questionaram-me sobre o ingresso na Universidade. Os dois primeiros, recomendando que eu fizesse Direito. Minha mãe era admiradora de Esther de Figueiredo Ferraz, que junto de José Romeiro Pereira, conseguira a absolvição de Miriam Elias Bandeira de Mello, filha do Sr. Jayme Elias. Caso rumoroso, que tornou Esther Ferraz uma pessoa muito admirada em Jundiáí.

Foi o que me fez pensar em Direito. Até porque, Eliana Castiglioni também queria cursar Direito. Só que na São Francisco. Eu preferi a Universidade Católica de Campinas, de onde saíam alguns dos melhores advogados jundiaíenses, como Walmor Barbosa Martins, Tarcísio Germano de Lemos, Muzaiel Feres Muzaiel, Nahim Pedro Kachan, Thirson Cândido de Oliveira D'Angieri e Laerte de França Silveira Ribeiro, entre outros.

Em 1964, fui aprovado num concurso de ingresso à Ferrovia: Companhia Paulista de Estradas de Ferro. Aprendi disciplina, assiduidade, observância de horários. Tive como chefe Emilia Tamasauskas Caprioglio, que era muito exigente. Ali comecei a treinar a datilografia de peças processuais – pois a Ferrovia já se tornara FEPASA, uma empresa de reclamações trabalhistas – sob a orientação dos advogados Hélio de Campos e Cillas D'Angieri.

Por sinal, devo também à minha mãe o curso de datilografia na Escola Remington, de D. Amélia Lima Lopes, tia de Antonio Latorre de Oliveira Lima, que viria a se tornar meu consogro.

Grato a todos os que me ensinaram a cumprir minhas obrigações funcionais. Mas gratidão especial ao Dr. Lincoln de Carvalho Soares.

Quando estava prestes a ceder à pressão do Chefe do Departamento Pessoal que insistia em minha exoneração da Companhia Paulista, pois ele entendia incompatível o desempenho do trabalho cumulado com o curso de Direito, caiu a diretoria e o Diretor de Pessoal foi o Dr. Lincoln. Ele me salvou. Logo ao chegar, indagou se havia algum funcionário que estudava direito. Eu fora o único a resistir às pressões de quem talvez tivesse preconceito contra quem aspirasse a ser mais do que um funcionário.

Durante o período em que o chefe insistia na minha exoneração “voluntária”, ele me fazia permanecer no horário de estudante

sozinho, a datilografar os enormes quadros de diferenças salariais para instruir as reclamações trabalhistas dos que se sentiam prejudicados diante da nomeação de novos funcionários em referências superiores às do quadro. Sem passar pelos graus promocionais então vigentes.

Eu ingressara na referência XIII e fora promovido para a XIV. Um caso que passou a ser o paradigma das reclamações na Junta do Trabalho era a nomeação de alguém que nunca trabalhara na Ferrovia e que começou na referência XXVIII.

Esses quadros eram feitos em máquinas enormes, com um “carro” enorme, de mais de metro. Pois era preciso datilografar as diferenças salariais mês a mês, abarcando doze meses ou um ano. Era uma tarefa a ser exercida por dois funcionários. Um datilografava, o outro “cantava” os algarismos. E havia a troca de funções quando o primeiro se cansava.

Para me punir, por pretender estudar Direito, o meu chefe me deixava sozinho para cumprir as duas etapas, pretendendo a mesma produtividade da dupla.

Foi a Providência Divina que colocou em meu caminho o Dr. Lincoln de Carvalho Soares. Aliviou-me da pressão, orientou-me no estudo das disciplinas jurídicas, incentivou-me, prestigiou-me. Notável influência.

Em 1969, eleito prefeito Walmor Barbosa Martins, ele me chamou para ser seu Secretário Particular. Foi uma experiência magnífica. Na Prefeitura de minha cidade, cheguei a substituir Cláudia Maria de Lucca, ao desligar-se da Secretaria da Educação. Depois, o Secretário do Planejamento e o Chefe de Gabinete Waldemar Gonçalves.

Descortinou-se um panorama que não vislumbrara até então. Conhecer a cidade em suas entranhas. Acompanhar a gestão dinâmica de Walmor. Conhecer pessoas como Orlando Zancaner, a quem devo também agradecer, por haver me auxiliado quando da promoção para Ubatuba, já no Ministério Público.

É nesta Instituição, devo ser grato a Jorge Luiz de Almeida, que me animou a me inscrever para o concurso. A Vicente Genovez, que me levou a São Paulo para me submeter à prova inicial. Sem a interferência direta da Divina Providência, não teria iniciado nova

carreira, na qual fui muito feliz e da qual guardo as melhores recordações.

Se tivesse de agradecer a todos os que influenciaram benéficamente a minha já longa existência, não haveria espaço neste relato. Sou dos que rezam e cada vez mais. Acredito na oração. Lembro-me de todas as pessoas que me incentivaram, ajudaram-me, empurraram-me, acreditaram em mim e me impulsionaram a prosseguir.

Cada etapa desta existência que já se prolonga, por mercê do Criador, teve anjos partícipes diretos, benevolentes e generosos, que fizeram com que viesse a receber muito mais do que mereço.

Hoje mencionei algumas dessas figuras benfazejas. Se tempo e oportunidade houverem, procurarei enaltecer muitas outras. Sei que, ao reler o que escrevi, encontrarei muitas omissões. Ainda que involuntárias, imperdoáveis. Confesso a falta e me penitencio dela. E procurarei, em contrição, saldá-la quando puder. Se Deus quiser. E Ele haverá de querer.

Milton Domingos

Luciana Piamonteze

No final de 1977, meu pai foi transferido do interior (Ibitinga) para Cabreúva e a empresa queria que a família morasse em São Paulo.

Como assim?

Sair do interior para morar em São Paulo?

Todos ficaram assustados com essa nova possibilidade. Depois de uma conversa na empresa, meus pais decidiram morar em Jundiaí, uma cidade grande, mas nem tanto.

Nessa época, Jundiaí realmente não era a potência que é hoje, mas mesmo assim, perto de onde morávamos, era uma cidade enorme!

Lembro-me do dia em que fomos ao Jumbo, na Rua Coronel Leme da Fonseca. Quando entrei naquele hipermercado fiquei maravilhada! Um supermercado que tinha eletrodomésticos, comida e até móveis. Como isso era possível? Tudo muito grande, limpo e cheio de gente bonita. Muito diferente da “vendinha” perto da nossa casa no interior.

No auge de meus 11 anos fui estudar na Escola Coronel Siqueira de Moraes, na 5ª série e, minha nossa! Que escola enorme, quantas salas de aula, quantos alunos e muitos, muitos professores. Tive muita sorte, a turma era acolhedora e logo fiz amizades, tão boas e importantes que até hoje nos encontramos uma vez por ano para matar saudades.

Mas, teve algo que aprendi rapidamente a amar muito em Jundiaí: o museu ferroviário. Que era passeio obrigatório quando os primos vinham do interior para nos visitar. E o parque Corrupira também! Fomos à inauguração desse parque em 1979, que atração maravilhosa! Conhecemos a “Banda do Carlitos”, com seus músicos e uma performance que nos deixou deslumbrados.

A partir daquele momento, todos os eventos em que a banda participava, íamos prestigiar.

“Carlitos” era mágico, e realmente parecia ter saído dos filmes para as ruas de Jundiáí. Era educado, divertido e exageradamente carismático, o bigode, a bengala, o chapéu, os pés virados e sua encenação eram perfeitos!

Ninguém sabia seu nome, ou pelo menos ninguém que conhecíamos.

Agora, a grande coincidência: depois de muitos, muitos anos, fui convidada por uma amiga, para ser coordenadora de um grupo que recebia a imagem de Nossa Senhora de Shoenstatt, (para quem não conhece: Nossa Senhora de Shoenstatt é uma imagem peregrina que segue de casa em casa durante todo o mês.)

Aceitei, e fui conhecer as famílias que participavam dessa peregrinação. Nessa caminhada durante todo o mês, fui aos poucos conhecendo todos e qual não foi minha grande surpresa e até susto quando vi que a família do “Carlitos” fazia parte do “meu” grupo!

Na listagem havia nome e endereço das pessoas que recebiam a imagem, mas eu, até então, desconhecia seu verdadeiro nome: Milton Domingos!

Eram famílias do Jardim Bonfiglioli e lá estava ele, “Carlitos”! Fiquei deslumbrada, até sem palavras. Ele, já mais velho e lento, mas ainda educado e atencioso, convidou-me a entrar em sua casa. Descobri, inclusive que tinha uma filha com meu nome.

Não podia perder a oportunidade, pedi um autógrafo no mesmo instante em que me desculpava por ser, talvez, impertinente. Ele como sempre, sorridente, fez-o imediatamente.

Continuando com minha impertinência perguntei-lhe sobre a banda, e ele me contou do início na época de 1960 e que haviam participado de todos ou quase todos os eventos da cidade. Inclusive, falou com muito orgulho que estiveram em todas as festas da Uva e do Morango de Jundiáí e ainda, em 1993, participaram do primeiro capítulo da novela *Éramos seis*, do SBT, quanta história e emoção! Eu estava diante do meu grande ídolo jundiáicense!

“Carlitos” já não está mais entre nós, mas continua sendo um grande ícone da cidade, eternizado nas lembranças de alguns moradores mais velhos e em um mural na Avenida 9 de julho.

Como última homenagem, sua banda tocou em seu enterro *Luzes da Ribalta*, tirando lágrimas de todos (imagino que, pela primeira vez).

Sua excelente performance e grande carisma o deixou famoso fora dos limites de nossa cidade. Há pouco tempo descobri que foi também, um dos cidadãos que mais recebeu homenagens da Câmara Municipal de Jundiaí.

Inclusive, a *Folha de São Paulo* escreveu sobre sua morte e seu legado, na época. Há também um documentário (Youtube), sobre esse eterno personagem e inesquecível pessoa!

Não tenho para quem mostrar esse precioso autógrafo, meus irmãos, na época que íamos ver a banda, eram pequenos e não se recordam das apresentações. Meu pai, já se foi há muitos anos e minha mãe não se lembra mais de muita coisa. Mas para mim foi e ainda é um grande tesouro e um enorme privilégio ter conhecido e conversado com “Carlitos”!

A capela branca e azul

Ricardo Benassi

A capela do Engordadouro de baixo, capela de Santo Antônio, como é conhecida em Jundiaí, ganhou cores e texturas novas. Entregue em setembro de 2025, a comunidade ficou bem satisfeita com as paredes brancas e detalhes em azul-marinho dando ares de capela à beira mar. Mas a localização é no bairro onde cresci, onde batizei meus filhos e, sobretudo, onde minha família fincou raiz, o Engordadouro.

A começar com meu tio, André, um dos Benassi mais conhecidos da cidade. Não dá para falar da família Benassi sem olhar para a história do Tio André. Ele foi o cara, por exemplo, que em 1979, quando eu ainda tinha dois anos, acompanhou políticos na recepção, em Campinas, do então filósofo e pedagogo Paulo Freire quando ele voltou do exílio de 15 anos afastado do Brasil. Tio André, já político na época, esteve junto a duas figuras do PT, Eduardo



Suplicy e Irma Passoni, na missão de acolhimento de retorno ao país, do professor que ficou conhecido como o “pai da Educação Brasileira”.

Pensar em Jundiaí sem o Tio André também é impossível. Ele colaborou bastante com o crescimento e desenvolvimento da cidade durante as duas vezes em que foi prefeito e quando ocupou cadeiras na Câmara Municipal de Jundiaí, na Assembleia Legislativa e na Câmara dos Deputados.

Como chefe do executivo fez grandes investimentos em infraestrutura, como asfaltamento e iluminação de bairros inteiros, implantação de redes de água e esgoto, universalizando o saneamento básico e combatendo enchentes e epidemias, tornando-se respeitado pela população até hoje. Fortaleceu a vocação rural do município, multiplicou o número de creches e escolas e me fez acreditar que a política é uma vocação humana, fundamentada na honestidade e por uma esperança ativa. Essas e outras histórias estão em seu livro, lançado em 2023, 20 anos depois que ele largou a política de vez. Hoje ele curte a vida no auge dos seus 88 anos.

Ainda me dá conselhos, e conselhos valiosos que me fazem lembrar do meu pai, “Seo” Zé Benassi, outra figura icônica da nossa família. Seo Zé nunca ocupou uma cadeira na administração pública, mas eram dele as grandes ideias que meu tio colocou em prática para avanços na cidade.

Jundiaí cresceu, passou por diversas mãos, mas nunca perdeu sua essência. Hoje somos a cidade conhecida pela Serra do Japi, pelos belos parques e pelo povo bondoso e acolhedor. Formar família e educar filhos nesta cidade é dar continuidade a uma história que começou lá na Itália, na Toscana, há 150 anos. Nossos avós vieram para o Brasil, ocuparam a terra que hoje mora ainda boa parte da família e fizeram história.

A família Benassi hoje é enorme: tios, sobrinhos, primos e agregados espalhados pelo Brasil. Mas é o amor por Jundiaí que nos une. E a missão de ajudar também. Hoje lutamos juntos para contribuir com a cidade, cada um à sua maneira: uns sensibilizados com o trabalho da Missão Belém, que cuida de irmãos de rua; outros, na Casa de Nazaré, que acolhe crianças sem lar.

O importante é a união de nossa família que tento transmitir aos meus filhos, Ana Cláudia e André, juntamente de valores que hoje estão tão dispersos.

Os Benassi cresceram, chegaram à terceira e quarta geração. Os bebês estão nascendo e a nossa família continua com os mesmos propósitos: ter uma missão maior na sociedade.

Fazer parte desta família, que cresceu junto da cidade, é motivo de orgulho e, voltando à capelinha do Engordadouro, que remeteu ao começo desta história, não posso deixar de dizer que, assim como Jundiaí, hoje ela está de cara nova, linda, viva e pulsante. Jundiaí também é assim: histórica, moderna, valorizada, de gente capaz, de gente trabalhadora e de gente honesta.

Que venha a nossa quinta geração!



Os sabores de minha terra

Alexandra Jahnel

Jundiaí, lugar de tantos aromas e sabores, de tantas memórias e saudades de um tempo em que a vida era leve e a inocência ainda existia.

Não lembro seu nome, mas lembro de seu rosto, o pipoqueiro que ficava no portão lateral da escola, é minha primeira lembrança de sabor, a Rua Francisco Alves tem sabor de paçoca caseira, densa e doce.

Nas tardes de quarta-feira subia para casa pela rua onde a tia e prima de minha avó moravam, esperavam-me no portão e me colocavam para dentro dizendo que minha avó já estava para chegar, minha mãe já sabia que eu seria “sequestrada” toda tarde de quarta-feira. A mesa do café da tarde repleta, eram maravilhosas quituteiras, Tia Bela e Elza, ainda sinto os aromas dos doces e pães e do café com leite; a Rua Ana Micheleti tem sabor de papos de anjo.

Morávamos na Rua Samuel Martins, tomava café da manhã com meus avós, café de meu avô Antonio e pão amanhecido do Rus-si. Minha avó Adélia sempre considerou que me alimentar era uma forma de carinho, sempre me alimentou muito, principalmente com bananas; após o café era uma banana amassada com canela e açúcar, antes do almoço... uma vitamina de banana, após o almoço... uma bananinha de sobremesa, isso quando não havia um pudim de pão caseiro com banana caramelada. O ponto principal do almoço sempre foi o feijão, poderia comer só arroz e feijão, era simples, mas era fenomenal; levei anos para acertar esse feijão e chorei muito quando consegui, comendo só arroz e feijão e lembrando como

era bom aquele tempo. A Rua Samuel Martins, tem sabor de feijão, café fraco com pão amanhecido e banana.

Aos sábados havia feira livre na Vila Arens, naquela época era montada antes da igreja, meu avô me levava e me comprava pastel. Vila Arens tem o sabor de pastel de palmito e caldo de cana.

Muitos sabores no centro da cidade, quando minhas tias iam para o centro, geralmente me levavam, a parada no Formigão era certa e a Rua Coronel Boaventura Mendes Pereira possui o sabor doce de um brigadeiro bem-feito. Muitos dizem que o Formigão ficava na Siqueira de Moraes, mas lembro que era na rua que subia do Jumbo, então era a Boaventura Mendes Pereira.

Minha avó Albertina morava na antiga Vila Argos, ela era maníaca por alho, até na salada de alface se encontrava uma quantidade generosa de finas fatias de alho, esse é o sabor daqueles lados da cidade – com essa minha avó, visitava a Senzala – ela comia um brigadeiro com uma uva no meio e eu sempre comia um camafeu, a Rua do Rosário tem um sabor maravilhoso de camafeus.

48

Eu tive muita sorte, conheci muitos de meus bisavós, meu Nonno João era pai de minha Avó Adélia, casado com Nonna Laura, sua segunda esposa. Era maravilhoso visitá-los com minha avó, Nonno João era um italiano de vozeirão grosso, era alto e risonho; a casa na Ponte São João, na Rua Santa Maria, tinha um quintal enorme e Nonno tinha uma infinidade de bichos por ali; sentava-me na varanda e me cercava de todo tipo de filhotes: cachorrinhos, gatinhos e pintinhos, eu amava. Minha avó protestava, dizendo que os gatos davam asma, Nonno João já ia dizendo: “*Que asma Dili-na, que asma... você é uma asma...*” e ria muito. O aroma de bolinhos de chuva sendo fritos sempre me deixava feliz, Nonna Laura os fazia grandes, nunca acertei aqueles bolinhos, se os faço muito grande ficam crus no meio, mas não os dela. Rua Santa Maria tem um sabor infantil de enormes bolinhos de chuva com muita canela e açúcar e com um pedaço de goiabada no meio.

Tinha doze anos quando nos mudamos para o Parque Eloy Chaves, estudamos na antiga CAIC, havia uma mercearia próxima à escola, tomávamos lanche lá. CAIC ainda tem o sabor de misto quente com Turbaína. E por falar em Turbaína, convivi com seu inventor, que morava na casa de minha Nonna Judith. O nome do

refrigerante deveria ser Turvaína, já que era um líquido turvo, mas Pedro Pacini era italiano, trocava a letra V pela Letra B e assim foi batizada a deliciosa e original Turbaína. Ele possui uma rua com seu nome no Jd. Samambaia, fico me perguntando se a rua tem sabor de Turbaína.

Aeroporto tem gosto de caipirinha de vinho, Colégio Agrícola tem gosto de uva, Avenida Benedicto Castilho, no Eloy, tem gosto de batata frita, suco de laranja e de conversas maravilhosas com minha Tia-avó Mercedes.

Tenho ainda sabores a desvendar, quero provar as coxinhas do Bairro da Roseira, tantas vinícolas no Caxambu para visitar, tantos cafés coloniais para degustar e tantas memórias para relacionar com os sabores de minha terra.

Se me perguntassem qual é o sabor que melhor define minha Jundiaí, creio não haver sabor mais jundiaiense que uva Niagara rosada, coxinha de queijo e Turbaína, sabores que são exclusivos de minha terra.



Uma família na história de Jundiaí

Rodrigo Mendes Pereira

50

Na etapa final da elaboração do livro ou álbum de fatos, causos e fotos com o título acima, que resgata e divulga as profundas raízes jundiaenses e a importante contribuição de minha família para o desenvolvimento de Jundiaí, recebi o convite para redigir este texto. Daí, surgiu uma maravilhosa oportunidade, mas também um grande desafio de sintetizar em duas páginas a trajetória dos “personagens” de minha família, suas conexões com a história de Jundiaí e suas relações com marcos simbólicos e personalidades de nossa querida e amada cidade.

Tal situação obrigou-me a fazer algumas escolhas e destaques, inclusive considerando que os “brasileiros” de minha família chegaram em Jundiaí na década de 1640, os portugueses no início de 1800 e os italianos nas décadas de 1880 e 1890. Um tanto angustiado, pois teria muito e de muitos a contar, optei por relatar apenas aspectos da biografia meu bisavô paterno.

Meu bisavô coronel Boaventura Mendes Pereira, o “Venturinha”, figura central desta narrativa, nasceu em 1855 e faleceu em 1926, em Jundiaí. Ele casou-se em 1882 com sua prima e minha bisavó Marcia Gandra Pereira – nome de solteira Marcia Augusta Ferreira Gandra –, e era filho do português Boaventura Mendes Pereira e da jundiaense Maria do Patrocínio Guimarães, meus trisavós, que por sua vez casaram-se na então Igreja Matriz de Jundiaí em 1850.

Além de uma relevante atuação política, social e beneficente no final de 1800 e início 1900, também o coronel Boaventura é o elo

de conexão genealógica entre os portugueses, italianos e “brasileiros” de nossa família e, assim, da união entre os Mendes Pereira, Ferreira Gandra, dos Santos, Guimarães, Correa Pupo, Silva Prado, Leme do Prado, Preto, Carletti, Fava, de Marco, Tricarico, Luchesi e Chiaradia.

O Coronel Boaventura foi membro da Guarda Nacional, Presidente do Diretório do Partido Republicano Paulista por cerca de 25 anos, Juiz de Paz, Juiz de Direito substituto, Delegado de Polícia, Coletor dos impostos estaduais, responsável pelo Censo Agrícola e Zootécnico, um dos mantenedores do Hospital de Caridade São Vicente de Paulo, fundador e presidente do Cassino Jundiaense – entidade precursora do atual Clube Jundiaense – e, por sua relevante atuação na criação do Grupo Escolar “Conde do Parnaíba”, foi escolhido como patrono da escola, tendo, porém, declinado seu nome e indicado para seu lugar o Dr. Antônio de Queiroz Telles, o Conde do Parnaíba.

Era tio de Almerinda Mendes Pereira, filha de seu irmão Antonio, casada com Eloy Chaves. Padrinho de casamento de Almerinda e Eloy, foi o Coronel Boaventura, aliás, quem iniciou Chaves na política. No livro *Eloy Chaves: precursor da Previdência Social no Brasil*, consta o seguinte relato, no capítulo *Iniciação Política*: “Impressionado com os dons oratórios do jovem Promotor, o tio de sua senhora, Major Boaventura Mendes Pereira, que lhe fora padrinho de casamento e desfrutava da privilegiada condição de chefe local do Partido Republicano Paulista, vai-lhe um dia ao encontro, em companhia de outros próceres perrepistas, e lança-lhe o convite para participar das novas eleições à vereança. Eloy sente nesse convite o afolhar de sua melhor oportunidade, de todo em todo tentadora na eclosão de seus atrativos”.

O reconhecimento da sociedade jundiaense pela atuação de meu bisavô, também fica evidente na longa matéria publicada pelo jornal *Correio Paulistano*, na edição de 30 de junho de 1926, sobre seu falecimento. Na publicação, que lista várias pessoas que estiveram presentes em seu velório e sepultamento, inclusive indicando dizeres e autores de muitas coroas de flores, identifica-se inúmeros nomes que atualmente denominam ruas, avenidas e bairros de nossa cidade.

A seguir, alguns trechos da matéria do jornal, na ortografia da época: *“O extinto, que desde sua mocidade vinha militando na política, exercia, há 25 annos, a direção do partido do município, ao qual prestou os mais assignalados serviços, principalmente o de implantar, aqui, o regimen progressista de tolerancia e trabalho constructor, que permite a Jundiahhy apresentar-se, hoje, no scenario do Estado, como uma das cidades de maior harmonia de vistas em todas as questões de interesse para sua numerosa e ordeira população, e dos mais adeantados processos políticos na escolha de seus dirigentes. Era por esses titulos, a figura talvez mais tradicional e veneranda no município, o velho republicano que a morte acaba de ceifar aos 71 anos de existência, mas ainda em plena pujança de seu extraordinário entusiasmo e devotamente pela terra em que nascera”*.

Finalizo, antecipando o convite para o lançamento do livro ou álbum *Uma Família na História de Jundiaí*, que não demorará para ser publicado, e que trata dos fatos, causos e fotos de muitos “personagens” de minha família, relacionados a marcos e personalidades de Jundiaí, nossa terra querida e amada.



Hino de Jundiaí Voz, Terra e Memória

Elza Francisca

Num entardecer bordado de promessas,
nasceu em versos o coração da cidade:
o Hino de Jundiaí, feito de alma e saudade,
entre notas que florescem como pressa

Teceu-se no tempo como renda antiga,
com letras que colhem o sol do interior,
e melodias que dançam com ardor
nas colinas onde a uva se abriga.

Foi Agnaldo Rayol, voz de ouro e brisa,
quem lhe deu sopro, quem lhe deu chão.
Na emoção de seu canto — pura oração —
Jundiaí inteira se viu imortalizada na brisa.

Não foi apenas um lançamento: foi renascer.
No eco de sua voz, a terra tremeu de emoção.
Cada sílaba entoada virou celebração,
memória viva que insiste em florescer

E ali se uniram tempos e destinos,
em “Ó Terra Querida Jundiaí” — sublime portal,
onde o ontem abraça o hoje em tom imortal,
e os encontros ganham contornos divinos

Esse hino é mais que música, é raiz,
um relicário de histórias sem fim.
É Jundiaí em estado de serafim,
é lágrima, é canto, é o que nos diz:

Que amar esta terra é rito e missão,
que lembrar é viver e agradecer,
e que em cada acorde podemos ver
nossa própria alma em devoção

Hino de Jundiaí – Entre Vozes, Datas e Imortalidades

Nos silêncios de outrora, em 1933, crescia nos sonhos de Haydée Dumangin Mojola – professora, compositora, alma poética de Jundiaí – a inspiração para versos que cantassem amor à terra que a viu nascer.

54

Haydée “Dedé” Mojola costurou letra e melodia como quem borda uma bandeira de afeto, honrando sua história, sua gente, seus campos, sua essência paulista.

O hino, intitulado *Ó Terra Querida, Jundiaí*, ganhou força nos anos seguintes ao conflito de 1932 – a Revolução Constitucionalista – homenageando os ex-combatentes, aqueles que marcharam no ideal de justiça e governo legítimo.

E foi formalmente reconhecido pela Lei nº 868, sancionada em 17 de novembro de 1960, sob a administração da Prefeitura de Jundiaí, iniciativa do vereador Tarcísio Germano de Lemos e do prefeito Omair Zomignani.

Anos depois, em 1966, o grande cantor Agnaldo Rayol, voz de barítono lírico, gravou o Hino de Jundiaí em disco de vinil.

Essa gravação acrescentou ao hino um brilho particular: sua voz tornou-se uma ponte afetiva entre gerações, uma presença sonora que eternizava o canto da terra querida.

Haydée vivia seus dias dedicando-se à música, às artes visuais, à composição de hinos, valsas, canções patrióticas e dedicatórias — Canção da Uva, por exemplo, composta em 1934 para a Festa da Uva.



Lançamento do disco de vinil do Hino de Jundiaí com Agnaldo Rayol, Mariazinha Congílio e outras mulheres.

No contexto de *Terra Querida, Jundiaí – Encantos e Memórias Imortais*, esse hino assume lugar de encontro dos tempos: encontro entre o ontem marcado por sacrifício, por imigração, por trabalho; encontro do presente que relembra, que exalta, que une; e uma promessa de memória viva para o amanhã.

Cada estrofe nos lembra das tardes amenas, das noites serenas, das flores, dos campos, dos filhos da terra que marcham “como heróis, cheios de fé em sua oração.

Ao soar na voz do Coral Municipal de Jundiaí, na versão oficial ou em gravações remasterizadas, o hino confirma sua vocação de elo comunitário: nas escolas, nos eventos públicos, nos momentos de celebração civil, de homenagem aos ex-combatentes, nas festas da cidade.

A gravação de Agnaldo Rayol, em disco compacto de vinil, além de articular o hino numa vertente profissional, elevou seu alcance: um cidadão de alcance nacional emprestando sua voz à canção da cidade, gerando identificação até entre quem não nasceu ali, mas que escuta e leva consigo o canto.

Hino como espelho

Num encontro de memórias imortais, o hino funciona como símbolo: símbolo de pertencimento, de raízes sustentadas; símbolo

de que chamar Jundiaí de “terra querida” não é mero verso, é comprometimento, história, orgulho.

E assim, quando ouvimos “*Ó terra querida, Jundiaí – teus filhos amantes são de ti*”, somos chamados a lembrar: das sementes plantadas no chão, das vitórias obtidas no suor, dos tantos que partiram e guardaram em si a saudade.

O hino serve também como espelho: mostrando quem fomos, quem somos e quem desejamos ser — uma cidade que honra seu passado para iluminar seu presente, fortalecendo encontros — de olhares, de canções, de gerações.

Porque é nas notas desse hino que os sonhos de Haydée Mojola se tornam parte de cada festa da uva, cada sábado de praça, cada comemoração institucional. E a voz de Agnaldo Rayol nos dá a grandeza sonora de onde nossas memórias não se perdem.

Hino de Jundiaí – Na preparação sonora de Agnaldo Rayol

56



Em 1966, quando Agnaldo Rayol assumiu o desafio de gravar o *Hino de Jundiaí*, ele já era um cantor experiente, com sólida formação de voz de barítono, técnica apurada, e respeitável gosto por repertórios que combinavam o cívico ao romântico. A voz, ao fim dos anos 50, já estabilizada, permitia-lhe estender o alcance, sustentar notas e imprimir sentimento sem sacrificar dicção.

Rayol sabia que não bastaria cantar para a cidade – era preciso captar seu coração. Ouvir Haydée Dumangin Mojola, conhecer o poema-música cuja letra foi oficialmente adotada pela Lei nº 868, de 17 de novembro de 1960.

Não há dúvidas que o artista deve ter estudado o texto, revisado o ritmo da letra, o peso das sílabas, os acentos: onde dar ênfase, como prolongar as vogais finais, para que o “*Ó terra querida, Jundiaí*” ressoasse como saudade e orgulho em igual medida. Imagine-mos que repetiu os ensaios (*como na foto*), ajustando respirações, articulações, sustentação da voz, para segurar o “terre” de “terra” sem pressa, para permitir ao ouvinte sentir o sopro do ambiente paulista, o perfume da manhã nos campos.

Embora não haja confirmação documental, parece plausível que tenha gravado em um estúdio profissional de São Paulo, pois nos anos 60 muitos discos nacionais eram feitos nessas capitais. Ele provavelmente contou com arranjador ou diretor musical que adaptou a melodia para orquestra ou banda de suporte, ajustando os instrumentos de corda ou metais para complementar sua voz sem obscurecê-la.

No estúdio, o controle de microfone teria sido rigoroso: escolha de timbre, posição, reverberação, equilíbrio entre voz e instrumental. Também mixagem de forma analógica, com mesas de som a válvula ou transistorizadas precoces, fitas magnéticas. Rayol, sendo um artista de cuidado, deve ter exigido várias tomadas (“takes”) até sentir que a versão transmitia dignidade, solenidade, sentimento, pertencimento.

O disco de vinil dessa gravação, citado em matéria recente, ainda é comercializado como objeto de memória — prova de que essa voz gravada se tornou relicário sonoro para muitos.

A gravação de Rayol se tornou um marco porque levou o hino para além dos atos oficiais: o canto gravado circulou, influenciou versões corais, rádios, cerimônias – e fez com que o hino não ficasse restrito às partituras e aos prefeitos, mas chegasse ao lar e ao coração das pessoas. E o lançamento oficial de “*Ó Terra Querida Jundiaí*”, com a presença do artista, nos idos 1966 com grande festa e público, aconteceu na Praça Governador Pedro de Toledo. Estudantes das escolas públicas e particulares foram convidados a comparecer. Eu, então aluna da Escola Estadual Professora Ana Pinto Duarte Paes (antigo ginásio), também estive lá... e posso testemunhar: evento memorável e inesquecível.

Arquimedes, o Lázaro de Almeida!

Nelson Manzatto

“Eureka!” (Encontrei!)

A fala é de Arquimedes, o filósofo, inventor, cientista e tantas outras coisas, que resolveu o mistério da coroa do rei. Detalhes sobre a solução do mistério não precisam ser comentados aqui, porque não é ele o foco deste assunto. O assunto é outro Arquimedes, aquele que nasceu Lázaro de Almeida e era o “médico” da Vila Arens, onde tinha uma farmácia na Rua Moreira César. Isso lá pelos anos 1960, 1970. O nome da farmácia, lembro até hoje, era Progresso e era ali que, principalmente as mães, corriam em busca de soluções para as dores dos filhos. Médicos, na época, eram poucos, e por isso, os farmacêuticos dos bairros “descobriam” os problemas dos enfermos e davam as soluções com remédios. E não eram só medicamentos que Arquimedes tinha em sua farmácia. Meu irmão, por exemplo, ainda garoto, machucou o braço num arame farpado e precisou levar dois pontos no local. E foi Arquimedes quem solucionou o caso.

Se a farmácia estava sempre cheia de pessoas que buscavam atendimento, em sua sala, na Câmara de Vereadores não era menor. Tenho a impressão de que foi o vereador que mais vezes presidiu a Câmara de Vereadores de Jundiaí. E foi ali, na Câmara, exatamente nas sessões realizadas, na época – no final dos anos 1960 – que convivi mais vezes com ele. Arquimedes, presidindo a sessão e eu como repórter da antiga Rádio Santos Dumont. E ele chegava à Câmara sorrindo para todos e acenando para a equipe de reportagem

da rádio. Isso me deixava orgulhoso, pois já tinha tido muito contato com ele nos tempos em que, ainda garoto, trabalhei na Farmácia São Paulo, na Vila Progresso e era ali que, às vezes, buscava medicamento em falta na prateleira em que trabalhava.

Mas não pensem que Arquimedes era só isso, ou tudo isso: vereador e farmacêutico. Se cruzava com ele nestes dois locais, era no Salão Paroquial de Vila Arens que ele comandava as atividades ali realizadas, como festas de aniversários de algum dos padres salvatorianos ou outra grande comemoração da igreja. Com salão sempre lotado, era ele que se apossava do microfone e fazia a plateia rir com suas piadas e “causos”. E contava tudo isso, como ninguém.

E ele não parava por aí: foi presidente do Paulista, do clube Ipiranga, que ficava praticamente em frente à sua farmácia, da Sociedade Amigos da Vila Arens e do Centro de Assistência Cultural de Vila Arens. Como vereador, foi o responsável pela criação da Guarda Municipal de Jundiaí. E quando deixou o Legislativo, já na década de 1980, eu não morava mais nesta cidade. Casei-me e fui trabalhar em Campinas e só retornei para Jundiaí na década seguinte. Nem fiquei sabendo de sua partida. Sua farmácia já tinha mudado de nome, mas seu nome foi perpetuado na cidade, como homenagem ao seu trabalho: o prédio da Câmara de Vereadores ganhava seu nome!

E hoje, sempre que passo pela Vila Arens e vejo a farmácia de portas abertas, paro diante da mesma e um filme percorre minha mente, lembrando de seu carinho e atenção para com todos e, muitas vezes, subindo a escada, láááááá no alto para apanhar um remédio que serviria para acabar com o sofrimento de alguém.

Encantos e memórias imortais

Nos trilhos de Jundiaí

Mônica Cruvinel Cavalari

Ferrugem que não destrói, memória viva.
Os trilhos que levavam café hoje descansam

Daquele tempo do ouro negro:

Repouso silencioso, exaustão de ferro.

Olhos que viram paisagens, paragens,

Hoje tristes – alguns galhos a lhes afagar.

Máquinas paradas, história contada,

Rei a dormir em trilhos silenciosos.

Um império de força, legado e prosperidade,

Caminho tecido de trabalho e esforço.

Máquinas inglesas, suor do nosso povo –

Jundiaí moderna, importante, sempre no topo!

60



Laços nada lassos

Martha Cimiterra

A In House de Jundiaí é também a minha casa. Ela me abriu a porta; abriu-me outras portas...

Com ela, chegaram escritores com quem compartilho minhas manhãs, por intermédio das deliciosas charadas do Dalton Luiz Sibinel, das figurinhas do Dam Nascimento, dos bons-dias, boas-tardes, boas-noites de tantas gente que quero bem.

Com ela, rimos e choramos, pois partilhamos nossas vidas, e a vida é feita desses laços – que são como abraços, mesmo à distância.

Com ela, viajo de Norte a Sul, de Leste a Oeste e chego ao centro do meu amado Brasil.

Vou até a Portugal, à Itália onde fiz novos amigos.

Na Itália, até me emocionei com um texto que falava de Sonho, escrito e lido com tanta emoção por quem chamo carinhosamente de MM (Márcio Martelli). São tantas ITALIANIDADES...

Em Portugal, meu coração bateu forte no lançamento de *Nós em passos lassos*, um dueto que fortaleceu o que já era enorme; ao ouvir – emocionada – na bela leitura de Jorge Trigo – *Eça*, poema que escrevi para homenagear aquele que celebrava 180 anos de imortalidade (ou será que são mais?); ao conhecer a Mariana, exemplo de superação.

In House é canção nas vozes da Gabriela Weber Buonocore e da Marta Corrêa; no livro *Lili e a Serra do Japi*, da Mônica Cruvinel Cavalari.

In House é natureza – de nascente a poente e verde em voz alta. É também gentileza, na carona do André T.

In House é solidariedade ao colorir a esperança.

É também doação, nas leituras da Cleoneide às crianças hospitalizadas.

É o Brás, da Beatriz e do João.

É festa, quando todos participamos do aniversário do Henrique.

É encontro, nos lançamentos e confraternizações – e mesmo quando não nos conhecemos pessoalmente, como a Nadime.

É sensibilidade, nas fotos de Trigo e do Luiz.

É disputa, quando Silvia Rocha e eu “brigamos” com o relógio para ver quem vai ser a primeira a enviar os textos para as antologias.

É guloseimas, quando vamos a Pelotas ou a Portugal para saborear os doces conventuais.

É energia, no livro da Helen Gnocchi.

É gol do Rivelino.

É Literatura, é Arte...

É memória, tantas memórias...

É um dos jeitos que Jundiaí encontrou de espalhar sementes de sabedoria, tendo uma casa com tantas portas e janelas para o mundo.

– Perdão se não cito cada um de vocês, amigos queridos... como sabem, o espaço é limitado (risos).



Jundiaí, onde se vive bem!

Dalton Luiz Sibinel

Com uma história que remonta aos povos Tupis-Guaranis, que aqui cultivavam mandioca e pescavam o *jundiá* (peixe de água doce), a cidade de Jundiaí, no interior de São Paulo, traça sua trajetória de desenvolvimento a partir de uma rica herança cultural e econômica. A base indígena foi subsequentemente influenciada pela chegada, no século 17, de Raphael de Oliveira e Petronilha Rodrigues Antunes, que utilizaram as rotas abertas pelos bandeirantes para introduzir o cultivo da cana-de-açúcar. Séculos mais tarde, na década de 1880, a cidade recebeu um significativo fluxo de imigrantes italianos, que deixaram sua marca ao impulsionar a vitivinicultura, legado que permanece vivo até hoje.

O marco da industrialização local foi a instalação da Companhia Paulista de Estradas de Ferro, um evento que catalisou a transformação econômica da região. No âmbito esportivo, o basquetebol e o futebol sempre se destacaram, tornando-se partes integrantes da identidade local.

Atualmente, Jundiaí se consolida como um centro urbano dinâmico, oferecendo uma educação abrangente que vai desde cursos básicos e técnicos até o ensino superior, qualificando a juventude para o mercado de trabalho e impulsionando o desenvolvimento profissional. A cidade também se orgulha de sua efervescência cultural e de uma robusta rede de saúde, com diversos hospitais e pontos de atendimento.

Economicamente, a cidade é um polo pujante, sustentado pela força do comércio, da indústria e dos serviços, complementada por

uma expansão significativa do setor imobiliário. Sua vocação para o turismo é evidente no famoso Circuito das Frutas e do Vinho, que atrai visitantes de toda a região, sendo o “Vinho do Papa” um de seus produtos mais emblemáticos.

Entretanto, a verdadeira joia da coroa jundiáense é a Serra do Japi. Eleita a maior maravilha da cidade, esse patrimônio ecológico e cultural estende-se por aproximadamente 35 mil hectares, abrangendo também os municípios de Cabreúva, Pirapora do Bom Jesus e Cajamar, com quase metade de sua área em território jundiáense. Reconhecida internacionalmente pela UNESCO como Cinturão Verde do Estado de São Paulo, a Serra do Japi é um dos santuários ecológicos mais importantes do Brasil, representando um dos últimos remanescentes de floresta contínua de Mata Atlântica no estado. Seu nome tem origem Tupi-Guarani, “japy”, que significa “nascente de rios”, uma referência direta ao seu imenso potencial hídrico, vital para as gerações futuras.

64

Com topos aplainados e encostas íngremes, variando entre 700 e 1.291 metros de altitude, a Serra abriga uma biodiversidade deslumbrante. Sua flora inclui cerca de 300 espécies de árvores, como aroeira, ipês, jacarandá e manacá-da-serra, além de inúmeros arbustos, herbáceas e samambaias. A fauna é igualmente rica, com 650 espécies de borboletas documentadas – quase metade do total do estado – e centenas de outros insetos, aracnídeos, anfíbios e répteis. Entre os mamíferos, destacam-se animais como gatos-domato, suçuaranas, onças-pardas, veados-mateiros e bichos-preguiça. As aves somam cerca de 200 espécies, incluindo gaviões, jacus, seriemas e beija-flores, sendo que muitas utilizam a serra como rota de migração.

Para proteger esse ecossistema único, a Reserva Biológica da Serra do Japi integra uma Área de Proteção Ambiental (APA). A fiscalização é mantida pela Prefeitura Municipal de Jundiá e pela Guarda Municipal, que também gerencia uma base ecológica e visitas monitoradas, permitindo um contato sustentável com a natureza.

A impressionante biodiversidade da Serra do Japi está intrinsecamente ligada à alta qualidade de vida da região, tornando sua preservação uma prioridade indiscutível. Esta combinação única

de patrimônio histórico, desenvolvimento econômico sólido, infraestrutura urbana de qualidade e um tesouro natural inestimável, somada ao caráter acolhedor do povo jundiaense, faz de Jundiaí não apenas uma cidade em crescimento, mas um local onde verdadeiramente se vive bem.



Meu colo, meu chão

Mara Lúgia Biancardi

ó Terra Querida Jundiaí,
que no seu colo
me acolheu
me cuidou como pôde
cresci no interior
cidade franzina, cidade da uva, da fumaça, do entremeio

66

foi berço para minha educação
da minha caminhada de mulher
da minha existência como mãe
que extraiu das raízes a busca
de sua identidade e de sua liberdade
as sofrências e o gozo
perpassaram pelos recantos desta cidade
Jundiaí também se debate pela sua identidade
se desenvolve buscando ser mais justa
a cidade que quero ter
sem abismos sociais e com respeito à diferença
é luta de pé no chão

mais populosa no agora
mais urgente o cuidado
minhas memórias não se ocultam
desse berço onde nasci
continua minha descendência
e que seja a continuidade
do lugar onde pisei os primeiros passos
andei por pontes tortas
nadei nas águas da infância
dancei os anos 80
ensinei e aprendi com gerações
me fiz poeta
nesse reduto de controvérsias
e isso é só um pouquinho de Jundiaí
meu chão

Jundiaí como a percebo

Sinésio Scarabello Filho

Convidado pelo amigo Marcio Martelli para escrever sobre a cidade de Jundiaí, ou sobre a minha relação com ela, recorri a um texto produzido em 2021 que trata das minhas impressões sobre o município, e de como a forma como nós percebemos o território onde vivemos se altera ao longo do tempo de acordo com as nossas experiências. Tratando-se da descrição dessa percepção em diferentes momentos, o texto me parece atual e adequado também para esta ocasião. Eu o reproduzo a seguir.

68

A palavra Jundiaí expressou, durante algum tempo, o território que eu conhecia como a palma da minha mão, onde me sentia seguro e ao qual eu sentia a agradável sensação de pertencer. Eram tempos da infância, quando “Jundiaí” significava apenas os poucos lugares por onde eu andava: a escola e o bairro onde eu morava e brincava. Naquele tempo, que não está tão longe assim, as brincadeiras se realizavam nas ruas. As “molecagens” também. Da rua, ou do terreno baldio próximo – eram mais numerosos e limpos os terrenos baldios – íamos para o rio e a lagoa. No meu caso era o Rio Guapeva e a “lagoa do quartel”, um pequeno tanque que represava as águas de uma nascente e era utilizado pelos soldados do Grupo de Obuses para ensinar os calouros, os jovens recém-recrutados, a nadar. Foi onde eu também aprendi, no Rio Guapeva e no tanque do quartel.

Naquela época a cidade ficava longe, era apenas o centro. Eu morava na Rua São Luiz, perto da CICA, longe do centro e, portanto, longe da cidade. A percepção de distância era outra. A de escala era nenhuma. Por exemplo, quando eu estava no ginásio, no Ginásio Industrial Estadual Dr. Antenor Soares Gandra, que já deixou de ser chamado “ginásio”, foi “EEPG” e agora deve possuir alguma

outra denominação determinada pelas sucessivas “reformas no ensino”, nós, alunos, costumávamos sair da escola durante o intervalo de almoço para irmos à cidade. O Ginásio Industrial ficava no mesmo lugar onde está até hoje, ao lado da Praça Esplanada Monte Castelo. Dali nós dizíamos ir para a cidade, que ficava três quarteirões acima, onde tudo já era bem diferente.

A cidade de Jundiaí, tal como a vejo hoje, comecei a conhecer mais tarde, precisamente em 1977, quando ingressei na Prefeitura como funcionário da então Coordenadoria Municipal de Planejamento. Jundiaí ainda era uma cidade de poucos prédios, pouco trânsito de veículos, poucos problemas de tráfego urbano, algumas favelas e alguns problemas sérios de drenagem urbana. Para meu pai, que veio de Cabreúva e aqui trabalhou durante mais de 30 anos até se aposentar e voltar para a sua cidade natal em 1974, Jundiaí já era demasiadamente grande e confusa. Para mim, que morara durante quatro anos em São Paulo, Jundiaí era a cidade acolhedora à qual eu pertencia.

Na Coordenadoria de Planejamento fui conhecendo Jundiaí. Fui conhecendo a cidade real e a cidade desejada. Participei, logo de início, dos trabalhos de reformulação do Plano Diretor Físico e Territorial, então desenvolvidos sob a orientação do Arquiteto Antônio Fernandes Panizza, que havia elaborado a versão anterior, aprovada em 1969. Uma década depois a cidade já reclamava muitas mudanças, reclamava expansão. Recordo-me que um dos trabalhos realizados por mim foi o de compilar todas as diretrizes para novas urbanizações solicitadas na década de 70 e verificar sobre quais áreas elas incidiam. Uma das informações resultantes desse trabalho foi a de que a soma das áreas que haviam sido objeto de pedido de diretrizes para novos loteamentos se aproximava da soma das áreas urbanizadas do município, nos seus trezentos anos de existência. Portanto, naquele momento a grande preocupação da Coordenadoria de Planejamento era tentar equacionar essa demanda por novas áreas loteáveis sem prejudicar a proteção dos recursos naturais do município, nem colocar sob o risco de ocupação e usos indevidos os territórios da Serra do Japi e da bacia do Rio Jundiaí-Mirim.

A proposta de reformulação do Plano Diretor foi concluída e encaminhada à Câmara Municipal, pela primeira vez, ainda na década-

da de 1970. Contudo, a aprovação só ocorreria em 1981, após duas substituições do projeto: a primeira para promover a adequação às normas de parcelamento do solo para fins urbanos, instituídas pela Lei Federal n.º 6766, de 19 de dezembro de 1979 e; a segunda para incorporar as disposições da Lei Municipal n.º 2405, de proteção dos mananciais, aprovada em 10 de junho de 1980. Foi assim que, depressa, eu percebi que a Prefeitura propiciaria uma experiência intensa, tanto sob o aspecto profissional como em relação às questões e dificuldades políticas da administração pública.

Hoje, a cidade de Jundiaí exhibe, com orgulho, os atributos naturais que foram mantidos ao longo das últimas décadas. De fato, a cidade conseguiu preservar parte significativa dos seus atributos e está em uma condição mais satisfatória quando comparada às das cidades próximas. A atuação do Poder Público Municipal foi importante e certamente responde por grande parte desse resultado na medida em que se antecipou em determinadas ações e na instituição das normas relativas ao planejamento físico e territorial. Por exemplo, durante o processo de elaboração da proposta de reformulação do Plano Diretor Físico e Territorial, na segunda metade da década de 1970, a Prefeitura encaminhou solicitação ao CONDEPHAAT para que fossem desenvolvidos estudos visando ao possível tombamento da Serra do Japi. A proposta de reformulação do Plano Diretor foi aprovada em agosto de 1981 e, em março de 1983 uma parte do território da Serra do Japi foi tombado pela Resolução n.º 11, do CONDEPHAAT. No mesmo ano foi aprovada a Lei Estadual n.º 4.083/83, que instituiu a Área de Proteção Ambiental – APA, do Município de Jundiaí.

O desempenho da administração municipal na instituição de instrumentos de planejamento e de preservação da qualidade de vida no município se manteve satisfatório nos anos seguintes: novas propostas do plano diretor e da lei de uso e parcelamento do solo foram desenvolvidas e parcialmente aprovadas em 1996, com a introdução de conceitos atualizados relacionados à proteção de áreas e de recursos naturais; no mesmo período a Prefeitura contribuiu para a elaboração de decreto que regulamentou as APAs de Jundiaí e Cabreúva; em 2002 a Prefeitura desenvolveu uma norma específica para orientar a regularização de parcelamentos clandestinos dos

solo, consolidados a partir da comercialização de frações ideais e; em 2004 foram aprovadas novas leis complementares, organizando e atualizando a legislação municipal sobre o plano diretor e uso, ocupação e parcelamento do solo. Mais uma vez, o município foi pioneiro na instituição de um sistema de gestão participativa do território da Serra do Japi, mediante um Conselho constituído, predominantemente, por representantes da sociedade.

A instituição de normas de ordenamento territorial e de proteção dos atributos naturais do município foi acompanhada de ações importantes, tais como os primeiros estudos da represa de acumulação do Rio Jundiá-Mirim, ainda na década de 1960, e que culminaram com a execução da obra cerca de 40 anos depois; a previsão de um sistema viário estrutural na primeira versão do plano diretor físico territorial, aprovada em 1969, a obtenção da outorga para captação de água no Rio Atibaia, reforçando a vazão do Rio Jundiá-Mirim, sobretudo nos períodos de estiagem, e garantindo condições satisfatórias de abastecimento público ou; as iniciativas e expressiva participação do município no programa de recuperação das águas da bacia do Rio Jundiá, com a execução de centenas de quilômetros de redes coletoras, emissários e interceptores de esgoto e de uma ETE com capacidade para tratar 100 % dos resíduos líquidos gerados no município. Enfim, os resultados hoje exibidos com orgulho foram precedidos da visão de planejamento, de muito esforço de técnicos da prefeitura e de muita colaboração de toda a população na realização de investimentos significativos.

No entanto, a capacidade de estar à frente, de se antecipar aos problemas, foi sendo paulatinamente reduzida, até perder-se por completo. Pelo menos é o que percebo. Ao refletir sobre esse assunto e sobre as causas da incapacidade, aparentemente crescente, da administração pública para responder às demandas da sociedade ocorre-me, invariavelmente, que dentre os muitos fatores que explicariam a situação, três se destacam: a) a aceleração sistemática das mudanças que ocorrem no mundo contemporâneo; b) a perda da flexibilidade e da habilidade para auto-organizar na medida em que as instituições crescem e; c) a redução da compreensão na sociedade contemporânea, entre as instituições, entre as pessoas e entre as pessoas e as instituições. Talvez tais fatores sejam, ainda, o reflexo

de uma única e maior causa: o aumento rápido da complexidade do mundo real que não é acompanhada pelo mundo instituído que, em vez de assimilar o complexo, enrijece-se para manter a sensação de controle e de organização. Contudo, cada um deles tem a sua justificativa, ou explicação.

Primeiro, quanto às mudanças, ou à aceleração sistemática das mudanças. Todo mundo sabe que tudo no mundo sempre mudou, e continua mudando. Da mesma forma é inegável que as mudanças ocorrem cada vez com mais velocidade. Imersos neste mundo, nós também mudamos. Rapidamente nos adaptamos às novidades e duas de nossas gerações sucessivas exibem diferenças significativas nas suas habilidades para lidar com o novo. Contudo, nós resistimos às mudanças. Por quê? Penso que é para proteger as nossas instituições, essa nossa criação que integra o real porque nós a colocamos lá para reduzir as incertezas e nos dar segurança. Para aliviar o nosso medo, do imprevisto, do incerto, da mudança, do mundo e do real. Nós sempre fomos assim, medrosos e o medo talvez seja a causa principal dos nossos maiores erros e insanidades. É também o que explica esse aparente paradoxo: o enfrentamento e a superação do medo representam a mudança que ainda não ocorreu, a que nós mais resistimos. É a mudança que falta. Mas, nós sequer a percebemos porque toda a resistência que fazemos, nós fazemos automática e inconscientemente.

O segundo fator, a perda de flexibilidade e da habilidade de auto-organização torna-se notável a partir de um determinado porte das instituições. Essa perda, que não é proporcional ao tamanho das instituições, mas cresce mais rapidamente que ele, conduz a uma espécie de “emburrecimento” e à fragmentação das organizações públicas ou privadas. Cada uma das partes, ou dos fragmentos, adquire autonomia no estabelecimento de requisitos para que possam desempenhar o seu papel ou prestar os seus serviços ao público ou a outra parte da mesma instituição. Tais requisitos, traduzidos em normas internas, regulamentos, decretos ou leis, são instituídos em nome da preocupação com o erro, isto é, são feitos em nome da qualidade e da responsabilidade. Contudo, na prática, transformam-se em procedimentos insanos cujo cumprimento assegura à parte ou fragmento respectivo a garantia de que nenhuma

falta foi cometida. Assim, é mais uma vez o medo quem impõe às diversas e muitas partes de cada grande instituição o dever de não errar, antes mesmo de tentar desempenhar o seu papel. Então e finalmente, cada parte passa a existir, primeiro para não errar e depois, se possível, para desempenhar o seu outro papel. E para não errar elas definem regras e mais regras. É isso, eu penso, que resume o processo que conduziu à situação final que todos nós percebemos, de uma administração pública voltada para si mesma, empenhada em cumprir regras e procedimentos administrativos independentemente dos resultados alcançados. Mas, ainda há o pior de tudo: a sociedade acha, predominantemente, que a solução para melhorar o desempenho das instituições públicas está na instituição de normas, de mais leis estabelecendo responsabilidades e procedimentos obrigatórios. Que pena!

Finalmente, há a questão da redução da compreensão, talvez o principal fator de perda de qualidade da administração pública e da capacidade de planejamento, de prestação de serviços e de novas realizações. A falta de compreensão cria atrito, barreiras de todo tipo e, sobretudo, impede o trabalho cooperativo e a formação de equipes. A sociedade contemporânea se gaba de saber mais, de reunir mais conhecimento do que em qualquer outra época, de avançar rapidamente em descobertas, de dominar a tecnologia e de dispor de meios de comunicação com potencial sequer imaginável há algumas décadas. Contudo, há pouco entendimento. Em qualquer organização, e em qualquer lugar, o grau de escolaridade médio das pessoas aumentou muito. Também aumentou o número de pessoas consideradas especialistas num ou noutro assunto. No entanto, elas não se entendem!

O excesso de informações parece confundir. Talvez funcione como uma espécie de indigestão, isto é, as informações não digeridas também não são aprendidas nem apreendidas. Não se transformam em conhecimento ou qualquer outro tipo de energia útil. Ao contrário, causam mal-estar, confusão e desordem. O fato é que os que sabem continuam sendo poucos. A grande maioria emprega um vocabulário rico, mas não o domina. Sem rodeios, isso significa que não sabe o que fala e tampouco compreende o que ouve. É o que ocorre com cada um de nós em relação à maioria dos assuntos. É o que ocorre com a maioria em relação a determinados assuntos. Assim, a

dificuldade de compreensão é grande e precisa ser sempre lembrada e levada em conta. Mas, com cuidado, com muito cuidado!

Se a dificuldade de compreensão for mal compreendida há o risco de criação de normas e de critérios para se compreender a informação. Há o risco de geração de um grande volume de informações sobre as informações. E, o que é pior: este novo conjunto ampliado de informações deve ser abordado, lido ou interpretado segundo determinados critérios que, é óbvio, podem ser discutidos, aprimorados e detalhados, constituindo-se, rapidamente, em um novo campo do saber.

Bem, acho que chega.

No final eu penso que tudo é porque o mundo está insano. De um lado, subordinamos o saber técnico e científico às normas, isto é, tornamos inócuo todo o esforço para assimilar mudanças. Todo o novo que for descoberto, aprendido e apreendido só terá utilidade quando for incorporado pelas normas. Antes disso não poderá ser utilizado. Mas, as normas mudam lentamente e em saltos enquanto o conhecimento cresce depressa e de forma contínua. Para agravar, de outro lado, nós pouco compreendemos, em geral repetimos o que ouvimos e nos enganamos com o próprio vocabulário que, quanto melhor mais ilude.

O fato é que a cidade de Jundiaí mudou bastante, e continua mudando rapidamente. O núcleo, iniciado com uma simples pousada de Bandeirantes, consolidou-se com a expansão do café, recebeu o impulso da industrialização, experimentou, a partir de década de 1980, a expansão acelerada das áreas urbanas e o surgimento da verticalização intensa e hoje experimenta a diversificação da sua economia e das formas de ocupação do solo e de pressão sobre as áreas rurais. A localização em relação ao sistema rodoviário, principalmente em relação ao corredor estabelecido pela Rodovia Anhanguera e intensificado pela Rodovia dos Bandeirantes, sempre contribuiu para a consolidação da cidade, primeiro se organizando para a comercialização e beneficiamento do café, depois com a chegada das indústrias, e agora com a descontração de todas as atividades da região metropolitana de São Paulo, inclusive do uso habitacional.

Neste cenário os desafios são muitos e estimulantes. As incertezas que sempre acompanharam as ações de planejamento são

maiores, o que confere mais importância às estratégias do que aos programas e projetos. Além disso, situações novas exigem soluções inéditas. Inéditas e efêmeras, tanto quanto o próprio cotidiano. O planejamento orientado para um cenário futuro desejado tem que aprender a conviver com as mudanças rápidas, que alteram o próprio cenário, isto é, modificam o referencial para a tomada de decisões. É preciso criatividade para reconstruir o cenário desejado a todo instante, com base em alguns poucos princípios relativamente estáveis. Além disso, devem ser privilegiadas as estratégias que permitem liberdade de atuação e flexibilidade no processo de tomada de decisão. Em síntese, não há uma fórmula que funcione sempre em todos os casos. Ao contrário, cada uma conhecida funciona de vez em quando em alguns casos. Serve, no entanto, para ajudar a descobrir aquela nova adequada a cada novo momento.



Jundiaí Terra Querida

Marilzes Petroni

Em 1958 minha família aportou em Jundiaí, onde minha mãe instalou uma fábrica chamada *Tentação*, fabricava lindas lingerie.

Em Curitiba, onde residia, eu acabara de terminar o ginásio (hoje Ensino Fundamental II) e logo me matriculei no clássico no Instituto de Educação Jundiaí, escola conceituada por ter um ensino aprimorado. Acabei, posteriormente, fazendo o Magistério. Logo fiz um bom círculo de amigos o que facilitou minha adaptação.

A rua onde fomos morar iniciava numa praça chamada Dr. Domingos Anastácio, neste local havia uma bica que fluía água límpida e fresquinha, parada obrigatória para quem tinha sede.

E o dito popular afirmava: “*Quem bebe desta água não sai mais daqui. Ou melhor se apaixonou por Jundiaí*”. Nós que viemos de fora achávamos muita graça desse dito popular.

Mas foi aqui que oito anos depois me casei com um jundiaien- se, Ivo Petroni, e nessa cidade nasceram meus dois primeiros filhos, Ivinho e Danielle.

Formada como professora dei aula durante dez anos. Comecei no bairro de Corrupira, depois Roseira e Colônia. Trabalhei na Delegacia de Ensino (hoje Diretoria de Ensino da Região de Jundiaí), finalmente fui contratada pelo SESI, permanecendo até começarem mudanças.

Em 1971, por conta do trabalho de Ivo, fiz uma peregrinação pelo Brasil, morei em São Paulo capital, Recife (onde nasceu meu terceiro filho Daniel), Salvador, Rio de Janeiro, retornei a Curitiba, voltei a São Paulo, neste último residindo por 18 anos, porém em

mais 30 anos nunca nos afastamos da cidade onde os amigos queridos da juventude sempre estavam em nossas lembranças e sentíamos a necessidade de revê-los.

Depois de deixar o magistério encontrei nas artes plásticas uma nova profissão. Aliás, não era tão nova porque aos 12 anos ganhei uma bolsa de estudo na Escola de Belas Artes do Paraná, cujo professor, Guido Viáro, era muito exigente. Com ele aprendi muito sobre o compromisso nas artes, com a vida tomando outros rumos abandonei esse meu dom.

Na hora que me senti liberta de compromissos fora de casa, retornei à minha verdadeira missão, expressar-me por intermédio do colorido das tintas. Depois de realizar muitos trabalhos, 1973 em Recife, decidi que abraçaria a profissão como profissional.

Continuei trabalhando em meu intento em Salvador e Rio de Janeiro, mas só em Curitiba realizei minha primeira exposição individual a convite de um crítico de arte, Aurélio Benitez.

Nesta época – 1984 –, já estávamos de malas prontas para voltar a São Paulo, foi aí que minha carreira deslanchou, com convites para mostrar minhas obras até fora do país.

Meu sonho, porém, era ter um espaço para mostrar minhas obras, espalhar minhas esculturas e colocar minhas instalações e foi em Jundiaí que encontrei esse lugar para realizá-lo.

Em 1997, com o apoio de meu esposo, inaugurei “Marilzes Petroni – Atelier e Espaço de Arte”.

Uma vitória que só quem consegue conquistar, sabe a emoção e o prazer que se sente.

Em 2002 resolvemos nos mudar definitivamente para Jundiaí, local em que as raízes já estavam bem alicerçadas.

Neste retorno, conquistei novos amigos, comemorei 40 e 50 anos de arte com apoio da Secretaria de Cultura e tendo um grande incentivador: Rodrigo Malagoli, empreendedor na área de comunicação e com muita sensibilidade na parte cultural.

Depois de 67 anos que bebi a água de Jundiaí, posso afirmar que o dito tem fundamento e só posso agradecer a acolhida e aos amigos.

É para provar meu amor a esta terra querida lhe fiz uma homenagem.

Hino a Jundiaí

Marilzes Petroni

Jundiaí, Jundiaí, Jundiaí
Somos seus filhos
E estamos aqui.

Jundiaí, Jundiaí, Jundiaí
SOMOS SEUS FILHOS
E ESTAMOS AQUI.

Jundiaí, Jundiaí, Jundiaí
Somos seus filhos
E estamos aqui.

Esta terra bonita
Que a natureza favoreceu
É a nossa casa bendita
Tão cheia de encantos,
Criada por Deus.

As paisagens dos campos
Das matas, dos morros
E a Serra do Japi
São sopros divinos
Instalados aqui.

Nosso sonho é a paz
No presente e futuro.
Que nada nos falte
Pra vivermos felizes
E seguros.

O progresso se espalha.
Há trabalho e ousadia.
Ser feliz é a meta desta
Grande família

Este povo tão forte
Amigo e gentil.
Engrandece a nação
E orgulha o Brasil.

Jundiaí, Jundiaí, Jundiaí
Somos seus filhos
E estamos aqui.

A inesquecível Maria dos pacotes

Iliana Mendonça e Tom Nando

Ruas passam devagar
Praças, travessas, vielas paralelas
Prédios e casas em vilas e favelas
Buzinas a soar, os carros nelas têm pressa
E eu aqui a pensar
Só eu sou a maluca desse lugar
Só eu sou a maluca desse lugar

80

Deixe-me ir

Refrão *Deixe-me andar*

Sou como pássaro livre... solto no ar

Com os meus inseparáveis pacotes
Posso o ladrão de minh'alma carregar
Frágil, sozinha
Vivo a perambular
Nas calçadas
Sento-me pra descansar
Adoro conversar com os meus animais
São eles que me entendem muito mais
Minha paixão é o meu torto cigarrinho
Com meus velhos e gastos chinelinhos
Meu destino é caminhar

Deixe-me ir

Refrão *Deixe-me andar*

Sou como pássaro livre... solto no ar

Pra que esses olhos azuis feito duas contas
Se com seus brilhos as crianças amedrontam?
Elas adoram me provocar
Logo, crescerão e histórias sobre mim vão contar
E hoje muita gente tem memórias afetivas
Desta senhorinha tão sofrida
Sem ninguém pra abraçar
Sem ninguém pra abraçar

Tantos mistérios envolvidos
Até num extraordinário livro fui parar
Sou Dona Carlota, personalidade folclórica
Mulher de pouca sorte
Curiosidade e fantasia
Fez-me a inesquecível Maria dos pacotes
Só eu sou a maluca desse lugar
Só eu sou a maluca desse lugar

Deixe-me ir

Refrão *Deixe-me andar*

Sou como pássaro livre... solto no ar

Jundiaí, esporte e cidadania

Cristiano Lopes

82

Jundiaí é a terra das oportunidades. Sua história, com inúmeros fluxos migratórios, é prova disso. Jundiaí é terra de gente trabalhadora, que sai cedo de casa para construir um futuro melhor para sua família e deixar um legado para as futuras gerações. Jundiaí é terra de prosperidade, daqueles que não se contentam com pouco, que têm o brilho no olhar voltado para conquistas e realizações.

A Jundiaí, sou grato por ter a oportunidade de representá-la como atleta, empreendedor, gestor público e vereador. A cada um dos troféus conquistados ao longo de mais de 30 anos de carreira no motocross, levei comigo o nome da cidade para além de suas fronteiras. Foram 18 títulos estaduais, cinco nacionais, dois internacionais, cada um deles conquistado com muitas quedas, muito suor e muito apoio de minha família e amigos jundiaieiros. Foram horas de treino nas pistas improvisadas da cidade; se fosse futebol, seria chamado o famoso “rapadão”.

Posso dizer que me sinto realizado pela minha carreira de atleta – e mais ainda por saber que não competi apenas por mim, mas por minha cidade, por meus familiares e amigos.

Também foi por meu pai, Epifânio de Castro Lopes, mais conhecido como Fani, que me incentivou no esporte e que trabalhou muito por nossa cidade. Empreendedor, fundou a Casa Mário de Pneus no coração de Jundiaí, servindo com amor e excelência a cada cliente, que também era um amigo, em uma época em que todos na cidade se conheciam pelo nome.

Meu pai, meu exemplo, não tinha medo do trabalho na terra das oportunidades. Calibrava pneus, atendia no balcão e levava o cliente/amigo até seu trabalho enquanto o carro ficava para manutenção. Fundada em 1963, o negócio da família continua atendendo e servindo a cidade no mesmo endereço, na Avenida Jundiaí, gerando emprego e renda e participando ativamente da cadeia econômica local.

O exemplo de casa também tocou meu coração. Amado pai, segui seus passos e me arrisquei no mundo do empreendedorismo. Nascia a BM Motos, concessionária Honda, que mantive até 2013.

Quis o destino que minha relação com Jundiaí me recrutasse para mais um desafio — desta vez, trocando a aceleração das pistas e as técnicas de gestão empresarial pela gestão pública da cidade. Deixei as botas e o capacete de lado para apoiar crianças, idosos e atletas criando e assumindo Secretaria de Esportes e Lazer de Jundiaí. Um desafio e tanto. Em quatro anos, a cidade obteve importantes conquistas, após 10 anos sediamos os Jogos Regionais e nos sagramos campeões no ano de 2013 e 2015, resultado construído por dezenas de atletas jundiaenses, nas mais variadas categorias. Histórias que também merecem ser contadas, e espero que todos eles também tenham essa oportunidade em breve.

O trabalho não podia parar. Criei os programas Energiza Jundiaí e Zumba nos Bairros, inovações que logo ganharam a adesão dos jundiaenses. O resultado: os atendimentos saltaram de 70 mil para 141 mil ao ano, nos centros esportivos — ou seja, milhares de novas pessoas passaram a praticar alguma das atividades físicas disponibilizadas, demonstrando que Jundiaí também é terra de esportistas!

De secretário de Esportes, vi-me diante de um novo chamado: representar a cidade agora na Câmara Municipal. Fui eleito por três vezes consecutivas em um mandato participativo e propositivo, avaliado pelo Movimento Voto Consciente com a maior nota entre todos os parlamentares que já passaram pelo Poder Legislativo local. Segui o exemplo do meu pai Fani e minha mãe Edi, que me ensinaram a disciplina na vida e desenvolver o melhor sempre

Entre uma legislatura e outra, tivemos a pandemia da COVID-19 – período de muitas tristezas, perdas e de muitos danos à economia. Novamente, aceitei o chamado para criar um programa

de apoio ao emprego e ao empreendedorismo em Jundiaí — uma nova oportunidade de devolver com trabalho tudo que a cidade me proporcionou como atleta e empresário. Assumi a função de gestor de Desenvolvimento Econômico, Ciência e Tecnologia, e nasceu o Programa Jundiaí Empreendedora que conectamos as pessoas a 20 mil novos postos de trabalho na cidade de forma virtual e posteriormente seguiu-se de forma presencial

Superamos os efeitos negativos da pandemia também no apoio aos pequenos negócios, com cursos, treinamentos, microcréditos e apoio direto, com a criação do primeiro coworking público, e da FENS-Feira do Empreendedor, Negócios e Serviços, onde mais de 2 mil pequenos negócios foram apoiados. Cada um desses empreendedores, na terra das oportunidades, trabalha para a construção de uma cidade mais pujante economicamente, atingindo índices em destaque no cenário nacional.

De atleta a empresário, de secretário a vereador, continuo movido pelo mesmo combustível: o amor por Jundiaí. Tudo o que conquistei – nas pistas, na empresa, na vida – eu devo a esta cidade. Por isso, cada projeto, cada ação e cada lei que ajudo a construir é, para mim, uma forma de agradecer.

Servir à população é mais do que um trabalho. É um propósito, um gesto de retribuição. Sigo acelerando, agora não em busca de troféus, mas de resultados que melhorem a vida das pessoas e façam Jundiaí continuar crescendo, desenvolvendo-se e inspirando novas histórias. Enquanto tiver forças, estarei na pista – com o mesmo coração, a mesma garra e o mesmo destino de sempre: o melhor para Jundiaí.

Maria Polito

Júlia Fernandes Heimann

Muitas histórias que nos vêm por tradição, às vezes, perdem-se, alteram-se e transmudam-se com o passar do tempo. Revivê-las por meio da escrita é importante, pois são levadas ao conhecimento de pessoas que nunca ouviram seus relatos ou ouviram superficialmente. É um resgate da história da cidade. Este livro é de real valor.

Em Jundiaí, dois túmulos no Cemitério Nossa Senhora do Desterro são muito visitados. O primeiro é o do Dr. Domingos Anastácio, radicado na cidade em 1904 e falecido em 1938. Figura humanitária que, segundo depoimentos, faz milagres.

O segundo é de Maria Polito, cujo assassinato comoveu os jundiaenses no início do ano 1900. Embora haja distorções no nome, pois alguns dizem Maria Hipólito e Maria Pólito, o correto, comprovado depois de pesquisa, é o usado no texto: Maria Polito.

Quando nos propusemos a saber o motivo de seu túmulo ser tão visitado e estar sempre com flores, começamos a pesquisar. Na primeira pesquisa, feita na administração do próprio cemitério, as informações foram muito reduzidas, apenas nome, data do sepultamento, motivo do óbito, número da quadra e do túmulo. Como queríamos informações mais precisas, mais detalhadas, procuramos outras fontes na cidade, mas nada conseguimos.

Após muita procura, fomos encontrar alusão ao fato no jornal *A Gazeta de Notícias*, de Petrópolis/RJ, de 2/8/1900. O jornal informava que extraíra as informações do *Estadão*, datado de 17/7/1900.

Enfim, buscamos o *Estadão* e encontramos a reportagem completa, onde se lê: *“Crime hediondo na cidade de Jundiaí. A população está abalada. Emílio Lourenço matou a mulher Maria Polito com dezoito facadas. Na delegacia, contou que se casara no dia 21/6/1900, no civil, na cidade de São Paulo, onde ambos moravam.*

Como aguardavam o casamento no religioso, ela ficou morando na casa dos pais. O assassino informou que, por várias vezes, procurara a esposa na casa dos pais e ela se encontrava ausente. Começou a desconfiar que ela o traía e fez das ausências a certeza. Quando a mulher chegou, foi convidada para um passeio a Jundiaí, cidade que ele já conhecia. Pegaram o último trem e ele a levou para passear na Estrada Velha de Campinas. Depois, a levou para um local ermo, atrás do Cemitério Municipal. Ali pararam e começaram a conversar. Ela confessou que um homem abusara dela quando estava sozinha em casa. Ficou muito raivoso e disse que a mataria, tendo ela respondido que fizesse o que quisesse. Ele pegou a faca que levava e lhe desferiu golpes no rosto, pescoço e peito. Depois, levantou suas vestes e desferiu vários golpes nas nádegas. Ao todo, foram 18 facadas e, mesmo com a lâmina quebrada, ele continuou a golpeá-la, estava 'fora de si'.

Depois, fugiu para Campinas. Um agente de polícia, que percorria os hotéis de baixo custo, viu manchas de sangue num lençol. Perguntou ao funcionário quem dormira ali. Consultaram o registro de entrada e viram o nome. O agente conseguiu localizar Emílio e o prendeu, tendo ele logo confessado o crime.

Maria Polito era napolitana, tinha dezenove anos, era morena e muito bonita. Usava sapatos marrons e um vestido escuro.

O aspecto do cadáver na capela do cemitério era doloroso de se ver, as mãos estavam crispadas e cheias de sangue. Os olhos e a boca abertos mostravam terror. Cabelos longos e abundantes estavam empastados de sangue coagulado. Na testa e no pescoço muitos ferimentos.

A população de Jundiaí ficou abalada com o crime, os moradores foram ao cemitério ver o corpo da vítima tão jovem e bonita.

O sepultamento foi ontem, na quadra 1, túmulo 668, no Cemitério Municipal.”

Continuamos a pesquisar e encontramos no jornal *A Comarca*, de 1927, a publicação de uma campanha visando arrecadar fundos para erguer uma capela em substituição à cova rasa, onde a moça fora enterrada.

No citado jornal, o proprietário João Batista Figueiredo escreveu:

“As obras do projetado túmulo-capela já estão orçadas e uma comissão irá se reunir em breve para dar início ao trabalho de construção para que Maria Polito tenha sobre a sua sepultura um símbolo de veneração do povo jundiaense.

Os arquitetos Levada & Mila irão iniciar a construção do túmulo-capela. Agradecemos aos que enviaram doações e cremos que, por muito tempo, Maria Polito será lembrada. Recebemos a quantia de 2.957\$900 (mil réis). De tudo foi lavrada uma ata pelo secretário da Câmara Municipal e o ato foi presidido pelo prefeito Dr. Olavo Guimarães.”

Em outro excerto do jornal *A Comarca*, do mesmo ano, lê-se:

“A primeira missa no túmulo-capela de Maria Polito foi celebrada pelo padre Fidelis Rota, sendo assistida pelos membros da Irmandade do Santíssimo e uma enorme multidão. Durante o dia, o túmulo foi visitado e a quantidade de velas acesas foi calculada em 4.000 (quatro mil).

A piedade popular se manifestou de maneira admirável e a veneração pela morta parece crescer de ano para ano.”

Ainda hoje, o túmulo-capela é visitado e está sempre com flores. Há relatos que ela atende aos que suplicam ajuda. Em 1999, uma família, que teve graça alcançada, mandou fazer uma reforma e assim se encontra até hoje.

Penso que conhecer este acontecimento ocorrido em Jundiaí, no início do século passado e que teve grande repercussão devido à monstruosidade, é deveras interessante.

É o único túmulo conservado pela Prefeitura Municipal de Jundiaí e, também, pela crença popular que manifesta, de maneira admirável, veneração por Maria Polito, sentimento que vai passando por gerações.

Nininha por esse mundão

Edu Cerioni

Por mais de cinquenta anos, podia-se dizer que ela era daquelas pessoas com rodinhas nos pés. Curtia cair na estrada mesmo que o destino se repetisse muitas e muitas vezes. E o melhor é que sempre curtia tudo como se fosse a primeira vez.

A primeira vez de verdade foi ainda criança, de cinco, seis anos. Em carroça puxada a cavalos. Depois vieram os trens, ônibus, aviões, navios... aposto que toparia ir para o espaço.

O começo de tudo foi nos idos dos anos 1930, acompanhando seu pai e tios na trupe mambembe que espalhava alegria pela então Jundiahy e cidades vizinhas. A caçulinha da turma recebia um tostão para declamar poesias.

Vieram os trens e com eles passeios em que levavam familiares e amigos juntos para diferentes cidades do interior ou ao mar. Faleceu guardando a mágoa de os trilhos não nos levarem mais para longe. Tinha saudade dos domingos de verão nos anos 60 e 70, quando promovia excursões pela Ferrovia Santos-Jundiaí, com friozinho na barriga na descida da Serra do Mar – cabos de aço prendiam o trem.

Era um tal de banhistas branquelos invadindo as areias e se lançando às águas quentinhas... era dia de piquenique, como gostava de falar, traduzido por muitos para dia de farofeiros – ela dava de ombros aos invejosos que ficaram aqui em cima.

Nunca deixou nenhum de seus passageiros para trás. Ela mesma já ficou para trás em uma das muitas viagens ao interior. Soube que tinha novidade no banheiro em Bauru; em vez de pedaços de jornal, tinha chegado o papel higiênico. Essa curiosidade lhe fez

perder o trem e a obrigou a enrolar o namorado na estação seguinte, assim como fez com pedaço da novidade escondido na bolsa para mostrar para amigas na volta a Jundiaí.

O salto dos trilhos às estradas foi natural, acompanhando as mudanças no próprio Brasil. Começou vendendo passagens, ágil e esperta, enchia não apenas um, mas até dois ônibus, indo de guia em um deles e levando filhos para animar e servir cafezinho e água em outro. Teve férias de meio do ano em que foi cinco vezes seguida ao Rio de Janeiro.

De tanto ouvir, decorou datas de variados lugares e gostava de desafiar e até corrigir o guia carioca quando este derrapava e anunciava errado a fundação, por exemplo, do Palácio do Catete. Não eram tempos como os atuais, em que a Inteligência Artificial responde tudo no ato, tinha que estudar em livros.

E como foi além... quebrou fronteiras. Agitou Argentina, Uruguai, Chile e especialmente o Paraguai, que a recebia com certa frequência. Puxava um portunhol e soltava o sorriso que abria portas.

A América do Sul ficou pequena para essa grande aventureira, que foi a Portugal, Espanha, Itália (terra de seus antepassados), França, Suíça, Áustria, Grécia, Alemanha e até República Tcheca. Gostava de dizer que uma pessoa “é muito parisiense” quando se referia a alguém elegante.

Foi ao Oriente Médio e à África, andando de camelo pelo Egito, para conhecer as famosas pirâmides, com a mesma desenvoltura como se fosse um passeio a cavalo na infância. Sempre guardava uma moeda de lembrança do país pelo qual passou. Quem herdou tem uma rica história para contar nas mãos agora.

Yes e Not eram tudo o que falava em inglês e somente entendia um pouco de italiano e espanhol, mas o suficiente para cruzar certa vez a Europa sozinha. Foi ao Moulin Rouge, atirou moeda na Fontana di Trevi, chorou ao som do fado de Lisboa.

Fez cruzeiro pelos oceanos Atlântico e Pacífico. Numa vez, acabou eleita a “Rainha” do navio, com coroa, cetro e manto.

Nunca deixou de puxar uma Ave Maria e um Pai Nosso em alto e bom som no início e no retorno de toda viagem. Na verdade, não tinha igreja pelo caminho, aonde quer que fosse, que a fizesse desistir de entrar e rezar um pouquinho.

Foi três vezes ao Vaticano. No Brasil, foi ao encontro de dois papas: João Paulo II e Bento XVI. Na primeira vinda de João Paulo II, em junho de 1980, ficou registrada na história da revista Manchete, ao aparecer em destaque em foto com João de Deus.

Fotografia era com ela mesmo, tinha em sua casa uma infinidade de porta-retratos e sempre fazia fotos das pessoas. Fez uma boa graninha como paparazzi das amigas essa danada!

Essa é a história, com uma pitada de saudosismo, contada pelo olhar de Edu Cerioni sobre sua mãe, Dona Idalina Periotto Cerioni, a Nininha.



Revoar

Kátia Cristina Alves Soares

Em Jundiaí, na nossa terra querida, existe um refúgio ecológico da Mata Atlântica, onde as águas brotam e a biodiversidade floresce.

Nesse berço de uma cordilheira montanhosa, entre o canto dos passarinhos, o viver dos animais e o murmúrio das águas, as abelhas sem ferrão propiciam, por meio da polinização, a reprodução de plantas nativas.

Em nossa residência – presente que nosso pai, José Roberto (*in memoriam*), nos deixou há muitos anos – zelamos por três enxames dessas abelhas. Sentimos a sua presença e o frescor da Serra do Japi em nossas vidas.

Com elas aprendemos, assim como com nosso pai, que não é preciso atacar para se defender: essas abelhas, cujo ferrão é atrofiado, quando percebem um sinal de perigo simplesmente realizam a revoada. Assim, ensinam-nos a transitar pelas emoções que não nos pertencem, transformando-as em força para seguir com fé e adiante.

E assim nos deliciamos com o mel que a serra nos oferece, na nossa Serra da Terra Querida, Jundiaí.

Um convite duas festas

Marco Costa

Todo jundiaiense nato certamente tem muitas histórias ligadas à cidade, sejam elas engraçadas ou não. Sou nascido e crescido na cidade de Jundiaí, interior do estado de São Paulo. Atualmente divido a minha semana entre Jundiaí e a cidade de Santos, também aqui no estado de São Paulo. Muitos momentos tenho vivido e que de tão engraçados (vou me limitar aos momentos alegres) serão difíceis de esquecer.

92

Esse que passo a relatar, certamente foi um dos mais engraçados que vivenciei nesta querida cidade de Jundiaí. E possuí um significado especial, pois, além da companhia de minha esposa Ieda, envolveu uma querida e inesquecível figura pública jundiaiense além do próprio povo da cidade. Porém, antes de relatar a história, faz-se necessário um preâmbulo para se conhecer os “envolvidos” no relato que farei mais adiante.

O ano era 2007. A cidade contava com um dos maiores colunistas sociais, senão o maior e melhor, ativo à época e com coluna diária (algo muito difícil para uma cidade interiorana, pois é necessário “caçar” eventos sociais para então publicar matérias) chamado carinhosamente pelo apelido de “Picoco”, Luiz Francisco Ferreira Bárbaro (18/11/1946-28/03/2017).

Quem não se lembra do Picoco Bárbaro??!! Conhecido e amado por todos, com uma memória invejável para nomes e fatos. Também um jundiaiense nato, que certamente, para cada dia de sua vida, uma história renderia.

Pois bem, como já mencionei, Picoco possuía coluna social diária em certo jornal impresso da cidade. Tarefa difícil, tanto para “achar” um evento interessante, fazer a cobertura jornalística e para se deslocar até o local acompanhado de fotógrafo.

As revistas e jornais impressos já sofriam com a queda de leitores, perdendo espaço cada dia maior para a imprensa digital. Isso, notoriamente causou e vem causando, grandes prejuízos para os formatos impressos que ainda lutam para subsistir. Resultado disso era (é) o corte de funcionários.

Naquele ano e seguintes o nobre colunista Picoco chegava a “perder” eventos por falta de condições de trabalho. Já não havia mais fotógrafos contratados pela empresa e que o acompanhariam no registro da cobertura. Particularmente, vivenciei várias vezes o Picoco implorando para a empresa jornalística lhe arrumar um fotógrafo para determinado evento. Picoco tinha a minha residência como um local de fuga para o estresse diário. Houve vezes que ele “desaparecia” e ficava em casa por dois, três dias contínuos. Isso levou a transformar o quarto que eu utilizava como escritório em um cantinho para ele passar horas ou dias. Era uma alegria e satisfação para mim e minha esposa Ieda poder recebê-lo em nossa casa, situada no Bairro do Caxambu, bairro esse sofisticadamente apelidado de “Toscana Jundiaense”. Moramos em uma chácara, até hoje e os pássaros e nosso pomar (na época) encantavam o Picoco.

Incontáveis colunas jornalísticas foram redigidas em minha casa. Picoco era o famoso “cata-milho” no teclado do computador. Modéstia à parte, sempre fui muito bom na datilografia (formado desde jovem pela escola de datilografia Remington de Jundiaí) e ver aquela lentidão do Picoco no teclado me dava uma certa agonia. Certa tarde em minha casa, ofereci-me para digitar o seu texto. Bendita hora que me ofereci!! A partir daquele dia, diariamente, passávamos horas dedicadas a aprontar, até antes das 18h de cada dia, sua coluna social. Quando eu e minha esposa queríamos dar uma escapada para alguma viagem, Picoco só faltava implorar para não irmos, pois já havia se acostumado a rapidez que fazíamos a coluna cotidianamente, restando maior número de horas diárias para outras tarefas. Resultado: Picoco passou a viajar conosco! Fomos juntos várias vezes para o litoral e até para o exterior e, todos os dias nos sentávamos na frente de um computador, seja onde estivessemos, para preparar sua coluna social para o dia seguinte.

Dia após dia eu deixava o meu escritório (de advocacia) por volta das 14/15h e me deslocava ao encontro do Picoco para essa tarefa.

Não havia mais folga! Posso afirmar que essa tarefa virou diversão, pois eu me divertia muito com suas histórias e textos que brotavam facilmente de sua cabeça. Sem falar das fofocas que envolviam a elite jundiaense. Um mestre da coluna social! E ainda foram incontáveis vezes que, na falta de evento na cidade para relatar na coluna, Picoco aceitava sugestões de textos e quando eu sugeria algo fora da normalidade, ele se rasgava de rir. Uma risada contagiante!!

Certo dia, Picoco estava em casa e viu minha máquina fotográfica. Não perdendo a oportunidade, com aquela voz rouca e forte, olhou seriamente para mim e disse: “Marco, eu vejo as fotos que você tira de sua mulher e dos lugares que frequenta e que você posta nas redes sociais (na época Orkut e MySpace). Sabia que você tira muito bem fotografias?”

Como eu já conhecia a pessoa, na hora adivinhei o que estaria por vir. E não deu outra! Picoco emendou: “Você não quer quebrar o meu galho e ir comigo numa festa que vai ter hoje à noite?” Era um sábado, 16h e estávamos em minha casa terminando a coluna social, enquanto minha esposa servia o cafezinho que ele adorava entre um cigarro e outro. Confesso que eu não estava a fim de “somar” mais uma atividade, até porque já tinha outros planos com minha esposa para àquela noite.

Mas quem conheceu o Picoco sabe que falar um “não” para ele era uma tarefa, não digo quase, mas sim totalmente impossível. Picoco sempre foi uma pessoa muito solícita e gentil. Aprendi muito sobre a cidade de Jundiaí, seus moradores e sobre jornalismo com ele.

Bem, como foi impossível dizer um não, até porque era uma festa “havaiana” que ocorreria num determinado condomínio e o convite para acompanhá-lo foi estendido à Ieda, tive que fazer uma correria para comprar pilhas novas para o flash da máquina, achar um cartão de memória disponível, entre outros perrengues de última hora enquanto ele foi para casa para se aprontar. No horário combinado passamos pegar o Picoco em sua casa. No caminho para a festa ele me pergunta: “Marco, você trouxe um caderninho e caneta?” Prontamente respondi que não e questionei o motivo da pergunta. Ele respondeu: “Oras, você tem que tirar a foto e pegar o nome das pessoas da foto”. Eu caí no riso e diante da seriedade dele vi que ele realmente falava sério.

Arrumamos uma folha e uma caneta e para cada foto que o Picoco montava para eu tirar, além da foto, deveria anotar o nome de cada um. Até que correu tudo bem naquela minha primeira noite como seu fotógrafo. Entretanto, aquela noite foi só um start. Perdi a conta das vezes que acompanhei o Picoco em eventos para ser seu fotógrafo. No fundo, eu levava essa tarefa mais como diversão do que um “trabalho”, pois na companhia do Picoco tudo virava diversão. É importante dizer que jamais fui remunerado. Era uma tarefa de responsabilidade, porém muito divertida.

É foi numa dessas noitadas de evento que vou relatar a história que prometi no início.

Era uma sexta-feira, estava na casa do Picoco digitando seus textos para a coluna do jornal quando ele me pergunta (como era frequente): “Marco quebra meu galho para tirar fotos num casamento amanhã? Será uma festa grandiosa num sítio. Um local chique com pessoas elegantes da sociedade. Fale com a Ieda para ela ir também. Aliás, falei para o pai do noivo, meu amigo, que iria convidar você e a Ieda, já que você está quebrando meu galho como fotógrafo e ele respondeu que não teria problema algum”.

Diante dessa colocação eu concordei em ir com ele. No dia seguinte, um sábado, Ieda e eu, devidamente trajados para uma festa diurna, porém muito chique, como o próprio Picoco havia recomendado, passamos pegá-lo por volta das 11h, para chegar no local lá pelo meio-dia e esperar os noivos chegarem no evento por volta das 13h e assim, fazermos umas fotos bacanas da entrada deles no recinto. Segundo o Picoco, que disse conhecer o local, apesar de se tratar de um sítio, reforçou ser muito chique com um salão de festa maravilhoso.

É assim partimos os três, todos elegantes, para o local do evento, perguntei ao Picoco se ele tinha o endereço ou mapa e ele disse que sabia de cabeça.

Aí, começou a “entornar o caldo” como se diz no dito popular. Fiquei um pouco ressabiado sobre essa afirmativa do Picoco, porém tomei a direção que ele indicou.

Já era mais de meio-dia e estávamos na área rural de Jundiaí, rodando sem que o Picoco apontasse o local. O calor era de matar! Ar-condicionado ligado, vidros fechados também para impedir o pó

das estradas de terra, geravam um ambiente um pouco de nervosismo, não só por ele agora não se “lembrar” do local como também por questão de horário de chegada.

Num certo momento Picoco, que estava no banco da frente ao meu lado, aponta o dedo e diz: “É ali! Entra aqui. Olha lá, tá cheio de carros estacionados”.

Uma sensação de alívio até chegarmos mais próximos dos carros estacionados e minha esposa dizer: “Nossa, mas como vou andar de salto nesse barro?” Havia chovido na noite anterior e o “pátio” de estacionamento estava todo barrento. Picoco soltou aquela gargalhada e disse: “Cuidado para não enfiar o salto no barro”.

Começamos a caminhar até mais próximo do que parecia o “salão” da festa. No caminho Picoco foi cumprimentando as pessoas com sorriso na face e aquele ar de “amizade desde a infância”. Minha esposa lançou uns “olhares” na minha direção e na hora entendi o motivo. Até então as pessoas que cruzamos nessa curta caminhada ou estavam de bermudas ou de calça jeans. Tomei coragem e perguntei para o Picoco se era o local correto. Prontamente, ele respondeu: “Claro que tenho, só pode ser aqui”.

Quando estávamos quase no local da aglomeração, Picoco vira e me fala: “Nossa, ainda não chegou ninguém que eu conheço”.

Eu, sinceramente, estava me sentindo incomodado trajando terno enquanto todos estavam, digamos, bem à vontade para ser o tal do casamento chiquérrimo relatado pelo nosso amigo. Se eu estava me sentindo estranho no local, nem preciso dizer em relação a minha mulher. Ao passo que nos aproximávamos do local todos os olhos se voltavam para nós.

Comentei com o Picoco: “Tá sentindo Picoco, olha que cheiro de churrascada? Olha a fumaça? Pega uma cerveja ali naquele balde Picoco”. Eu adorava “irritar” o Picoco e ele nem respondia.

Já no meio do aglomerado de pessoas, Picoco perguntou para uma senhora: “Os noivos já chegaram?”, a qual lhe respondeu: “Ainda não, mas devem tá chegando”.

Essa resposta trouxe um pouco de alívio em nós três. Picoco então me diz: “Marco, vamos aproveitar para tirar algumas fotos!” e começou a posicionar alguns casais para fotografia. Nem todos queriam tirar fotos. Minha esposa se “enfiou num canto” e só ob-

servava. Eu dizia no ouvido do Picoco: “Você tem certeza, né? Pois eu não estou vendo salão chique e quase todo mundo está com latinha de cerveja ou bebendo cachaça em copinho descartável”. Ele riu e respondeu: “Sabe que estou em dúvida também?”. Nós ríamos da situação, mas as fotos continuavam. O pessoal nos oferecia para experimentar cachaça ou pegar uma cerveja, o que íamos rejeitando, ao menos temporariamente. Sem querer ser desrespeitoso (isso levando em consideração o “dress code” informado pelo Picoco), mas o senhor mais chique até aquele momento era um homem de sapatênis, calça jeans e camiseta tipo polo. Eu insistia para o Picoco confirmar o nome dos noivos ou do amigo dele com alguém e ele dizia: “Estou com medo de não ser!”, referindo-se à festa correta do casamento para o qual fomos convidados.

Vira e mexe íamos ao encontro da Ieda e Picoco ria da situação.

Eu já havia tirado mais de 20 fotos de pessoas em grupos ou individualmente (anotando o nome de cada uma agora no caderninho que possuía para isso). Não havíamos nem comido (churrasco no pão ou linguiça no palito) e nem bebido nada. Estávamos com fome.

Quase duas horas da tarde quando alguém grita: “Eles estão chegando!” Muito esperto Picoco me diz: “Marco, vai lá na frente e tira foto dos noivos chegando que vou ficar aqui com a Ieda”.

Eu olhei com um ar de insatisfação para ele, mas concordei.

Alguns minutos depois retornei para junto deles. Eu sinceramente não me aguentava de rir e disse: “Picoco, vamos embora daqui. Não pode ser essa festa! Os noivos chegaram de charrete!”

Picoco respondeu: “Nossa que chique, fez fotos”. tentando colocar ânimo em nós e então mostrei algumas fotos para ele.

Seu semblante mudou completamente por alguns segundos e caiu na risada. Sim, claro que uma entrada dos noivos em uma charrete era algo bem inusitado e diferente. Só que os noivos não estavam trajados no formato usual da festa e a charrete era comum, sem qualquer adorno ou algo diferente para aquele momento.

Quando Picoco viu a foto dos noivos no visor da máquina caiu “a ficha” e disse: “P... ..u, eu não conheço essa gente!”.

Nós três caímos na risada, mas aquelas de perder o fôlego. Não sei se minha mulher ria ou chorava e dizia: “Picoco, você me paga!”.

O certo é que estávamos todo aquele tempo na festa errada. A única certeza era que se tratava de uma festa de casamento, mas não a qual havíamos sido convidados. E realmente era um festão, com pessoas hospitaleiras e carinhosas para conosco. Mas era a festa errada!

Naquele momento, Picoco disse que seria deselegante irmos embora sem ao menos dar uma satisfação para os noivos, pois estes já haviam “lançado” seus olhares para nós três.

Após a recepção dos noivos pelos convidados, nós três nos aproximamos dos noivos e seus pais. Picoco se apresentou como colunista social da imprensa e nos apresentou. Posicionou os noivos, que estavam mais perdidos que nós em razão da nossa presença naquela festa e eu tirei várias fotos, anotando o nome de todos.

Fomos “convidados” para permanecer na festa, mas interrompi a conversa dos pais dos noivos com o Picoco dizendo: “Não se esqueça que temos a outra festa para irmos fazer a cobertura”.

Picoco pegou o gancho e emendou: “Por acaso o senhor sabe onde está sendo a festa de casamento do fulano de tal?”. E o pai da noiva respondeu de imediato: “Aqui no sítio ao lado, 500 metros à frente”.

Eu e o Picoco trocamos olhares no sentido “vamos embora já” e aproveitamos para agradecer o tempo que permanecemos naquela festa e nos despedimos. Saímos os três cambaleando de tanto rirmos da situação que demos causa e quando já estávamos quase junto do meu carro, um rapaz correndo em nossa direção perguntou: “Ei, os noivos querem saber quando é que vai sair as fotos no jornal”. Picoco respondeu: “Na próxima terça-feira”.

Saímos voando do local e nos dirigimos para a festa correta. Já eram quase 16h e precisávamos fazer as fotos, o texto e mandar para o jornal até às 18h, pois a coluna aguardava o material para ser publicado no domingo, ou seja, no dia seguinte.

Chegamos na festa correta e imediatamente fomos até os noivos, pais e padrinhos. Picoco inventou uma desculpa pelo atraso da chegada. Depois de algumas fotos só desse pessoal, eu e o Picoco fomos até o carro peguei o notebook e descarreguei as poucas fotos até então tiradas. Picoco escolheu seis fotos, as quais selecionei para enviar ao jornal. Então pedi para ele dizer o texto sobre o

evento para eu digitar e Picoco se saiu com essa: “Casamento dos noivos fulano e fulana. Uma festa tão linda e deliciosa que os detalhes contarei na edição de amanhã com mais fotos. Vida longa aos noivos”.

Olhei para ele sorrindo e disse: “Agora reze para ter sinal de internet!”.

Naquela época era comum um dispositivo tipo um pen-drive que uma vez ligado no notebook era possível se conectar à internet. E de fato, não tinha sinal naquele local. Estávamos nas cercanias da cidade de Jundiaí, área rural.

Picoco começou a ficar preocupado, pois já se passava das 17h30, quando eu disse: “Volte para a festa e fique com a Ieda”. Vou voltar um trecho até pegar o sinal e logo retorno.

E após conseguir enviar o material antes das 18h, retornei para a festa. Picoco e minha mulher já estavam devidamente “enturmados”. Tiramos mais um monte de fotos dos convidados e aproveitamos a festa.

Retornamos para casa em torno da meia-noite. Picoco quis dormir em casa. Então estendemos a noitada entre rodadas de uísque, cigarros e muitas risadas até por volta das 4h da madrugada quando resolvemos dormir.

O saldo daquele dia foi extremamente positivo. Um convite, duas festas, muitas risadas e, em ambas, cercados pelo carinho e receptividade do povo jundiaense. Naquele dia, em especial, eu e minha esposa nos divertimos muito ao lado do Picoco e o assunto da madrugada foi: “Vai ser difícil esquecer esse dia! Viva a vida!”

Jundiaí

Ronaldo Alberto Martelli

Ah, minha terra querida Jundiaí
Um pedacinho de serra
Uma imensidão de chão
Água brotando da terra
Prenúncio da imensidão
De abundância de peixes Jundiá
De cristalinas nascentes
Ao caminho dos bandeirantes

Filhos da terra, amantes são
Pois o solo rico fez brotar a vida
E atraiu multidão
Com portas abertas
Para desfrutar de sagrado chão

Foram muitos italianos
A moldar essa cidade
Outros a chegar, de todo lugar
São muitos a arar a terra
Muitos a fazer da serra
Seu novo, novo lar

De Jundiaí a Santos
A Ferrovia Paulista
Uma paulista italiana
Em inglesa construção
A cultura aflora na alma
Cinema Polytheama

Deem escolas ao povo, SESI, Industrial
Muitas classes desfrutando
Também da Experimental
Me abre o peito em dor
De saudades desse tempo
Do Divino Salvador

De subir na Porte Torta
Jogar pedra no rio
Ver a rua vermelha sangue
Dos caminhões de tomate
Que tingiam a frente da Cica
Dos caminhões à mesa
Nosso elefantinho claudica...

Quantos jogos no Bolão
Pegar bolas nas quadras de tênis
E ser apenas menino
Enquanto a cidade respira
Cresce
Se agiganta
Agora ao pé dessa serra
Serra onde nasci
Homenagem aos cristalinos rios
Ou do Tupi-Guarani Y-api
Segue cidade da serra
Serra do Japi
Que ouviu meu primeiro choro
Será minha eterna morada
Terra bendita, Jundiaí.

Infância na Ponte São João

Herminia Aparecida Balbuena

O Bairro da Ponte São João,
na minha infância, era bom demais

Na tarde, Véspera de Ano Novo,
na Avenida São João,
as mulheres corriam de tamanco,
os homens, com carriola

No Natal e Ano Novo, à meia-noite,
apitavam as fábricas ao redor:
Latorre, Pozzani,
para avisar que o Menino Jesus nasceu
e um Novo Ano resplandeceu

Nas festividades da Igreja Católica
não faltava a Banca São João Batista
fosse na procissão ou na igreja
sempre presente nas comemorações

Tinha a Banda do Carlitos
Que atraía os adultos e a criançada
com suas músicas e gracejos
todo mundo se encantava

Padaria e confeitaria
era com a Dona Léta Bárbaro
juntamente do Senhor Osvaldo
atendiam a todos com maestria

Time era o Estrelinha
formado pelos Filhos de Maria
estavam sempre treinando
disputando e jogando

O time de vôlei Diauarum
se formava com o técnico Pedrinho
e as adolescentes a jogar
por toda a cidade e a ganhar

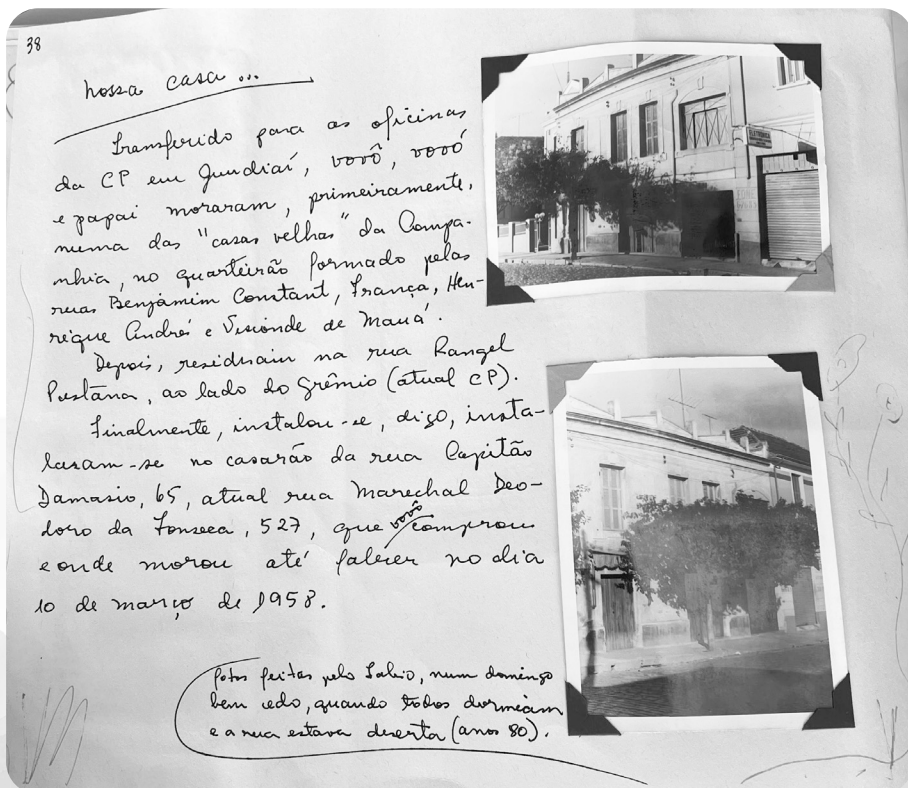
Diversão era no Clube São João
piscina, futebol,
vôlei, basquete,
além de muita dança no salão

Um diário no tempo

Therezinha Kroiss Ferigato

Atendendo ao cordial convite, trago a minha contribuição para o livro *Jundiá Terra Querida*. Informo que o texto foi escrito por mim em 1950, quando eu tinha 12 anos.

104



... e uma rua especial!



Esta foi a casa onde nasci e residi até fevereiro de 1981, quando mudamos para a nova casa, no bairro do Casambre.

Esta rua, onde se situava nossa "casa velha" (que hoje ainda existe bem descascatizada), foi o palco de muitas brincadeiras, com a Lera, a Lília, com a Ada, a Lília e onde nossa família fez boas amizades com os Pires, os Perini, os Santoro, os Romanato, os Logginato, os Storch, os Pekar, os Arakaki, os D'Angiere, os Antunes, e outros que ali vieram, posteriormente, morar ou estabelecer comércio.

Foi a rua Marçal que, tendo marcado minha infância, inspirou-me, na adolescência e graças minhas impressões na poesia que redigi e corrigi no original acima, que eu suponha perdido mas que encontrei guardado num baú de meu pai, junto com outras preciosidades que ele, cuidadosamente conservava.

Meus Afetos

Sílvia Rocha

Entrar na rodovia Bandeirantes, depois de um dia intenso, trânsito reverberado, sons incongruentes, é um alívio. Meus olhos se embriagam com a nova paisagem da pista mais aconchegante do Brasil. Eu esboço um sorriso, uma luz se espalha e eu mergulho no verde da vegetação, no roxo e lilás das quaresmeiras, na segurança e estabilidade da Rodovia Bandeirantes. Estou voltando para a minha terra querida.

106

Jundiaí me adotou num momento em que eu precisava estruturar minha carreira, meu primeiro emprego como bióloga na Prefeitura de Jundiaí. Sigo pela entrada principal e observo a avenida batizada com o nome da minha cidade querida.

Volto no tempo: revejo as professoras que acolheram meus filhos e me deram segurança para seguir em frente; todos os profissionais envolvidos com a saúde pública que me incentivaram. Amigos e moradores que afetuamente me convenceram a deixar pedras e pedregulhos nas sarjetas.

Aprendi a manter o olhar para o horizonte sem olhar para trás. Minha cidade é feita de gente e seus afetos. É feita de pessoas que passam e que fazem a diferença. Ela é definida pelas suas histórias, seus casarios, suas memórias.

No silêncio da noite em algum lugar plugado, uma banda, uma voz, um grupo de entretenimento dividem o palco com as pizzas incrementadas que só Jundiaí tem. Na pausa da madrugada muitos saem para o trabalho. A cidade não para, é como se um coração pulsasse desesperadamente em busca do futuro próspero.

Encanta-me ver as ruas emaranhadas de gente que chega e parte no ritmo das formigas operárias. Fecho os olhos e continuo agra-

decendo, é um privilégio transpor os meus sonhos, minhas lutas e os caminhos que me esperam. Jundiaí canta nas cachoeiras da Serra do Japi, na Sala Glória Rocha, no Teatro Polytheama, colhe frutas nos pomares doces e exuberantes. Jundiaí leva esperança nos lares emancipados, acredito que aqui é possível acolher agregar todos os povos.

Na minha cidade a cultura é efervescente, pulsa no olhar do escritor, nos pés do ator, na voz do educador. A cidade está protegida pela Serra do Japi, aqui o clima agrada a todos os munícipes e agregados. Pela manhã uma brisa refrescante invade o nosso aparelho respiratório, aproveito para eternizar este momento com um pensamento: Amo Jundiaí.



Jundiaí, terra querida, minha cidade

Evaldo Gonçalves

Jundiaí, terra querida, minha cidade. Sou da Vila Arens, mas morei em muitos outros locais, inclusive no Jardim Figueiras, onde nos conhecemos, Márcio.

Vivi anos na Rua Dr. Hegg, próximo ao Centro Operários da Verdade, vizinho de famosos jundiaenses: o massagista e alma clara Sr. Luizinho, tive o prazer de crescer vizinho do Xaxá, da Caixa Econômica Federal. Estudei na Escola Paroquial de Vila Arens e na antiga Escola Siqueira de Moraes, onde hoje é um museu. Professoras amadas como Léa Gaspari, Irmã Edel e minha eterna professora Euclýdia dos Santos Pinto. Quem da minha época não se lembra do Sr. Belarmino e seu sininho no Siqueira Moraes? Quem da minha época não se lembra da missa das crianças na Igreja de Vila Arens e em seguida carimbar presença no Colégio Divino, que nos dava café com leite e pão com manteiga.

Vivi anos na Rua Barão do Rio Branco e o cheiro do pão doce da padaria do seu Amadeu...

Adorava ir assistir filmes na casa dos mórmons e em seguida saborear lanches onde hoje é a Viação Cometa. Adorava ver meu pai, Waldemar Gonçalves, então redator-chefe do *Jornal de Jundiaí*, trabalhar, telefone preto no ouvido, rádio ligado na Rádio Globo e notícias que saíam quentinhas de sua máquina de escrever. Vivia dentro da redação e da produção do jornal, na Rua Dr. Cavalcante, esquina com Rua Candido Rodrigues. Algumas vezes, assustado com a presença de oficiais do exército que eram da censura. Cresci levando marmitta ao meu Vô Eugenio, funcionário da EFSJ.

Enquanto almoçava, eu vivia escorregando com papelão os morros próximos à estação. E adorava ver a chegada do último trem vindo de São Paulo e a estação sendo fechada logo após a meia-noite. Ou quando passeava de Jundiaí para Campinas no vagão azul-refeitório, comendo misto e bebendo refrigerante, que sensação de conquista!!!

Bons tempos que andava de Grande Circular, brincava no foguete do parque na Festa da Uva, passeava no centro de Jundiaí e comprava roupas no Credi Rei com o Sr. Persona, feijoada do Haiti...

Estudei no Instituto de Educação, amigos e amigas, professores, funcionários e muito esporte. Trabalhei com meus tios em várias padarias de Jundiaí, tempo que supermercados fechavam aos domingos e não vendiam pães. Montei casa noturna na Avenida Antonio Segre – Nequinhos Bar e fui para o esporte. Basquete do Divino Esporte Clube, sem estrelas, mas com o Padre Olivo firme no comando, conheci a namorada que virou esposa, Zélia e depois de seis anos o basquete virou profissão e em seguida o vôlei dos Leites Nestlé.

Jardim Figueiras, um marco em minha vida. Ganhei namorada que virou esposa, conheci eternos amigos entre eles você, que adorava meus discos de vinil e jogar voleibol aos sábados, quadra lotada, muitas pessoas. Chegamos a jogar peteca com os mineiros jogadores do Paulista, lembra? Ou na semana contra os alunos da Faculdade de Medicina que moravam lá. Dias legais onde o professor Galego e o pessoal faziam atividades físicas com música. Dias que carregávamos as motos do Paraibinha, campeão nacional de motocross, por três andares.

Amo Jundiaí!

No Rio Jundiaí

a primeira colheita de amostra de água,
e um histórico pilão

Aristides Almeida Rocha

Embora não jundiaieense, havia nele estreita relação com a antiga Jundiaí, fosse a passeio ou a trabalho, volta e meia estava passeando e passando na cidade. No século passado, anos 1960 recém-formado no curso de Ciências Biológicas da Universidade de São Paulo, depois de exercer a docência na rede estadual de ensino e trabalhar em laboratórios de pesquisa, passou atuar como primeiro Biólogo Sênior no recém-fundado Centro de Tecnologia do Estado de São Paulo, atual Companhia de Tecnologia de Saneamento Ambiental (CETESB).

Nessa empresa fundada em 1968, quando da reestruturação da gestão ambiental do Estado de São Paulo, em face do crescente agravamento da poluição e impactos ambientais, nossa personagem, junto a outros colegas, participaria da organização e fundação do Laboratório de Pesquisas Físico-Químicas e Biológicas das Águas, além de atender à demanda inicial na formação de outros profissionais e desenvolver pesquisas sobre limnologia, isto é estudos científicos de ecossistemas de água doce, incluindo rios, lagos, pântanos, represas.

E foi assim que Jundiaí, pode-se dizer, entra na história do saneamento como o primeiro município do Estado de São Paulo – depois da capital paulista, a ser contemplado numa pioneira colheita de água em rio. De fato, atendendo ao Primeiro Plano Estadual de Controle de Poluição das Águas, coordenado pelo Dr. Paulo Soichi

Nogami tendo no grupo executivo os engenheiros Celso Eufráasio Monteiro e Alvino Genda e o mencionado biólogo, uma viagem foi programada a Jundiaí, Itaici e Pimenta.

Assim foi que o Rio Jundiaí, já nos primórdios da fundação do órgão ambiental de controle da poluição das águas do estado, teve às suas margens uma equipe cetesbiana colhendo amostras de águas para determinar a qualidade sanitária, em pontos situados logo à saída da cidade, próximos à Rodovia Anhanguera, local de chácaras, onde o rio com suas bucólicas margens serpenteava e hoje, devido à urbanização, como infelizmente tem acontecido em tantas cidades brasileiras, está canalizado e sendo receptor de esgotos sanitários e industriais.

Nosso biólogo lembra que a inspeção de campo seria, à época executada, mediante o transporte de vidraria, soluções químicas, dragas para coleta de lodo e redes de plâncton. Hoje, na maior parte apetrechos inimagináveis face à modernização tecnológica com o uso de sofisticados aparelhos, internet e outras facilidades, que se bem possam trazer maior precisão dos resultados, também diminuem um certo romantismo do trabalho e a possibilidade de um maior senso de interpretação e raciocínio na análise dos problemas encontrados. E todos aqueles antigos apetrechos, bem como as amostras colhidas pelo trio de técnicos devidamente preservadas, foram acondicionados e transportados, não em um veículo oficial (chapa branca, como então era usual), mas sim num simples Volkswagen, Fusquinha de cor vermelha, de propriedade particular do biólogo, apelidado pela equipe da CETESB de *Herbie* em alusão ao filme *Se Meu Fusca Falasse*, que era sucesso em 1968.

Essa pioneira colheita de água no rio Jundiaí e as andanças em seu sinuoso leito e arborizadas margens fazem parte não só da história do saneamento de Jundiaí, como também do Estado de São Paulo e inseridas em relatório dessa empresa estatal.

No ano seguinte, o biólogo retornaria às margens do Rio Jundiaí nos mesmos locais, para novo levantamento da Hidrobiologia (estudo do fitoplâncton e zooplâncton, das bactérias e da fauna e flora bentônicas-animais de fundo), mas agora viajando em sofisticada camionete da empresa, acompanhado de motorista e técnico químico para a amostragem físico-química das águas. A essa altura,

poucas chácaras e modestas casas com quintal ainda existiam, pois o progresso avassalador havia extinguido hortaliças de subsistência, alguns galinheiros, porcos e cavalos que antes por ali tranquilamente sobreviviam chafurdando o chão ou pastando permitindo a visão de bucólica paisagem e a indelével contemplação do amanhecer e pôr do sol, à entrada da cidade.

Nessa tarefa quando nas idas e vindas para alcançar as margens do rio, às vezes pedindo aos moradores para passar pelo quintal da casa, aquele biólogo observava que em algumas havia nos galpões abertos varas de pesca, arreios e celas para a montaria. Entretanto, houve uma modesta casa de madeira e algumas paredes de barro, que lhe despertou particular atenção. No jardim fronteiro, que porém também era um pequeno pomar, um enorme pilão estava exposto ao tempo.

Concluído o trabalho de campo, o biólogo retornou à margem do rio, sentou-se pensativo sentido o silêncio e a paz do entardecer àquele tempo ainda possíveis. Depois de alguns minutos, já quase anoitecendo, movido de estranha coragem dirigindo-se à “casa do pilão” cumprimentou a moradora, simpática senhora que trajava vestido e avental dotado de largos bolsos, ambos puídos pelo tempo e um lenço à cabeça; típica habitante dos meios rurais de antigamente. A simpatia foi mútua e ela logo queria saber o que estavam fazendo naquelas bandas carregando caixas de isopor com vidros cheios de água. Pacientemente, a explicação foi dada e como é próprio das pessoas humildes que vivem no campo ofereceu um café que o biólogo lentamente saboreou. A partir daí movido de mais coragem, nervoso, perguntou se ela utilizava o pilão no preparo de tão delicioso café. Sorrindo, a senhora explicou que não, pois o pilão artesanalmente feito por seu falecido marido servia agora como adorno e simples lembrança do passado. Nesse momento ainda indeciso para fazer o pedido, perguntou se ela sempre tinha vivido por ali, ao que respondeu que sim, mas a região era muito mais bonita, havendo amplas chácaras e sítios, pois a zona urbana não tinha ainda chegado tão perto.

Foi então que se sentindo mais seguro, indagou se por acaso ela venderia o pilão, já que ele o considerava uma linda peça, e ainda mais tendo sido esculpido pelo marido, uma verdadeira obra

de artesão. Contudo, delicadamente, aquela senhora disse que por dinheiro nenhum iria se desfazer do pilão que para ela tinha valor, talvez quisesse dizer afetivo. Além do mais encerrou a conversa dizendo que a madeira estava muito velha e logo, aquele frustrado biólogo iria perceber o mau negócio que iria fazer, pareceu ao biólogo que o velho ditado é sábio: *“Para bom entendedor meia palavra basta”*.

Todavia, passado aquele momento, ainda não satisfeito, insistiu novamente dizendo que pagaria o preço que porventura fosse estipulado, mas foi em vão. Assim, cabisbaixo voltou à beira do rio para uma última verificação se nada havia sido esquecido. É quando voltando passava em frente à “casa do pilão” a senhorinha viúva lhe chamou fazendo uma proposta: “Por CR\$ 50,00 cruzeiros (moeda de então) o pilão é do senhor”. Não era nem barato, mas também não era caro e assim, durante anos o pilão jundiaiense adornou o jardim da casa do biólogo cetesbiano por muitos anos até que fosse melancolicamente, carcomido pelos cupins.



A Catedral Nossa Senhora do Desterro

Fábio Spina

Nossa catedral começou a ser construída em 1649 e foi finalizada em 1651, antes dela existia uma capela dedicada à Nossa Senhora do Desterro em 1630. Quando Jundiáí foi elevado a Vila ela se chamava Nossa Senhora do Desterro de Matto Grosso de Jundiahhy.

114

O desterro eu concluo que foi como homenagem ao desterro do bandeirante Rafael de Oliveira, o velho, que foi foragido da justiça. Existem várias versões sobre o início do povoamento de Jundiáí, a escritora Júlia Fernandes Heimann cita três possíveis versões em seu livro *História de Jundiáí Antiga e Atual*, de 2008 da Editora In House, a versão onde se coloca Rafael de Oliveira, o moço como fundador é feita pelo historiador jundiaense Mario Mazzuia no seu livro *Jundiáí e sua História* e no livro *Museu de Jundiáí*, de 1974 no qual mostra cópia feita por Mario Mazzuia da página 18 do Translado de uma Carta de Data de Chão para casa e quintal de João Leme do Prado.

Nossa catedral, foi remodelada em 1886, com um projeto do arquiteto Ramos de Azevedo, que foi entre outras obras, responsável pelo projeto do Theatro Municipal de São Paulo, o Mercado Municipal de São Paulo e a Catedral Metropolitana de Campinas.

Logo na porta central da nossa catedral temos as imagens de São Francisco e Santa Gertrudes em vitral.

Representam o Tenente Francisco Antonio de Queiroz Telles, filho do Barão de Jundiáí e sua esposa, Dona Gertrudes Angelina Pereira de Queiroz, que contribuíram para a reforma da catedral.



Foto da porta interna de entrada da Catedral.
Foto interna de um dos desenhos da Catedral.
Fotografias de Fábio Spina – 2012.

A reforma de 1886 trouxe o estilo neogótico e as pinturas do italiano Arnaldo Meozzi. Arnaldo é oriundo de Frascati e foi estudante da Real Academia de Belas Artes em Roma, na Itália, ele foi responsável pela pintura da Igreja Franciscana de Santa Maria in Vivario de Frascati, da Igreja paroquial de Rocca Priora, da Igreja de Rocca di Papa, da Catedral de Pescina e do “Sancta Sanctorum” da Abadia de Grottaferrata.

Arnaldo foi professor por 14 anos do Colégio Mondragone, da Companhia de Jesus, em Frascati, e lá recebeu convite do Padre Lombarde para executar as pinturas em Santos, no Brasil e muda para cá em 1912 com sua família.

No Brasil ele foi responsável pelas pinturas do Santuário do Sagrado Coração de Jesus, em Santos; da Matriz do Bom Jesus do Brás, em São Paulo; da Capela do Santíssimo da Matriz, Bragança Paulista; da Capela do Santíssimo da Matriz de Santa Generosa, em São Paulo; da decoração do Salão Nobre do Colégio Anchieta, em Nova Friburgo e da nossa Catedral em Jundiaí. Veio a falecer repentinamente no ano de 1932, em Santos, durante os trabalhos no Santuário do Sagrado Coração, seu filho Vicente Meozzi finalizou as pinturas neste Santuário, após sua morte.

O governo italiano o promoveu, postumamente, a “*Cavaleiro Ufficale*”, sendo o diploma entregue a sua viúva.

No ano 2000 a catedral foi revitalizada, onde se restaurou a sacristia, vitrais, iluminação, som, coreto, sanitários e a pintura interna e externa, bem como foi ampliada, com a construção de secretaria, salas de atendimento, cripta, capela das velas, garagens e reservatório de água. Obra está realizada sob a supervisão do Engenheiro Rubens Gaspari Júnior.

Na cripta, estão os restos mortais de Dom Gabriel Paulino Bueno Couto O.C. – 1º Bispo Diocesano de Jundiaí, falecido em 1982; Dom Roberto Pinarello de Almeida – 2º Bispo Diocesano de Jundiaí, falecido em 2002 e Dom Amauri Castanho – 3º Bispo Diocesano de Jundiaí, falecido em 2006.



Passageiro de Jundiaí

Gabriel Matos

Um universo ali dentro. Entrar no ônibus pela primeira vez é o choque social daquelas crianças que ainda não aprenderam a socializar: a ida à escola, as conversas, os primeiros amores e as primeiras decepções que surgem dentro daquele veículo, que segue junto ao nosso crescimento.

Bagunça e organização. Lembro de como partes da minha vida estavam ali dentro. Um ônibus lotado é o misto de apertos: apertos de sonhos, das corridas, dos objetivos. É o aperto das pessoas que te empurram, o aperto das mãos que seguram seus filhos, das mãos que agarram o apoio – e que apoio elas têm.

O ônibus corre pelas ruas de Jundiaí, passa pela Nove de Julho, cruza a Avenida União dos Ferroviários, dobra no Centro. Leva estudantes para a Fatec, trabalhadores para o Distrito Industrial, famílias para o Parque da Uva e até visitantes que sobem rumo à Serra do Japi. O amarelo veículo que pegamos todos os dias, conecta histórias espalhadas entre bairros como Vianello, Eloy Chaves, Retiro e Vila Arens.

Há aqueles cansados do serviço, aos que já choraram no Terminal Central, os que a chuva pegou no Cecap, mas mesmo molhados enfrentaram a cidade dentro do ônibus que guia suas vidas.

Ali, amontoados de sonhos se encontram. Cada ponto é uma nova história, cada curva é uma lembrança, cada olhar pela janela abre o universo da mente de alguém, e que cada pessoa que se senta ao seu lado pode ser a transformação de um grande vitral na sua vida, com várias cores de variadas pessoas que passam por você.

Para aqueles que perderam o lugar, com a mochila pesada nas costas, jogados para frente pela freada brusca. Para os exaustos e para os doentes que se socorrem nesse transporte.

Ao amor dos sonhadores, daqueles que chegam cedo em seu ponto para conquistar seu novo emprego, que o ônibus leva até a casa de quem se ama, que compram flores e doces, que trocam risadas com novas pessoas.

Um universo que carrega sonhos inteiros dentro dele, e assim, todos nós – passageiros de Jundiaí – seguimos, entre apertos, corridas e sonhos, crescendo junto com a cidade que nunca para de se mover.



Éramos três

Joyce Ribeiro

Éramos três.

Dez e oito anos separavam a parentalidade.
O filho único ganhou a chance de dividir... para somar.
Até que o chão estremeceu,
e uma parte do quebra-cabeça se foi.

Éramos três.

Um que cuidava dos outros dois.
Um que não media esforços para ver todos bem.
Dois que o tinham como protetor.

Éramos três.

Ele nos ensinou a andar de patins.
Com paciência, segurava nossas mãos trêmulas e o mundo parava por um instante entre o medo de cair e a confiança nele.

Foi dele o primeiro “vai, você consegue”, e também o primeiro tombo risonho que virou abraço.

Naquela tarde, mais do que equilíbrio, ele nos deu impulso, e talvez ele nunca tenha sabido disso.

Éramos três.

Foi ele também que me deu o celular que eu tanto pedi.
É aquele laptop infantil, que me fez sentir grande antes da hora.
Ele não só me dava coisas – ele me enxergava.
Sabia do que eu gostava, do que sonhava, mesmo quando eu não dizia em voz alta.

Éramos três.

A gente jogava bola na rua, e o portão velho era o nosso gol.

Toda vez que a bola batia com força, a casa inteira balançava – a solda gasta fazia o ferro cantar.

Era barulho de infância, de vitória, de gente que não tinha muito, mas tinha uns aos outros.

Ali, entre chutes e gargalhadas, a vida era leve e completa.

Éramos três.

O mais velho se casou, mudou-se, e nos apresentou a Jundiaí. De fora, eu vi a paz transcendente.

Enquanto o trem se distanciava da Cidade da Pedra, o cheiro do café chegava devagar.

Que bom que Jundiaí te tem aí.

Ela ganhou mais do que um morador, ganhou um pedaço de nós.

Éramos três.

Em São Paulo ou Jundiaí.

Do lado de cá ou de lá.

Ficando ou indo...

Sempre seremos três.

Quando uma rua se torna familiar

Eliana Corrêa Aguirre de Mattos

Entrar na Rua Bela Vista, em meus tempos infantojuvenis, era como já estar praticamente em casa. Em qualquer ida a pé para a cidade, usando a expressão “Vou subir!”, a volta ao lar se antecipava em cerca de dois quarteirões da porta da casa, propriamente dita.

Mas vamos por partes: Jundiaí, cidade de vales e morros fora erguida aos moldes das cidades em que a pedra fundamental, o “centro”, dava-se a partir da localização de sua Matriz, ao alto, ponto de referência para a sociedade que se formava, ao seu redor. Assim, todos podiam ouvir e se regular no tempo, dos ponteiros do relógio, do cumprimento pontual de compromissos aos chamamentos às missas, a partir das badaladas ritmadas dos sinos da Catedral Nossa Senhora do Desterro, homenagem à Padroeira da cidade. Sendo a Rua Bela Vista localizada, aproximadamente, na mesma “cota” da Matriz, separadas por um “vale”, nada mais natural que ir ao centro significasse “subir até a Catedral” ou afetuosamente, “subir”: todo mundo entendia e decerto ainda entende.

Eram tempos em que com 10, 12 anos de idade a gurizada circulava nas imediações do bairro de moradia, e até andava sozinha para pequenos afazeres: aulas de natação, retirada de sapatos no concerto, mercearia. Sem melindres ou cuidados excessivos dos pais: estávamos seguros, exercitando a responsabilidade aprendida com eles. Olhar dos dois lados ao atravessar as ruas; não dar “confiança” a estranhos. Ir e voltar num período “calculado” que prescindia do celular: os atrasos ou adiantamentos eram críveis e justificáveis, tudo se resolvia.

Sapato novo, bolha surgindo? Na esquina mais esperada da Rua Siqueira de Moraes com a Rua Bela Vista, o alívio para os pés, ao arrancar meias, sapatos, sandálias. Agora descalça, até arco-íris era possível vislumbrar, com o pote de ouro a esperar no portão da residência. Também podia vir acompanhado de um ralar “da mãe”: *“Onde já se viu... sem sapato?! Lava bem o pé, o chão é sujo...!”*

Ao longo desses quarteirões, calçadas, árvores, jardins eram conhecidos, os quais nos reconhecíamos, solidarizávamo-nos ante o infortúnio dos pés doloridos.

Mas era só isso?

Olhando novamente para essa memória afetiva, além dos detalhes históricos, a construção da cidade em torno de sua matriz; espaciais, a localização e a geografia urbana e até mesmo circunstanciais, o desconforto nos pés, emergem sentimentos que viriam a ser caros, nos anos seguintes: o de pertencimento, o de acolhimento.

Pertencer a um bairro, a uma rua, a uma casa, a um lar: é ali que encontramos nossos pares. Com eles exaltamos nossas conquistas, com eles perdoamos nossas falhas. No entanto, o sentimento de acolher, às vezes lhe ultrapassa, mostra-se mais poderoso, diante das muitas facetas que assume e encerra nele, mais um, o da generosidade, a dádiva perfeita.

Ser acolhido: ser abraçado sem braços, ser aceito sem protocolo. Sentir que se importam conosco, acompanham-nos por vontade de estar ali, por nós e ao mesmo tempo, por nada em troca. Nós, assim como somos, somos a razão do cuidado. O acolhimento apenas segue, lado a lado, conosco, no tempo necessário. No silêncio, na fala, no gesto, no olhar atento. Nessa hora o tempo se torna fluido: podemos nos sentir acolhidos por décadas ou naquele instante fugaz. O efeito é o remanso do coração que bate ritmado com outrem, amorosamente.

Mesmo essa memória afetiva, de um tempo já transcorrido, poderia se dizer que pertence ao passado, que é finita, acabada, não volta mais. Qual! Como num passe de mágica, o sentimento ressurgiu e abre caminho, como num “rasgo” no céu, transportando-nos novamente para lá: sandálias na mão, desejo de virar a esquina, pisar logo esse chão, tão familiar.

Ah, já vem de leve a brisa suave por entre os dedos...

Vivo por Jundiaí

Michel Teza

Meu nome é Michael Adriano da Silva, mais conhecido como Michel Teza, sobrenome que não carrego no documento, porém tenho muito orgulho, pois se trata do sobrenome do meu avô Pedro Teza, filho de Italiano e que me ensinou muitas coisas nessa vida. Sou natural de São Paulo Capital, porém passei minha infância em Sumaré e aos 20 anos me casei e vim morar em Jundiaí, no bairro Jardim FEPASA, onde criei meus três filhos.

Envolvi-me na comunidade por meio do time de futebol do qual era presidente, para que pudéssemos disputar o campeonato amador era necessário um movimento dentro da comunidade entre moradores e comerciantes locais, essa união nos rendia a quantia em dinheiro para os gastos do campeonato e fizemos uma das melhores campanhas da nossa história, por esse envolvimento com os locais fui convidado pelo saudoso mestre Roberto Araújo a fazer um curso de agente de desenvolvimento local, curso esse que mudaria minha vida pra sempre.

Após minha formatura, tornei-me uma liderança comunitária e na pandemia entrei para a Cufa Jundiaí, juntos entregamos mais de mil cestas básicas, ações maravilhosas como a “Mãe de favela”, nas quais eu visitava as casas e cadastrava famílias para receber as cestas e auxílio gás. Durante a pandemia esses serviços assistenciais eram extremamente importantes, porém com o fim dela, ficava claro que eu tinha que lutar por melhorias contínuas da minha favela e, por que não por outras também? Então desenvolvi junto ao Sesc diversas ações, como cursos para empreendedores locais, cursos de áudio e vídeo para jovens, o projeto visão que se trata de um projeto que dá visibilidade e protagonismo para jovens artistas das favelas

de Jundiaí e região, festas de Natal como o “Natal para todos” onde distribuímos mais de 300 presentes junto à guarda Municipal de Jundiaí, alegrando a vida de centenas de famílias. Montamos também em parceria com o Sesc e governo local nossa biblioteca comunitária, sementes do amanhã, são mais de 700 livros e um espaço lindo e novinho para que nossas crianças e jovens possam desfrutar de um bom livro.

E hoje me envolvo em diversos assuntos relacionados à nossa favela, seja eles ações assistências, educacionais, culturais ou estruturais, montei uma rede de contatos que nos possibilita a resolver questões e ajudar nosso sofrido povo. Esse trabalho comunitário me transformou em uma pessoa melhor e o meu tempo doado me rendeu boas amizades com pessoas incríveis que realmente querem fazer a diferença nas histórias das pessoas e impactar vidas em Jundiaí...



Ancestralidade cidadã

Tânia Mara Borges

É inegável a beleza do hino da cidade de Jundiaí, principalmente na estrofe:

*“...que Deus abençoe eternamente
esta terra onde nasci.”*

Mas saibam que há uma nova versão para essa mesma estrofe:

*“...que Deus abençoe eternamente
esta terra onde NÃO nasci.”*

E aqui cabe uma indagação: é preciso nascer em um determinado País, Estado ou Cidade para demonstrar todo seu amor à essa terra que adotou?

Certamente que não, porque é exatamente isso que vivencio no meu cotidiano.

Tudo por conta de um folder muito bem idealizado para o lançamento do segundo livro do arquiteto Roberto Franco Bueno, ocorrido em fevereiro de 2018 e colocado em um suporte junto ao local onde ocorreriam os autógrafos e que atualmente encontra-se afixado em local de destaque na casa onde reside.

Muitos não sabem, mas Roberto não é jundiaiense nato. A parte jundiaiense dele é o seu coração, eis que nascido na Zona da Mata Mineira, na bela e hospitaleira Juiz de Fora, em razão de seu pai ter sido nomeado em meados de 1933, Chefe do Entrepasto de

Exportação, visto ser este Classificador Oficial de Café junto ao Ministério da Agricultura.

Função essa que fora um verdadeiro desafio para seu pai, pois a região de Juiz de Fora, desde o século XIX, era ocupada por famílias de fazendeiros e colonos vindos da região aurífera (Ouro Preto e Mariana), sendo a cultura do café denominada como “ouro verde”.

Passados dois meses do seu nascimento sua família retornou para Jundiáí.

E pasmem.... ele só foi conhecer a cidade onde nasceu em dezembro de 2019, quando para lá se dirigiu em suas férias anuais; era o retorno ao seu torrão natal.

Sua mãe, Senhora Maria do Carmo Guimarães Pellegrini, nasceu em Jundiáí aos 05 de março de 1912 (em uma casa da Rua Barão de Jundiáí, onde fora o Cine Ipiranga – ao lado do Solar do Barão), filha de Osmundo dos Santos Pellegrini e de Alice Guimarães Pellegrini, da tradicional família dos Queiroz Guimarães, neta dos Barões do Japi e bisneta dos Barões de Jundiáí.

Portanto, Roberto tem como avós maternos Alice Queiroz Guimarães e Osmundo dos Santos Pellegrini; como bisavós maternos Escolástica de Queiroz Guimarães e Ten. Cel Adolpho Carlos Guimarães; bisavós por parte do avô Osmundo dos Santos Pellegrini, Maria Angelica dos Santos Vieira Camargo e Ignacio Berjioni Pellegrini; como trisavós maternos, Maria Januária de Queiroz (Sinhara), a Baronesa do Japy e Cel. Joaquim Benedito de Queiroz Telles, o Barão do Japy e por fim como tetravós também pelo lado materno, Anna Leduina de Moraes Jordão, a Baronesa de Jundiáí e Antonio Queiroz Telles, o Barão de Jundiáí.

Uma linhagem que em consulta à sua árvore genealógica alcança a Família Prado, Raphael de Oliveira, João Ramalho e chega a Dom Henrique II de Trastamare, Rei de Castella, Aragão, Leão e Andaluzia.

Formou-se arquiteto e urbanista em 1957 pela renomada Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo (FAU-USP).

E como não poderia deixar de ser, colocou seu coração à serviço do trabalho de arquitetura e do urbanismo, das obras que idealizou e realizou, dos cargos que exerceu tanto na cidade de Jundiáí,

como Campo Limpo Paulista, Várzea Paulista, Itupeva, como para o Governo Estadual em toda a região de Campinas, abrangendo mais de 86 (oitenta e seis) municípios; do título de cidadão jundiaense recebido, da luta pela conservação do patrimônio histórico e cultural da cidade, da família que formou, dos amigos que conquistou e lá se vão seus 91 (noventa e um) anos completados neste 2025.

Toda essa trajetória teve sempre um único propósito: fazer o bem a toda uma coletividade, à cidade que o acolheu, fruto da herança de sua ancestralidade pelo seu lado materno.

Portanto, Roberto representa a história viva de Jundiaí, de sua terra querida e amada.

Sua frase marcante, ponto máximo de toda sua história, vida e obra, não poderia ser outra, quando expõe seu amor e dedicação à arquitetura:

“A arquitetura é a engenharia com arte.”



Das margens ao centro: história, memórias e resistência em Jundiaí

**Ana Julia Rodrigues
Jean Camoleze**

128

A história de Jundiaí não pode ser contada apenas pelos marcos oficiais que se concentram no centro, nem pela memória construída a partir das elites que dominaram a cidade. Antes mesmo da formação do núcleo colonial, povos indígenas já ocupavam a região há cerca de seis mil anos. Ali estruturaram territórios, práticas de cultivo, relações sociais e redes de troca — todas violentamente interrompidas pelas invasões brancas no século XVII.

O processo de ocupação, marcado pela expropriação de terras e pela imposição de uma lógica colonial, estabeleceu bases de desigualdade que continuam a definir a cidade. Desde então, a expansão de Jundiaí se deu em permanente tensão entre a concentração de poder no centro e a resistência dos grupos que, nas margens, criaram formas próprias de vida comunitária, solidariedade e expressão cultural. Se o discurso hegemônico insiste em projetar a cidade como algo que se irradia do centro para a periferia, a experiência concreta demonstra o contrário: Jundiaí se constrói e se reconstrói da periferia em direção ao centro, a partir de lutas, resistências e reinvenções coletivas.

O Conjunto Habitacional CECAP, implantado nos anos 1970 em uma área de baixo valor imobiliário, ilustra de forma clara como a vida urbana se forja na periferia. Mais do que um projeto arquitetônico inspirado em experiências modernistas, o CECAP se tornou

um território vivo, onde práticas sociais e culturais se sobrepõem ao concreto dos prédios. Em sua primeira fase, projetado por Vilanova Artigas, o conjunto trazia em seu desenho a ideia de sociabilidade: pátios, corredores e varandas pensados para o encontro, a convivência e o senso de comunidade.

Migrantes vindos de várias regiões do país, populações negras e periféricas criaram vínculos, redes de solidariedade e espaços de convivência que definiram o lugar como um polo de resistência cultural e política. As linhas modernistas ganharam vida: os blocos se tornaram pontos de encontro; as garagens, extensão da casa; e os espaços comuns, territórios de afeto, samba, futebol e sobrevivência. O CECAP não é apenas moradia: é memória em movimento, feito de histórias vividas que tensionam a ausência de políticas públicas e resistem às formas de violência do Estado.

A expansão do conjunto para o Morada das Vinhas, popularmente conhecido hoje como CECAP II, deu continuidade a esse modo de habitar coletivo. Ainda que marcado por novas dinâmicas urbanas e pelo crescimento da cidade em direção às suas bordas, o CECAP II preservou o espírito comunitário e as redes de solidariedade formadas nas primeiras décadas. Assim, o que começou como um projeto habitacional tornou-se um território de identidade, onde gerações se sucedem mantendo viva a memória das lutas por moradia e dignidade.

Outro caso emblemático é o do antigo Varjão, hoje Jardim Novo Horizonte. Surgido como favela, fruto da precariedade habitacional e da exclusão social, o território foi gradualmente transformado por meio da mobilização de seus moradores. A luta pelo direito à cidade, especialmente ao direito à moradia, foi fundamental para conquistar infraestrutura e reconhecimento urbano. Ainda que os interesses do mercado imobiliário tenham pressionado a urbanização e convertido a região em fronteira de expansão de Jundiaí, o protagonismo dos moradores na reivindicação por dignidade mostra algo essencial: o centro simbólico da cidade se desloca. O processo de urbanização do Varjão demonstra que é nas margens que se constroem cidadania e pertencimento; que se elabora um modo de viver a cidade que recusa a condição de subcidadania historicamente imposta aos moradores das favelas. Transformar precarieda-

de em bairro, mesmo diante de estigmas e preconceitos, é produzir história a partir da periferia.

Esses exemplos não são isolados, mas parte de um fenômeno mais amplo de urbanização difusa que caracteriza Jundiáí. O município se insere em uma região de intensas transformações, em que o rural e o urbano se interpenetram constantemente. Nas áreas periurbanas – ao mesmo tempo campo e cidade – proliferam formas híbridas de ocupação, como chácaras, loteamentos irregulares e assentamentos populares. São espaços complexos, onde coexistem desigualdade, exclusão e resistência cultural. A cidade se expande por meio dessas zonas de transição, revelando que a centralidade urbana não está apenas no núcleo histórico, mas também nas periferias que se transformam em cidade viva, de produção e resistência social.

Nesse processo, a memória desempenha papel decisivo. Em Jundiáí, assim como em outras cidades, a memória oficial é seletiva. A legislação de preservação privilegiou determinados símbolos – pontes, casarões, equipamentos ligados às elites – em detrimento da memória coletiva dos grupos populares. Essa seletividade revela uma política de esquecimento que tenta apagar ou secundarizar as contribuições de comunidades periféricas, negras, indígenas e migrantes.

No entanto, essas memórias insurgentes persistem e se afirmam nos clubes comunitários, nas associações culturais, nos movimentos sociais e nos próprios territórios que narram suas histórias de modo alternativo. Ao se contrapor à memória hegemônica, esses grupos mostram que a cidade é feita de muitas camadas de experiências, que não podem ser reduzidas a uma narrativa única e centralizada.

A leitura crítica da história de Jundiáí, portanto, exige reconhecer que sua identidade urbana foi moldada de forma decisiva pelas periferias. É nelas que se construiu a vida cotidiana de milhares de trabalhadores, que se sedimentaram práticas culturais de resistência, que se afirmou a luta por direitos básicos e que se reinventou o espaço urbano diante da omissão ou da violência do Estado. A cidade não é apenas seus monumentos centrais ou sua paisagem oficial; é também, e sobretudo, os territórios que nasce-

ram à margem e que, pela força de seus habitantes, se projetaram para o conjunto da sociedade.

Olhar para o CECAP, o Morada das Vinhas, o Jardim Novo Horizonte, os bairros periurbanos e tantos outros é compreender que a vitalidade de Jundiaí vem das bordas — das histórias que transbordam e recolocam em questão quais são os limites da cidade. Afirmar que a história de Jundiaí se faz das margens ao centro é reconhecer que a periferia não é um apêndice do urbano, mas sua fonte mais criativa e dinâmica. Jundiaí é marcada por conflitos, desigualdades e resistências, em que as bordas refundam continuamente o centro. Essa perspectiva nos obriga a repensar as noções de patrimônio, memória e identidade urbana. É na cidade real, construída pelas mãos e vozes de quem habita as periferias, que a história de Jundiaí se refaz e encontra seu sentido mais justo.



Chaminé da antiga fábrica Argos Industrial

Carla Fernanda Ramos Alves

132

Chaminé da antiga Fábrica Argos, marco imponente da história industrial de Jundiaí. Testemunha silenciosa do início do século passado, quando impulsionava o progresso e abrigava a primeira creche do Brasil, demonstrando já naquele tempo o cuidado com as pessoas. Hoje, transformado em Complexo Educacional e Cultura Argos, localizada na Avenida Dr. Cavalcanti, esse espaço continua vivo, pulsante e essencial para a formação de novos saberes. Como Professora e apaixonada pela história da cidade de Jundiaí, tenho uma relação profunda com este lugar: é onde participo de formações, compartilho conhecimentos e continuo aprendendo e servindo os cidadãos mirins da bela Jundiaí. Para mim, ele simboliza a ponte entre memória e futuro, unindo trabalho, cuidado e educação como valores eternos de nossa terra querida.





Jundiaí em arte

Obras de Maria de Lurdes Mezzalira Pincinato



Igreja de São Pedro.



Igreja de São Pedro.

Jundiaí – um olhar

Fotos de Juliana Ezquerro



Exposição no Museu Solar do Barão.



Jardim do Museu Solar do Barão.



Visão de frente da Catedral
Nossa Senhora do Desterro.



Jardim Espaço
Expressa.



Teto da Catedral
Nossa Senhora do Desterro.



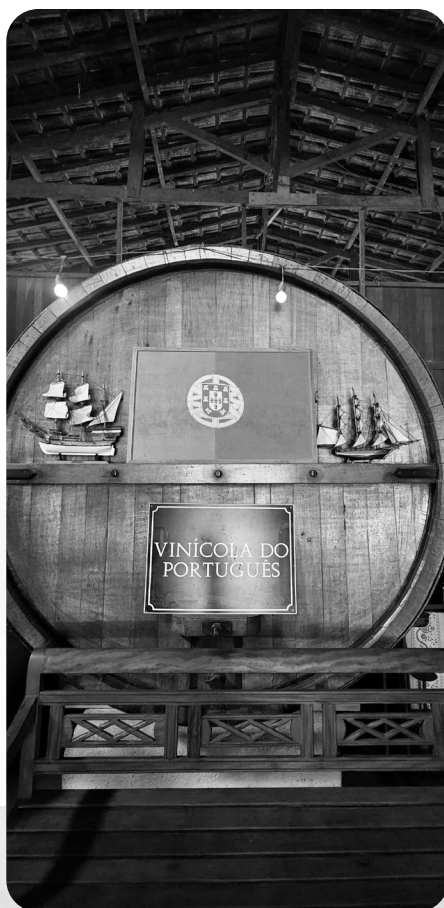
Altar da Catedral Nossa
Senhora do Desterro.



Altar do Mosteiro de São Bento.



Miniatura de navio decorativo da Adega do Português.



Barril de vinho da Adega do Português.

Jundiaí de pessoas que lutam e sonham

Pedro Bigardi

Falar de Jundiaí é falar de uma cidade pujante, desenvolvida, repleta de oportunidades, com potencialidades muito diversas. Japi, uva, ferrovia, estradas grandiosas, indústrias de todos os segmentos, rios que atravessam bairros, matas, serras e campos de agricultura, prédios que brotam do chão, cujos anúncios de venda prometem moradia na melhor cidade para se viver.

Centenárias são as igrejas, o teatro imponente, o grande ginásio esportivo em forma de circunferência. Centenário são os clubes Esportiva, Grêmio, e o clube negro, 28, que resiste como um santuário a todos os tempos, diferente da luta do Gabinete que não resistiu à miopia dos novos tempos.

As festas são para todos os gostos e paladares, italiana, portuguesa, nordestina e de todas as nações. Os blocos carnavalescos surgem nos bares, do Sandi, do Dito e do Natura e arrastam multidões. Comida é que não falta, de buteco, do Mercado, do Pedro, coxinha, pastel e tudo mais, temos vinho e cerveja artesanal e até a internacional cidra para comemorar.

Muitos gostam de falar dos índices de qualidade, premiações e avaliações generosas desta cidade. Jundiaí é a segunda colocada em tal assunto, está entre as cinco melhores de tal quesito, ganhando capas de veículos de comunicação. O fato é que essa senhora de 370 anos chamada Jundiaí, merece um grande prêmio por ter acolhido tanta gente diferente, desde aqueles que vieram para cá lutar para construir suas vidas com extrema dificuldade, como para aqueles que, sem nenhuma dificuldade, vieram para fugir das Paulecias Desvariadas.

Nasci aqui, de uma família grande, e sou fruto de uma geração de trabalho e de luta, e por isso mesmo olho para trás e vejo mais que monumentos, ruas e avenidas, olho para o presente e vejo mais que índices de qualidade que nos colocam à “frente” de outros lugares. Quando olho a história recente e antiga vejo pessoas, gente que lutou e luta, que constrói mais do que casas e cidades, mas histórias.

É minha vida foi e tem sido assim. Por isso resolvi contar algumas histórias reais daqueles que não estão nas molduras, nos livros, nas placas de ruas e praças. E faço isso por intermédio de um tema que tive a oportunidade de participar junto a esses tantos cidadãos que me ensinaram o valor da luta diária e da vida. Falo da habitação popular ou a ausência dela, assunto que me “persegue” ao longo da minha história.

Acho que meu primeiro contato com uma favela foi nos meus primeiros anos como servidor público na Secretaria de Planejamento de Jundiaí, numa entrega de brinquedos que os colegas de trabalho resolveram fazer. Fomos para a favela Xangai, que ficava ao lado do Rio Jundiaí, na Vila Hortolândia. Em meio à entrega de brinquedos um senhor nos chamou para entrar no seu barraco, onde sofá, cama, pia e tudo mais coexistiam num único cômodo. E ele solta a seguinte frase: “Só não repara”. Confesso que reparei, e reparei que não era justo que uma família não pudesse viver em condições mais dignas.

Anos depois quis o destino que um padre canadense cruzasse minha vida e me levasse para trabalhar com reurbanização de favelas. Padre Paulo André assumiu a presidência da Fundação Municipal de Ação Social – FUMAS e vendo meu trabalho na elaboração do Plano Diretor de Jundiaí em 1993, convidou-me para ser coordenador técnico daquele órgão. Dizia ele que precisávamos transformar as favelas em bairros. Lembrei-me daquele barraco em que “reparei”, e aceitei o desafio. Conheci durante esse período muitos personagens dessa Jundiaí, onde os números de excelência não chegavam. Margarida, Silvia, Jaime, Pelé e tantos outros passaram a fazer parte do meu cotidiano.

Guardo um lugar com carinho na memória. A Vila Ana tinha uma favela que era uma das mais antigas de Jundiaí. Foi a primeira visita técnica que fiz durante o trabalho na FUMAS e confesso que tive a mesma indignação daquela entrega de presentes no Xangai. Resolvemos construir as primeiras 16 casas ao lado do centro co-

munitário. No dia da inauguração não pude comparecer, pois tinha sido convidado para ser candidato a prefeito, e no mesmo dia estava participando da prévia partidária que me escolheu. Na fala do Padre Marin, pároco do bairro, ele agradeceu uma pessoa que não pôde comparecer, sem citar meu nome para evitar constrangimentos políticos. Já desligado da FUMAS para disputar a eleição um fato curioso ocorreu. Fui procurado por um representante dos moradores da Vila Ana para ajudar no projeto de instalações hidráulicas da segunda fase das casas que seria em mutirão. O morador trazia consigo um pão embrulhado num papel. Pegamos o papel do pão e desenhamos “o projeto”, e muitos anos depois, já com as casas construídas, o morador disse que guardava aquele papel como lembrança da luta e conquista.

Deixei a FUMAS, mas a habitação continuou no meu caminho. Um dia recebo uma ligação de uma amiga, assistente social, com quem tinha trabalhado na FUMAS, convidando-me para ser assistente técnico de um mutirão de casas que acontecia no alto da Vila Nambi. Era a Vila Cidadania, onde estavam construindo aproximadamente 100 casas. Passei dois anos ali, todos os sábados e domingos, acompanhando as obras, discutindo projetos, orientando os trabalhos, convivendo com as famílias. Eram equipes de homens e mulheres que se juntavam para rebocar paredes, fazer instalações, levantar alvenarias e telhados, foram anos para construir as suas casas e dos demais mutirantes. Aquelas pessoas faziam parte da Associação dos Sem Casa criada pelo Jurandir Leite, um lutador pela causa habitacional. Convivi ali com muitos personagens da história de Jundiaí, José, Sebastião, Maria, Adriana e tantos outros que me ensinaram que a luta sempre vale a pena.

Passados alguns anos fui eleito Prefeito de Jundiaí, e em meio aos projetos e construção de moradias populares, reurbanização de favelas e entrega de títulos de propriedades, eu enxergava em cada local aqueles personagens, cujos nomes não estão nas placas de rua, mas que ajudam a construir Jundiaí com seus sonhos e suas lutas.

Pedro Bigardi é Jundiaense, casado com Margarete, tem a filha Patrícia, é engenheiro civil, professor de Planejamento Ambiental, Prefeito, Deputado Estadual e gosta de gente que não desiste da luta.

Um breve olhar retrospectivo

*na minha trajetória profissional: a formação da AMEPE
Associação Municipal dos Educadores de Pré-Escola*

Lucia Helena de Andrade Gomes

Nasci em Lins e sou Cidadã Jundiaíense. Meu coração exalta amor por essa terra tão cativante e culturalmente rica. Falar de Jundiaí é navegar no meu íntimo, absorver os sabores da terra e selecionar qual memória retratar nestas páginas. A retrospectiva desperta uma profusão de sentimentos contraditórios, sempre em movimento, rumo à realização de utopias. Após o mergulho, opto por relatar uma vivência ímpar na luta pela educação municipal.

142

Ingressei no cargo de diretor de escola infantil, em 1985, no primeiro concurso público em nossa cidade. Tomei posse como diretora da EMEI “João Maria Gonzaga de Lacerda” no bairro do Anhangabaú. Foi uma grande paixão pela escola, pelos professores, funcionários, alunos (crianças) e a comunidade (Anhangabaú e Vila Ana).

À medida que tomava conhecimento do contexto educacional da pré-escola em Jundiaí, senti a necessidade de organizar uma associação que pudesse representar os profissionais envolvidos: professores e diretores.

Deste sonho nasceu a Associação Municipal dos Educadores de Pré-Escola – AMEPE. Um sonho coletivo onde participavam a grande maioria da rede municipal. Um desafio e tanto para todos nós, professores, diretores, grande parte jovens, sem nenhuma experiência sindical; à época, eu não era advogada. Tínhamos uma certeza: organizar para aprimorar as condições das escolas e da carreira do magistério. Fui presidente em várias gestões, aproximadamente durante 10 anos, com o apoio da classe. A trajetória foi árdua, carreguei o peso do preço da voz ativa, daquela que mostra indignação, que busca dias melhores para a educação.

O primeiro passo foi conquistar a elaboração e a aprovação do Estatuto do Magistério Público Municipal. Realizamos inúmeras reuniões e participamos ativamente da aprovação na Câmara Municipal. O Estatuto garantia, entre outros, o direito às faltas abonadas, a progressão por títulos, tempo entre outros. A AMEPE tinha CNPJ e as anuidades eram pagas diretamente à tesoureira, não havia descontos em holerites! Também, nunca houve afastamento de cargo ou função para cuidar dos interesses da Associação. Tudo foi realizado com muito empenho e comprometimento e, no meu caso, especificamente, com muita coragem de expressar os anseios e frustrações dos profissionais. Fui pressionada por políticos da época, que enxergavam uma luta anarquista, já que não era filiada a nenhum partido político. Importante, ressaltar que a rede municipal era pequena e contemplava unicamente as pré-escolas municipais.

Para além das lutas cotidianas, fundamos na AMEPE, uma biblioteca com livros didáticos e literários para crescimento profissional dos docentes. Não tínhamos um teto, a “mini” biblioteca funcionava na escola onde eu trabalhava como diretora. Lembro-me, também de ter realizado passeios culturais.

Foi um período de luta, conquistas, perseveranças e desilusões. Infelizmente, o sonho não prosperou, alguns anos mais tarde, a AMEPE, sob outra gestão, foi encerrada. A partir do encerramento, passamos a ter a opção de ser representados pelo Sindicato dos Servidores Públicos.

Ao revisitar minhas memórias sinto-me orgulhosa de ter participado deste movimento, que visava unicamente valorizar a educação.

Hoje, a rede municipal cresceu e contempla vários segmentos. No entanto, a alma do educador é a mesma: esperançosa! Somos sonhadores em busca de uma sociedade fraterna. Neste sentido, sorrio internamente e me parabenizo por ter sido destemida. Finalizo, com as palavras do meu mestre Paulo Freire:

*“Ai daqueles e daquelas, entre nós, que pararem
com a sua capacidade de sonhar, de inventar a sua coragem
e de denunciar e anunciar.”*



Caro Leitor

Nós esperamos que esta obra tenha correspondido às suas expectativas.

Envie suas dúvidas e sugestões
pelo nosso e-mail:

 editorainhouse@gmail.com

Compre outros títulos em


 www.livrariainhouse.com



editorainhouse



editorainhouse

 11 4607-8747 / 99903-7599



Márcio Martelli é escritor, poeta e editor. Presidente da Academia Jundiaieense de Letras. Mestre e doutorando em Ensino e História de Ciências da Terra pelo Instituto de Geociências da Unicamp. É autor de mais de 50 obras literárias e editou mais de dois mil títulos à frente da Editora In House. Atua como um democratizador da literatura em língua portuguesa pelo mundo.



@MARCIOMARTELLI05



José Felício é historiador, poeta, professor e pesquisador. Mestre e doutorando em Ensino e História de Ciências da Terra pelo Instituto de Geociências da Unicamp. Membro da Academia Jundiaieense de Letras. Em seu currículo somam-se mais de uma centena de publicações que transitam entre literatura e escrita científica. Além de projetos expográficos e museológicos.



@JOSEFELICIORIBEIRODECEZARE



O Tejo é mais belo que o rio
que corre pela minha aldeia,
Mas o Tejo não é mais belo
que o rio que corre pela minha aldeia
Porque o Tejo não é o rio que corre pela minha aldeia.
[...]
Mas poucos sabem qual é o rio da minha aldeia
E para onde ele vai
E donde ele vem.
E por isso porque pertence a menos gente,
É mais livre e maior o rio da minha aldeia.

Alberto Caeiro



Apoio:



Realização:

MINISTÉRIO DA
CULTURA



ISBN: 978-85-7899-836-3



editorainhouse



11 4607.8747 | 99903.7599



editorainhouse@gmail.com



www.livrariainhouse.com



editorainhouse

www.editorainhouse.com.br